

COMO SAIR DA POBREZA?

OS OBSTÁCULOS INVISÍVEIS E
AS SAÍDAS COLETIVAS



Marcelo José Hanauer



COMO SAIR DA POBREZA?

OS OBSTÁCULOS INVISÍVEIS E AS SAÍDAS COLETIVAS



Marcelo José Hanauer



TERRIED

Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como Sair da Pobreza? Os Obstáculos Invisíveis e as Saídas Coletivas. Marcelo José Hanauer (Autor) -- Alegrete, RS : Editora Terried, 2025.

PDF

ISBN. 978-65-83367-79-2

1. Educação

24-225451

CDD-918.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 90.14

2. Ensino 90.9



www.terried.com

contato@terried.com

APRESENTAÇÃO

Este livro nasce do esforço de compreender um dos fenômenos mais persistentes e estruturantes da sociedade brasileira: a reprodução intergeracional da pobreza e as múltiplas camadas de desigualdade que a sustentam. Ao longo de anos de pesquisa, tornou-se evidente para mim que discutir pobreza no Brasil exige muito mais do que descrever indicadores socioeconômicos; exige reconhecer que estamos diante de um sistema complexo de produção e manutenção de vulnerabilidades, atravessado por dinâmicas históricas, territoriais, institucionais, raciais e afetivas.

A investigação que aqui apresento parte de um pressuposto central: a pobreza não pode ser compreendida de maneira exclusivamente monetária. Ela se constitui como uma condição multidimensional, em que a falta de renda opera em articulação com déficits de capital humano, obstáculos territoriais, discriminações raciais, precarização laboral e ausência de mecanismos de proteção social capazes de interromper ciclos de desvantagem acumulada. Assim, o fenômeno não se reduz a insuficiência material momentânea, mas se expressa como um padrão estrutural cuja persistência revela falhas profundas na organização social brasileira.

Esta obra procura aproximar o leitor de uma compreensão sociologicamente robusta sobre o que significa “sair da pobreza” no país. A análise é orientada pela constatação de que, embora existam trajetórias individuais de mobilidade ascendente, elas ocorrem em um contexto no qual o peso das estruturas supera sistematicamente o alcance do esforço individual. O caminho percorrido pela população pobre para acessar níveis básicos de estabilidade econômica frequentemente envolve custos físicos, emocionais e sociais que raramente são reconhecidos nas narrativas públicas sobre mérito, superação e empreendedorismo.

Ao longo dos capítulos, busco demonstrar que mobilidade social, no Brasil, é condicionada por uma série de dispositivos estruturais que se reforçam mutuamente. Entre eles, destaco:

- a forte segmentação territorial, que transforma o lugar de moradia em um determinante das oportunidades possíveis;

- a desigualdade educacional, que opera como mecanismo de reprodução e não de mitigação das desigualdades de origem;
- o papel ambíguo do Estado, que alterna avanços importantes — como as políticas de transferência de renda — com lacunas significativas em áreas como moradia, mobilidade urbana, proteção ao trabalho e investimento em capital humano;
- e, sobretudo, a ausência de patrimônio intergeracional, elemento que diferencia de modo decisivo trajetórias individuais e que, como argumentam pesquisas recentes, adquiriu crescente centralidade na explicação da estratificação social contemporânea.

A literatura especializada demonstra que a herança — ou sua ausência — constitui um vetor decisivo das desigualdades modernas, pois organiza o ciclo de vida econômico dos indivíduos muito antes da entrada no mercado de trabalho. No Brasil, onde a tributação sobre transmissão de riqueza é mínima e a estrutura fundiária historicamente concentrada, a distribuição desigual de patrimônio consolidou-se como um mecanismo silencioso, porém extremamente eficaz, de reprodução das hierarquias sociais. Este livro dialoga diretamente com esse debate, procurando evidenciar como a falta de ativos — econômicos, educacionais, territoriais e simbólicos — produz não apenas vulnerabilidade imediata, mas risco estrutural acumulativo, um conceito fundamental para compreender a persistência da pobreza mesmo em períodos de crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, a análise aqui apresentada reconhece o papel das políticas públicas, em especial as de transferência de renda, na redução de privações imediatas e na ampliação de liberdades substantivas. Entretanto, tais políticas, embora essenciais, constituem um piso de proteção, não um mecanismo suficiente para romper ciclos geracionais de pobreza. Argumento que a superação duradoura da pobreza depende de um arranjo institucional mais amplo, que inclua redistribuição patrimonial, fortalecimento de bens públicos universais, políticas de desenvolvimento territorial e iniciativas capazes de reduzir as desigualdades que se reproduzem entre classes sociais, regiões e grupos racializados.

Este livro, portanto, articula teoria, dados, análises e discussões conceituais para oferecer uma visão sistematizada sobre as engrenagens que fazem da pobreza

um fenômeno persistente no Brasil. A intenção não é propor soluções simplistas ou apresentar receitas prontas, mas contribuir para o debate público e acadêmico sobre desigualdade, mobilidade social e justiça distributiva. Trata-se de um convite à reflexão profunda sobre as bases estruturais que organizam o país e sobre as escolhas institucionais que historicamente têm limitado o horizonte de possibilidades de grande parte da população.

Espero que as reflexões aqui desenvolvidas possam servir como subsídio para pesquisadores, gestores públicos, educadores, estudantes e todos aqueles interessados em compreender, com maior densidade teórica e precisão analítica, os mecanismos que sustentam a desigualdade brasileira. Se este livro provocar novas perguntas, tensionar interpretações cristalizadas e abrir caminhos para o aprimoramento das políticas sociais, ele terá cumprido seu propósito.

Marcelo José Hanauer
Professor e Pesquisador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
DA INÉRCIA À MOBILIDADE: O CUSTO DA ASCENSÃO SOCIAL	
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	11
CAPÍTULO 2	
EIXO 1 – ESTRUTURA HISTÓRICA E DESIGUALDADE SOCIAL...	15
CAPÍTULO 3	
EIXO 2 – EDUCAÇÃO, CAPITAL CULTURAL E OPORTUNIDADES	
.....	29
CAPÍTULO 4	
EIXO 3 – TRABALHO, RENDA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	45
CAPÍTULO 5	
EIXO 4 – DESIGUALDADES TERRITORIAIS E INFRAESTRUTURA	
SOCIAL.....	62
CAPÍTULO 6	
EIXO 5 – DIMENSÕES PSICOLÓGICAS, CULTURAIS E ÉTICAS DA	
MOBILIDADE.....	79
CAPÍTULO 7	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Compreender a mobilidade social no Brasil exige reconhecer que a desigualdade não constitui uma falha ocasional das instituições, mas a própria arquitetura que estrutura o espaço social desde a formação do país. Trata-se de um processo histórico de longa duração, no qual a escravidão, o patrimonialismo e a racialização do trabalho produziram um regime de distribuição desigual de recursos materiais, simbólicos e políticos, convertendo diferenças sociais em hierarquias naturalizadas. Assim, qualquer análise da ascensão social precisa partir do reconhecimento de que o ponto de partida das camadas populares – sobretudo negras, periféricas e rurais – foi moldado por um acúmulo de desvantagens historicamente produzidas, que não se desfazem por meras variações biográficas. Os mecanismos contemporâneos da estratificação, longe de romperem com essa herança, a atualizam e sofisticam, transformando desigualdade estrutural em responsabilidade individual, e produzindo, como observam Hasenbalg, Schwarcz e Almeida, um sistema no qual a mobilidade é tecnicamente possível, mas moral e materialmente custosa para quem tenta realizá-la.

É nesse cenário que a educação se tornou o símbolo mais difundido da promessa de ascensão, embora funcione simultaneamente como seu limite. A sociologia da educação tem mostrado que a escola, ao invés de neutralizar diferenças sociais, frequentemente as traduz em categorias acadêmicas, linguísticas e meritocráticas, reafirmando desigualdades pré-existentes sob a forma de “desempenho”. O capital cultural herdado, as redes sociais de apoio, o território em que se vive e a qualidade da escolarização prévia continuam a operar como determinantes profundos da trajetória escolar, o que revela a insuficiência das interpretações que atribuem sucesso ou fracasso a “esforço pessoal”. Embora políticas públicas como o Prouni, o FIES e as cotas raciais tenham alterado a composição do ensino superior e ampliado a presença de jovens de origem popular, isso não eliminou os efeitos acumulados das desigualdades de origem nem a experiência de desencontro simbólico vivida por aqueles que rompem a barreira de classe. Como destacam Bourdieu, Costa Ribeiro e Catani, a igualdade formal de acesso jamais se converte espontaneamente em igualdade substantiva de oportunidades.

Essas assimetrias institucionais se articulam a dimensões subjetivas frequentemente invisibilizadas nos discursos públicos sobre mobilidade. A ascensão, longe de ser experiência linear de melhoria, implica rupturas identitárias, deslocamentos afetivos, sentimento de inadequação e o que a literatura contemporânea denomina “estresse de ascensão”. Aquele que adentra mundos sociais mais prestigiados carrega marcas corporais, linguísticas e simbólicas de sua origem, precisando constantemente renegociá-las para obter reconhecimento – um processo que Bourdieu descreve como *histereses* do *habitus* e que Souza, Ribeiro e Fanon interpretam como expressão psíquica das desigualdades estruturais. A ascensão individual, quando não acompanhada de transformações sociais mais amplas, tende a produzir um sujeito dividido entre mundos inconciliáveis, celebrada publicamente como “superação”, mas vivida privadamente como tensão permanente.

Diante dessas camadas entrelaçadas – histórica, institucional e subjetiva –, este estudo propõe-se a analisar a mobilidade social como fenômeno necessariamente coletivo, multidimensional e estrutural. Seu objetivo é desnaturalizar leituras que individualizam trajetórias, deslocando o foco das capacidades pessoais para os contextos que possibilitam ou inviabilizam a ascensão. Trata-se de compreender a mobilidade não como exceção heroica, mas como processo social dependente de políticas públicas redistributivas, reconhecimento simbólico e acesso equitativo aos bens materiais e culturais que tornam a cidadania possível. A proposta deste trabalho, portanto, é oferecer um arcabouço analítico capaz de evidenciar a interdependência entre desigualdade histórica e experiências contemporâneas de ascensão; a justificativa assenta-se na necessidade de reconstruir uma narrativa pública sobre mobilidade social que transcenda a lógica meritocrática e reconheça, como defendem Sen, Piketty e a CEPAL, que uma sociedade justa não é aquela em que alguns conseguem ascender apesar das estruturas, mas aquela em que as estruturas deixam de produzir exclusões sistemáticas.

CAPÍTULO 1

DA INÉRCIA À MOBILIDADE: O CUSTO DA ASCENSÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Questão mobilizadora da reflexão e análise: é possível ao cidadão pobre sair da pobreza no Brasil atual? Como? Qual é o preço desta transformação?

A pobreza no Brasil não é meramente uma condição econômica, mas um fenômeno multidimensional complexo, perpetuado por mecanismos estruturais que frequentemente parecem insuperáveis. A questão central – se é possível ao cidadão pobre sair da pobreza no Brasil atual – exige uma resposta igualmente complexa: é possível, mas a trajetória é repleta de obstáculos sistêmicos, e o “preço” da transformação vai muito além do esforço individual, envolvendo um custo social, psicológico e um investimento coletivo maciço.

A possibilidade da mobilidade social, embora existente, é severamente limitada pela herança histórica de desigualdade. Como demonstra Hasenbalg (2005), a estratificação social brasileira possui profundas raízes raciais e históricas. O autor argumenta que a abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas de integração da população negra à sociedade de classes, o que gerou uma vulnerabilidade social que se perpetua por gerações. Esta análise sugere que o ponto de partida do cidadão pobre, frequentemente negro ou pardo, já é marcado por um déficit histórico, um “preço” já pago em gerações anteriores de exclusão, que precisa ser compensado.

O caminho mais consolidado para a superação da pobreza passa, inquestionavelmente, pela educação de qualidade. No entanto, o acesso a uma educação transformadora é desigualmente distribuído. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) revelam uma gritante disparidade nos investimentos por aluno entre as redes pública e privada, refletindo-se diretamente nos resultados de aprendizagem e no acesso ao ensino superior. A pesquisa de Silva e Hasenbalg (2004) corrobora essa visão, afirmando que “o capital cultural e escolar é o principal vetor de mobilidade ascendente, mas sua aquisição é fortemente determinada pela origem social

do indivíduo”. O “preço” aqui é triplo: o custo direto de se manter estudando (muitas vezes abdicando de uma renda imediata), o esforço sobre-humano para superar a defasagem educacional de base e a resiliência para navegar um sistema que, não raro, o exclui.

Para além da educação, o emprego formal e a capacitação profissional são pilares essenciais. Programas como o Sistema S (SENAI, SENAC) e o PRONATEC representam tentativas institucionais de reduzir o custo dessa capacitação. No entanto, a inserção no mercado de trabalho não garante, por si só, a saída da pobreza, dado o fenômeno dos “*working poor*” – trabalhadores que, mesmo empregados, permanecem abaixo da linha da pobreza devido aos baixos salários. Como observa Pochmann (2012) a precarização das relações de trabalho e a expansão do setor de serviços de baixa remuneração criaram uma nova classe de pobres, que, embora economicamente ativos, não conseguem usufruir dos frutos do desenvolvimento. O preço da transformação, neste caso, inclui a necessidade de constante requalificação para escapar de empregos vulneráveis e a luta por direitos trabalhistas básicos.

O Estado desempenha um papel crucial como facilitador ou obstáculo nesse processo. Políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e seu sucessor, o Auxílio Brasil, são amplamente reconhecidas pela literatura por seu papel em reduzir a pobreza extrema e a desigualdade imediata. Um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022) conclui que programas de transferência de renda não apenas aliviam a privação material, mas também funcionam como um investimento em capital humano, ao condicionarem a frequência escolar e o cuidado com a saúde. No entanto, estas políticas são um piso, e não um trampolim. O “preço” da superação da pobreza, do ponto de vista do Estado, é o de uma intervenção contínua e multidimensional, que vá além da renda e invista em saúde, saneamento, mobilidade urbana e segurança pública – bens públicos que são a infraestrutura invisível da mobilidade social.

Finalmente, é imperativo discutir o preço psicológico e social. O indivíduo em busca de ascensão frequentemente paga um tributo em forma de “estresse de ascensão”, sentindo-se deslocado em seu meio de origem e não totalmente aceito nos espaços que almeja ocupar. O custo é a solidão, a pressão constante e a necessidade de desenvolver uma resiliência emocional extraordinária.

Em conclusão, é possível ao cidadão pobre sair da pobreza no Brasil atual, mas a jornada assemelha-se mais a uma maratona com obstáculos do que a uma simples corrida. O preço desta transformação é proibitivo para a maioria, pois é pago em moedas diversas: o esforço individual hercúleo, a superação de um déficit educacional histórico, a navegação em um mercado de trabalho precarizado e o custo psicológico da mobilidade. A saída sustentável da pobreza não é um projeto apenas individual, mas um empreendimento nacional. O preço final, portanto, é coletivo: é o preço de construirmos uma sociedade verdadeiramente comprometida com a equidade, que entenda que a pobreza não é uma falha de caráter, mas uma falha de estrutura. Enquanto o custo for majoritariamente arcado pelo indivíduo pobre, a rota de escape permanecerá uma exceção, e não a regra.

Para ampliar e aprofundar os horizontes da discussão iniciada acima, foi elaborado um conjunto de questões mobilizadoras da reflexão e análise. As questões foram organizadas por eixo temático e são apresentadas a seguir.

Eixo 1 – Estrutura histórica e desigualdade social. 1) De que maneira a abolição da escravidão, sem políticas efetivas de inclusão, contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais e sociais no Brasil? 2) Como a herança colonial e escravocrata moldou o conceito contemporâneo de mérito e esforço individual? 3) Em que medida a estratificação racial brasileira influencia as oportunidades de mobilidade social? 4) É possível afirmar que o Brasil vive uma “democracia racial” ou trata-se de uma ideologia que mascara a desigualdade estrutural? 5) Como a ausência de políticas reparatórias após 1888 ainda repercute nas condições de vida das populações negras e periféricas? 6) De que forma a noção de “déficit histórico” ajuda a compreender a desigualdade de oportunidades no presente?

Eixo 2 – Educação, capital cultural e oportunidades. 1) Qual o papel da educação básica na ruptura do ciclo intergeracional da pobreza? 2) De que maneira o “capital cultural” influencia as chances de mobilidade ascendente no Brasil? 3) É possível falar em meritocracia em um sistema educacional estruturalmente desigual? 4) como o acesso desigual à educação de qualidade impacta o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais? 5) Que estratégias educacionais poderiam reduzir as defasagens de aprendizagem nas redes públicas? 6) Como políticas como o ENEM, o Prouni e as cotas sociais e raciais reconfiguraram o acesso ao ensino superior e a mobilidade social?

Eixo 3 – Trabalho, renda e políticas públicas. 1) O emprego formal ainda é garantia de ascensão social no Brasil contemporâneo? 2) Quais são os limites e possibilidades dos programas de transferência de renda (como Bolsa Família e Auxílio Brasil) na superação da pobreza? 3) O fenômeno dos “*working poor*” revela um novo tipo de exclusão social? 4) Como a precarização do trabalho e a uberização afetam a noção de dignidade laboral e pertencimento social? 5) Em que medida políticas de capacitação profissional (como o PRONATEC e o Sistema S) podem compensar desigualdades estruturais? 6) Que papel o Estado deve desempenhar na criação de condições reais de mobilidade, para além da assistência imediata?

Eixo 4 – Desigualdades territoriais e infraestrutura social. 1) De que forma o território (bairro, cidade, região) condiciona as oportunidades de vida e mobilidade social? 2) Como o acesso desigual a bens públicos — transporte, saneamento, saúde e segurança — reforça os limites da mobilidade? 3) É possível pensar em políticas urbanas que funcionem como alavancas de inclusão social? 4) Qual o impacto da segregação espacial das classes sociais na reprodução da pobreza? 5) Como o conceito de “infraestrutura invisível” (serviços públicos essenciais) se relaciona com a justiça social? 6) Que papel as políticas de habitação e mobilidade urbana desempenham na superação da desigualdade?

Eixo 5 – Dimensões psicológicas, culturais e éticas da mobilidade. 1) O que é o “estresse de ascensão” e como ele se manifesta nas trajetórias de mobilidade social? 2) Em que medida o indivíduo em ascensão vive o dilema de pertencer a dois mundos e não ser plenamente aceito em nenhum deles? 3) Quais são os impactos emocionais e identitários do rompimento com o meio de origem? 4) Como as narrativas de sucesso pessoal (empreendedorismo, meritocracia) podem mascarar os custos psíquicos da mobilidade? 5) É possível pensar a mobilidade social como um fenômeno também coletivo, e não apenas individual? 6) Que valores éticos e sociais precisam ser repensados para que a ascensão social deixe de ser exceção e se torne possibilidade compartilhada?

Essas questões apresentadas funcionam como ferramentas linguísticas disparadoras da discussão. Assim sendo, nos próximos capítulos, organizadas nos eixos temáticos, cada questão será debatida e aprofundada (em ensaios teóricos e exploratórios) na intenção de aprofundar o conhecimento sobre o assunto em pauta e construir novos significados econômicos, sociais e culturais na realidade brasileira.

CAPÍTULO 2

EIXO 1 – ESTRUTURA HISTÓRICA E DESIGUALDADE SOCIAL

O LEGADO DA ABOLIÇÃO INACABADA: A GÊNESE DA DESIGUALDADE ESTRUTURAL NO BRASIL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: de que maneira a abolição da escravidão, sem políticas efetivas de inclusão, contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais e sociais no Brasil?

A abolição da escravidão em 1888, celebrada como um marco de humanidade, foi, em sua concretude histórica, um processo de libertação formal desacompanhado de qualquer projeto de integração da população negra à cidadania plena. Esta desconexão entre o fim do cativeiro e a construção de alicerces para a igualdade material não foi um mero acidente histórico, mas a semente deliberada de um padrão de desigualdade racial e social que se perpetuaria por séculos. A Lei Áurea, ao emancipar os corpos sem lhes garantir terra, educação ou inserção econômica, lançou a massa de libertos à própria sorte, criando as bases para uma marginalização estrutural que ainda hoje define o Brasil.

Imediatamente após a abolição, a ausência de políticas reparadoras ou de inclusão condenou a população negra a uma transição brutal do trabalho escravo para as formas mais precárias de subsistência. Sem acesso à terra, crédito ou educação, os ex-escravizados foram forçados a se inserir na economia como mão de obra barata e desprotegida, muitas vezes nas mesmas propriedades onde antes foram cativos, agora sob o regime de parceria ou moradia, que perpetuava a dependência. Como sintetiza o sociólogo Sílvio Almeida (2019), a abolição sem indenização ou reforma agrária criou um abismo social intransponível: o negro foi jogado no mercado de trabalho como *commodity*, sem que o Estado lhe fornecesse as condições mínimas para competir em condições de igualdade. Este “abismo social” não era apenas econômico; era a negação sistemática da cidadania.

Nesse contexto, a política oficial de incentivo à imigração europeia, subsidiada pelo Estado, operou como um mecanismo explícito de whitening (embranquecimento) da força de trabalho e da sociedade. Enquanto imigrantes

europeus recebiam passagem, lotes de terra e apoio para se estabelecerem, a população negra era invisibilizada e excluída das oportunidades emergentes. A historiadora Lilia Schwarcz (2014b) demonstra que o projeto de nação no pós-abolição era explicitamente eurocêntrico. A mão de obra negra foi sistematicamente preterida em favor da imigrante, sob a justificativa pseudocientífica de que esta traria o ‘progresso’ e a ‘civilização’. Dessa forma, o Estado financiou a exclusão do negro, consolidando uma hierarquia racial no mercado de trabalho que associou o trabalhador branco à qualificação e o negro aos serviços domésticos e braçais não remunerados.

Esse processo de marginalização econômica foi legitimado e reforçado por uma construção ideológica: o mito da democracia racial. A ideia de que no Brasil as raças conviviam harmonicamente, sem conflito, serviu para ocultar o racismo estrutural e desmobilizar lutas por direitos. Como argumenta o antropólogo Luiz Augusto Campos (2019) a democracia racial funcionou como um poderoso mecanismo de dominação, pois, ao negar a existência do racismo, impedia que se nomeasse e combatesse a opressão racial que estruturava as relações sociais. Ao invés de confrontar a exclusão, a narrativa da mestiçagem e da cordialidade mascarou a violência da abolição inconclusa, naturalizando a pobreza negra como uma falha individual e não como resultado de um projeto nacional excludente.

As consequências deste legado histórico são amplamente documentadas na literatura sociológica contemporânea. Mário Theodoro (2022), ao analisar séries históricas de dados produzidos pelo IBGE, demonstra que as desigualdades raciais no Brasil não constituem um resíduo do passado, mas um mecanismo estrutural permanente que organiza o acesso à renda, às posições de prestígio e aos direitos de cidadania. O autor evidencia que a população negra permanece concentrada nos estratos de menor renda, além de estar sub-representada nos espaços de decisão e fortemente exposta a indicadores de vulnerabilidade social, como a violência policial e o encarceramento em massa.

No campo específico do mercado de trabalho, Theodoro mostra que a penalização racial persiste mesmo entre indivíduos com alta escolaridade: trabalhadores negros com pós-graduação recebem, em média, rendimentos equivalentes aos de trabalhadores brancos que possuem apenas ensino superior completo. Essa discrepância revela que a escolarização, embora necessária,

não é suficiente para neutralizar os efeitos da racialização das oportunidades econômicas, indicando a profundidade histórica e a atualidade das hierarquias que estruturam a sociedade brasileira.

Portanto, a abolição sem inclusão não foi um capítulo encerrado da história brasileira, mas um evento fundador de uma ordem social profundamente desigual. A liberdade concedida sem os meios para exercê-la plenamente criou uma cidadania de segunda classe para a população negra, cujos efeitos são transmitidos intergeracionalmente. Negar políticas de reparação e ações afirmativas no presente, sob o argumento de que a escravidão é um fato superado, é ignorar que o Brasil construiu sua modernidade sobre o alicerce de uma abolição inacabada, cujo preço continua a ser pago, diariamente, pela população negra.

A SOMBRA DO AÇOITE: COMO A HERANÇA COLONIAL E ESCRAVOCRATA DISTORCEU O CONCEITO DE MÉRITO NO BRASIL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como a herança colonial e escravocrata moldou o conceito contemporâneo de mérito e esforço individual?

O conceito contemporâneo de mérito e esforço individual, frequentemente invocado como uma verdade axiomática e neutral, não pode ser dissociado do contexto histórico que o forjou. No Brasil, a pesada herança colonial e escravocrata moldou uma noção particularmente perversa de “mérito”, que frequentemente serve menos para recompensar o esforço genuíno e mais para justificar e naturalizar privilégios secularmente construídos. A análise desse processo revela que a ideologia meritocrática, quando transplantada para um solo marcado pela maior escravidão moderna das Américas, transformou-se em um instrumento de manutenção da hierarquia social.

A base da sociedade colonial e imperial brasileira era a violência extrema da escravidão, um sistema que, por definição, nega qualquer possibilidade de mérito ao indivíduo escravizado. Seu trabalho, seu corpo e sua existência eram apropriados como propriedade. Nesse contexto, o “sucesso” do senhor de engenho não era fruto de seu esforço individual isolado, mas da exploração brutal do trabalho alheio e da herança de terras e cativos. Como aponta o antropólogo Sílvio Almeida (2019), a aristocracia rural brasileira não se constituiu pelo mérito

de seus empreendimentos, mas pela violência da expropriação da terra e pela acumulação primitiva realizada através do corpo negro escravizado. A riqueza era, portanto, um atributo de casta, não de competência, criando uma elite acostumada a ver seus privilégios como direito natural.

Com o fim formal da escravidão e a transição para o trabalho livre, era imperioso para essa elite manter suas posições de dominação. A ideologia do mérito e do esforço individual, importada de contextos europeus e norte-americanos em processo de industrialização, foi adaptada para servir a esse propósito. Ela forneceu a roupagem moral necessária para justificar a exclusão da população negra, agora “livre”, mas destituída de qualquer recurso. A historiadora Lilia Schwarcz (2014a) demonstra como teorias raciais pseudocientíficas foram amalgamadas a essa ideologia: A crença na inferioridade congênita de negros e mestiços permitia que se atribuisse seu fracasso social não à violência da escravidão e à ausência de reparação, mas à sua suposta ‘incapacidade’ ou ‘preguiça’, enquanto o sucesso das elites brancas era lido como prova de seu ‘caráter’ e ‘empreendedorismo’. Dessa forma, o mérito tornou-se um código racializado.

Esse processo foi fundamental para a construção do mito da democracia racial. Ao propagar a ideia de que todos partem de condições iguais em uma sociedade harmoniosa, a narrativa meritocrática oculta a operação do racismo estrutural. Ela desloca a culpa do fracasso do sistema para o indivíduo. O sociólogo Jessé Souza (2021) critica veementemente essa lógica, argumentando que a ideologia do mérito é o mecanismo de legitimação mais eficaz da sociedade de classes, pois faz com que os pobres, e em especial os pobres negros, internalizem a culpa por sua própria exclusão, atribuindo-a à sua suposta ‘incompetência’ individual, enquanto os herdeiros do capitalismo escravocrata seguem se apropriando de riqueza e oportunidades.

Na contemporaneidade, essa herança distorcida manifesta-se de múltiplas formas. O discurso de que “basta querer” ou de que “o mercado é cego para a cor” desconsidera que os indivíduos partem de posições profundamente desiguais na estrutura social. Como argumenta Souza (2017), o acesso a capitais cultural, social e econômico — elementos decisivos para a trajetória escolar e ocupacional — é herdado geracionalmente, produzindo vantagens e desvantagens que se acumulam ao longo do tempo. Essa dinâmica, inaugurada no pós-abolição com a

distribuição desigual de recursos e oportunidades, continua a estruturar o presente.

Ao analisar a mobilidade social brasileira, Souza (2017) demonstra que a meritocracia, em contextos de desigualdade profunda, atua como um mecanismo simbólico que converte privilégios herdados em conquistas aparentemente individuais, legitimando aqueles que já se encontram nas camadas superiores e responsabilizando os que permanecem na base. Essa crítica é reforçada por Theodoro (2022), cuja análise de dados do IBGE evidencia que a desigualdade racial e a penalização econômica da população negra persistem mesmo entre indivíduos com alta escolaridade, revelando a continuidade histórica dos mecanismos que estruturam o acesso diferenciado a oportunidades. Assim, a ideia de mérito, quando desvinculada das condições sociais de origem, opera como narrativa que oculta as formas estruturais de reprodução da desigualdade.

Portanto, o conceito de mérito no Brasil carrega consigo a sombra do açoite e a herança do latifúndio. Ele não é uma ferramenta neutra de avaliação, mas um constructo histórico que foi moldado para justificar a manutenção de privilégios de raça e classe. Reconhecer esse legado não significa desmerecer o esforço ou a dedicação individuais, mas sim contextualizá-los. Implica entender que o verdadeiro mérito só pode ser aferido em condições de igualdade substantiva de oportunidades – um patamar que o Brasil, devido ao seu passado colonial e escravocrata, ainda está longe de alcançar. Desnaturalizar a ideologia meritocrática é, assim, o primeiro passo para desmontar as estruturas que perpetuam a mais profunda desigualdade social do país.

A BARREIRA INVISÍVEL: ESTRATIFICAÇÃO RACIAL E OS LIMITES DA MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: em que medida a estratificação racial brasileira influencia as oportunidades de mobilidade social?

A mobilidade social, idealizada como o movimento ascendente na pirâmide socioeconômica, é frequentemente celebrada como uma possibilidade democrática. No entanto, no contexto brasileiro, esse movimento é profundamente condicionado por um fator estruturante e determinante: a estratificação racial. A ideia de uma “democracia racial” há muito se revelou um mito, e a literatura

científica contemporânea demonstra de forma contundente que a variável racial opera como um dos principais mecanismos de filtragem e restrição às oportunidades de ascensão, criando um teto de concreto para a população negra e parda.

A estratificação racial brasileira não é um vestígio anacrônico, mas um sistema dinâmico, continuamente reproduzido por instituições centrais da vida social. O mercado de trabalho é um dos espaços onde essa reprodução se expressa com maior nitidez. Evidências consistentes provenientes de pesquisas oficiais mostram que, mesmo quando se comparam trabalhadores com nível educacional semelhante, negros e pardos continuam recebendo salários significativamente inferiores aos dos brancos.

Segundo dados divulgados pelo IBGE (2022)¹, a renda média do trabalhador branco foi 75,7% maior que a do trabalhador negro, diferença que não pode ser explicada por escolaridade, setor de atuação ou experiência profissional. Essa defasagem é reiterada por análises do IPEA, que há anos apontam para a persistência da desigualdade racial no rendimento, com impacto direto sobre as chances de mobilidade social da população negra. Como o IPEA² enfatiza em seus estudos sobre desigualdades estruturais, essas disparidades funcionam como um freio permanente à acumulação de riqueza, restringindo as possibilidades de ascensão mesmo entre aqueles que alcançam altos níveis de qualificação.

Assim, a chamada “penalização racial” não é um desvio pontual, mas um componente estrutural do mercado de trabalho brasileiro, produzindo barreiras materiais e simbólicas que limitam o acesso a padrões de vida condizentes com a formação e o esforço dos trabalhadores negros.

O sistema educacional brasileiro, conforme demonstram Silva (2020) e Vieira Filho, Marques e Araújo (2023/2024), está longe de atuar como um equalizador social, reproduzindo desigualdades de origem que atingem de forma mais intensa a população negra desde os primeiros anos de escolarização. Silva (2020) evidencia que as barreiras educacionais enfrentadas por crianças e jovens negros resultam de processos sócio-históricos de exclusão e racismo estrutural

1 IBGE (2022), divulgado por Agência Brasil, mostra que “a renda média do trabalhador branco era 75,7% maior que a do trabalhador negro”.

2 IPEA (2023) reitera que as desigualdades raciais de rendimento persistem mesmo entre trabalhadores com escolaridade equivalente.

que marcam a formação da escola pública, majoritariamente frequentada por estudantes negros e pobres, gerando déficits formativos cumulativos difíceis de superar ao longo da trajetória escolar. De modo complementar, Vieira Filho et al. (2023/2024) mostram que práticas discriminatórias e expectativas escolares reduzidas continuam a atravessar o cotidiano educacional, afetando permanência, desempenho e a constituição da autoestima acadêmica, especialmente de estudantes negras. Assim, muito antes da entrada no ensino superior ou do acesso ao mercado de trabalho, a estratificação racial condiciona oportunidades, limita horizontes de futuro e restringe o potencial de mobilidade social, revelando que as desigualdades educacionais no Brasil são estruturalmente produzidas e não apenas circunstanciais.

Além de dimensões econômicas e educacionais, a mobilidade social é fortemente influenciada por fatores psicossociais, especialmente pelo acesso a redes de contato e ao capital social. Pesquisas de Edward Telles (2003) e Márcia Lima (2010) mostram que a estratificação racial no Brasil produz padrões distintos de sociabilidade, nos quais indivíduos brancos tendem a acessar redes mais densas e influentes, facilitando a entrada em empregos, estágios e oportunidades de negócio. Conforme argumenta Costa Ribeiro (2016), essas redes funcionam como um recurso decisivo para a mobilidade, pois a ascensão depende tanto das competências adquiridas quanto da capacidade de acessar circuitos sociais que operam como portas de entrada privilegiadas. Ao segmentar o tecido social, o racismo estrutural restringe o capital relacional da população negra, limitando seu trânsito por espaços institucionalizados e de prestígio. Assim, mecanismos informais — como indicações, confiança e redes de apoio — tornam-se vetores de reprodução das desigualdades raciais, ainda que frequentemente naturalizados como diferenças individuais.

O mito da democracia racial, por sua vez, desempenha um papel perverso ao obscurecer esses mecanismos. Ao insistir na narrativa da miscigenação harmoniosa e da ausência de racismo, ele individualiza o fracasso e a pobreza. O filósofo Silvio Almeida (2019) alerta que a naturalização da hierarquia racial leva a sociedade a interpretar a sub-representação negra nas posições de elite não como um problema estrutural, mas como uma evidência de falta de esforço ou capacidade individual. Esta lógica exonera a sociedade e o Estado de sua

responsabilidade histórica e perpetua um ciclo em que a desigualdade de resultados é usada para justificar a desigualdade de oportunidades.

Em termos gerais, a estratificação racial brasileira não é um mero pano de fundo, mas um ator central na determinação do quão longe um indivíduo pode ascender na sociedade. Ela atua através de uma combinação de penalização salarial, segregação educacional, fragilização do capital social e de uma poderosa narrativa ideológica que oculta suas próprias operações. A mobilidade social, portanto, não é um jogo disputado em campo nivelado. Ela é uma corrida de obstáculos na qual uma parte significativa dos corredores, em função de sua raça, parte de uma posição significativamente atrás e tem de superar barreiras adicionais invisíveis. Romper com esse ciclo exige mais do que meritocracia individual; exige o reconhecimento público deste problema estrutural e a implementação de políticas antirracistas consistentes e duradouras que atuem em todas essas frentes.

A DEMOCRACIA RACIAL COMO PROJETO HEGEMÔNICO: DESVELANDO A ARQUITETURA DE UMA IDEOLOGIA BRASILEIRA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: é possível afirmar que o Brasil vive uma “democracia racial” ou trata-se de uma ideologia que mascara a desigualdade estrutural?

A noção de que o Brasil constitui uma “democracia racial” permanece como um dos artefatos ideológicos mais persistentes da formação social brasileira, operando não como descrição empírica da realidade, mas como dispositivo simbólico de poder que mascara as desigualdades raciais estruturais. Como demonstram Nunes, Lehfeld e Montes Netto (2021), essa narrativa se sustenta precisamente ao negar a existência do racismo, produzindo um horizonte interpretativo no qual as hierarquias resultantes da escravidão e do colonialismo são naturalizadas como traços culturais benignos. A leitura histórica inaugurada por Gilberto Freyre, que transformou a mestiçagem — frequentemente marcada pela violência e pela dominação sexual — em ícone de uma suposta harmonia racial, consolidou a base simbólica desse mito nacional. Conforme argumenta Melo (2024), a exaltação da convivência cordial funcionou para obscurecer as condições materiais de desigualdade e para produzir uma autoimagem nacional que

neutraliza conflitos, ocultando a persistência do privilégio racial. Essa construção discursiva, posteriormente apropriada pelo Estado Novo e convertida em doutrina oficial, atuou como tecnologia política de produção de identidade nacional, forjando a aparência de unidade enquanto silenciava as fissuras profundas que estruturam as relações raciais no Brasil contemporâneo.

A eficácia deste constructo ideológico reside precisamente em sua capacidade de mimetizar-se com o senso comum, tornando-se uma lente através da qual a sociedade interpreta a si mesma. Contudo, os dados empíricos desmontam de forma cabal essa pretensa harmonia. As desigualdades raciais manifestam-se de forma cristalina e persistente em todos os indicadores sociais objetivos. No âmbito econômico, evidências recentes mostram que o hiato de rendimentos entre negros e não negros permanece estrutural e estável ao longo do tempo. Segundo boletim especial do DIEESE (2024), “o rendimento médio dos negros era de R\$ 2.392, valor 40% inferior ao dos demais trabalhadores (R\$ 4.008)”, o que revela uma desvalorização sistemática que não pode ser atribuída exclusivamente a diferenças de escolaridade ou experiência.

Quando se observam comparações estratificadas por nível educacional, a distância permanece significativa, embora não alcance os mesmos 40% identificados na média geral. O relatório do IPEA (Jaccoud, 2009) demonstra que, em 1995, trabalhadores negros com menos de quatro anos de estudo recebiam cerca de **64%** da renda de trabalhadores brancos com a mesma escolaridade; entre aqueles com mais de onze anos de estudo, a proporção era de **69%**, patamar que se manteve praticamente estável até 2007. Esses números indicam que, mesmo quando controladas variáveis como escolaridade, persiste um diferencial salarial substantivo que apenas pode ser explicado pela operação contínua de mecanismos estruturais de discriminação racial.

Outros levantamentos reforçam esse quadro. O Observatório Brasileiro das Desigualdades registra que trabalhadores negros (pretos e pardos) ganham, em média, 69,2% do rendimento dos não negros, uma diferença de aproximadamente 30,8%. A convergência desses dados — provenientes de instituições distintas e metodologias complementares — confirma que não se trata de um resquício histórico, mas de uma dinâmica ativa, renovada e incorporada às formas contemporâneas de organização econômica. O hiato racial nos rendimen-

tos, portanto, não é episódico: é um componente estrutural da economia brasileira e um dos pilares da reprodução das desigualdades no país.

O mito da democracia racial opera uma violência epistêmica ao invisibilizar o racismo estrutural e patologizar suas vítimas, conformando-se ao que Lélia Gonzalez (2020) identificou como o “terror do branqueamento” na formação social brasileira. Esse dispositivo ideológico, ao propagar a ficção de uma igualdade racial já alcançada, instaura um regime de veridicção que desautoriza sistematicamente a fala das vítimas, transformando o conflito racial em questão de má-fé individual. Tal mecanismo, fundamental para a manutenção da hegemonia, encontra na resistência às cotas raciais sua expressão contemporânea, na qual argumentos meritocráticos revelam-se, nas palavras de Djamila Ribeiro (2019), estratégias da branquitude para preservar privilégios secularmente constituídos.

A desconstrução desse mito exige reconhecer, com Gonzalez (2020), que a mestiçagem nunca anulou as hierarquias raciais e, com Ribeiro, que o racismo se sustenta precisamente pela recusa em reconhecê-lo como estrutura. Superar a democracia racial como obstáculo epistemológico e político torna-se condição indispensável para a construção de um projeto nacional verdadeiramente democrático, no qual a diversidade deixe de ser máscara da desigualdade para se converter no fundamento de uma nova ética antirracista e decolonial.

A ABOLIÇÃO COMO PROJETO DE INCLUSÃO SUBALTERNA: A DÍVIDA HISTÓRICA E SUA REPRODUÇÃO ESTRUTURAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como a ausência de políticas reparatórias após 1888 ainda repercute nas condições de vida das populações negras e periféricas?

A promulgação da Lei Áurea em 1888 instituiu não uma ruptura, mas uma transição calculada que preservou as estruturas fundamentais de poder. A abolição sem reparações constituiu um ato político fundante que estabeleceu os parâmetros para uma inclusão subalterna da população negra na ordem social brasileira. Esta libertação inconclusa operou uma transformação no estatuto jurídico dos negros sem alterar sua condição material, criando assim as precondições para uma marginalização estrutural que se reproduziria por mecanismos

aparentemente neutros. Como observa Florestan Fernandes (2021) em análise seminal, o negro foi lançado à liberdade como se jogasse um peso aos ombros dele, cabendo-lhe a responsabilidade pela própria sorte, sem que a sociedade lhe oferecesse os meios elementares para competir em condições de igualdade. Esta falha originária não representa uma mera omissão, mas a consolidação deliberada de um projeto nacional que transferiu para as vítimas do sistema escravista o ônus de sua própria integração.

A arquitetura dessa inclusão subalterna manifestou-se sobretudo na formação de um mercado de trabalho racialmente segmentado no pós-abolição, quando a política estatal de incentivo à imigração europeia — amplamente financiada com recursos públicos — instituiu barreiras que relegaram a população negra aos estratos mais precários da economia emergente. Como demonstram Alves e Rocha (2023), a construção simbólica do imigrante europeu como representante do progresso e da modernidade naturalizou a exclusão dos trabalhadores negros, associados discursivamente ao atraso e à baixa produtividade, legitimando uma divisão racial do trabalho cujos efeitos persistem no presente. Mesmo quando controladas variáveis como escolaridade e experiência, mostram as autoras, a população negra permanece concentrada em ocupações desvalorizadas e sub-remuneradas, evidenciando que tal desigualdade não deriva de mérito individual, mas de um arranjo estrutural que historicamente vinculou raça, posição social e oportunidade econômica no Brasil.

A dimensão espacial desta herança manifesta-se na genealogia das periferias urbanas. A não redistribuição de terras após a abolição impediu a formação de um campesinato negro autônomo, catalisando um êxodo rural desprovido de mecanismos de inserção urbana. Esta dinâmica gerou o que Caldeira (2006) denomina “urbanização segregacionista”, onde a ocupação de áreas precárias e desprovidas de infraestrutura representou a única alternativa de moradia para uma população sistematicamente excluída do mercado formal de terras. A favela consolida-se assim como o espaço de reprodução da força de trabalho negra liberta, território marcado pela precariedade dos serviços públicos e pela violação sistemática do direito à cidade.

A perpetuação desta ordem exige, contudo, uma sustentação ideológica robusta, encontrada no mito da democracia racial. Esta narrativa, ao negar a exis-

tência do racismo como estrutura, opera o que Gonzalez (2020) identifica como “violência epistêmica” – a desautorização sistemática dos saberes e experiências de populações não-brancas –, por meio da qual a experiência do racismo é sistematicamente desautorizada e transformada em questão de percepção individual ou má-fé. Esta operação discursiva é fundamental para naturalizar as desigualdades, convertendo um problema histórico e político em uma questão de mérito ou capacidade individual, deste modo exonerando o Estado e a sociedade de sua responsabilidade histórica.

As consequências mais brutais desta arquitetura social manifestam-se na esfera da segurança pública e do sistema de justiça. A naturalização da população negra como ameaça potencial consolidou o que Almeida (2019) conceitualiza como estruturas fúnebres do Estado, onde a letalidade policial e o encarceramento em massa operam como mecanismos de gestão demográfica das populações excluídas. Os corpos negros tornam-se, assim, alvos preferenciais de um aparato estatal que reproduz, sob novas roupagens, a lógica disciplinar do período escravista.

A abolição sem reparações instituiu, portanto, uma dívida histórica que se capitaliza através de gerações. Sua repercussão contemporânea não se limita à desigualdade econômica, mas estrutura o próprio acesso diferenciado à cidadania, ao território e à justiça. As condições de vida das populações negras e periféricas representam não uma falha do sistema, mas o funcionamento esperado de uma ordem social fundada na inclusão subalterna. Reconhecer este legado exige compreender que a superação das desigualdades raciais demandará não apenas políticas de redistribuição, mas um enfrentamento direto desta dívida histórica através de mecanismos reparatórios que contemplem as dimensões materiais, simbólicas e políticas da exclusão.

A ONTOLOGIA DO DÉFICIT HISTÓRICO: TEMPORALIDADE E REPRODUÇÃO DAS ASSIMETRIAS SOCIAIS

Questão mobilizadora da reflexão e análise: de que forma a noção de “déficit histórico” ajuda a compreender a desigualdade de oportunidades no presente?

A compreensão das desigualdades contemporâneas demanda uma ruptura epistemológica com perspectivas que as concebem como fenômenos autogerados

no presente. A noção de déficit histórico emerge não como mera metáfora, mas como categoria analítica fundamental para desvelar a processualidade dialética que vincula violências fundadoras à constrição atual de oportunidades. Este constructo teórico permite articular a dimensão temporal da produção das assimetrias sociais, revelando como modalidades específicas de espoliação histórica convertem-se em capital político, econômico e simbólico para grupos dominantes, enquanto produzem um lastro de desvantagem cumulativa para comunidades sistematicamente excluídas. Como observa Santos (2021), as sociedades não superam traumas estruturais por decreto; antes, os metabolizam em novas formas de organização do privilégio e da exclusão. Neste sentido, o déficit histórico manifesta-se não como ausência, mas como presença ativa de um passado que se reinscreve continuamente nas institucionalidades vigentes.

A materialidade deste processo evidencia-se com particular clareza na transmissão intergeracional de patrimônio. O ciclo histórico que articula escravidão, abolição não reparatória e políticas de branqueamento criou uma assimetria patrimonial inicial que funciona como matriz geradora de novas desigualdades. Analisando a dinâmica secular da riqueza no Brasil, Piketty (2022) demonstra que a taxa de retorno sobre o capital herdado permanece estruturalmente superior à taxa de crescimento econômico, transformando a violência expropriatória original em vantagem competitiva perpétua. Esta lógica assegura que o acesso a oportunidades não se distribua conforme mérito ou capacidade individual, mas segundo algoritmos históricos de acumulação primitiva que continuam a produzir efeitos nas gerações presentes.

No campo do capital cultural, o déficit histórico que marca as trajetórias das populações negras opera por meio de uma profunda “assimetria de repertório”, cujo enraizamento remonta à interdição secular da educação formal durante a escravidão e à posterior oferta educacional precária e segregada. Como demonstra Nogueira (2021), o *habitus* e o capital cultural não são adquiridos de forma imediata ou voluntarista, mas incorporados ao longo de processos intergeracionais de socialização que conferem às elites um domínio naturalizado dos códigos escolares e culturais valorizados. Para os grupos historicamente excluídos, esse descompasso impõe um trabalho contínuo de tradução cultural, necessário para acessar linguagens e práticas que lhes foram historicamente negadas. Essa

desigualdade na economia simbólica converte-se em desvantagem concreta em processos seletivos, concursos públicos e demais mecanismos de alocação social, que tendem a confundir familiaridade com códigos legítimos com competência intrínseca, reproduzindo assim as hierarquias sociais e raciais por meio de critérios aparentemente neutros.

A dimensão política deste déficit manifesta-se na configuração do Estado e em seu funcionamento como aparato de reprodução de privilégios. A exclusão histórica de grupos subalternos das instâncias de poder produziu uma estrutura estatal que, em sua arquitetura e *modus operandi*, tende a naturalizar as necessidades das elites como interesse geral. Analisando a formação burocrática brasileira, Carvalho (2017) identifica a permanência de um *ethos* estamental que converte o Estado em mecanismo de cristalização de privilégios históricos, onde a universalidade formal encobre a particularidade substantiva dos interesses atendidos. Desta forma, políticas públicas supostamente neutras frequentemente operam para perpetuar, e não para superar, os déficits históricos.

A compreensão do déficit histórico como categoria analítica exige, portanto, o abandono de perspectivas lineares de tempo social. As oportunidades no presente não são distribuídas em um campo nivelado, mas em um terreno cuja topografia foi moldada por séculos de espoliação sistemática. As vantagens herdadas funcionam como capital que gera capital, enquanto as desvantagens históricas reproduzem-se como juros compostos da exclusão. Neste sentido, a noção de déficit histórico não representa um convite ao imobilismo, mas sim a condição de possibilidade para a construção de políticas de justiça que sejam, necessariamente, políticas de reparação histórica. Como adverte Fanon (2022), a descolonização do futuro exige o enfrentamento radical do passado, não como nostalgia, mas como diagnóstico da estrutura do presente.

CAPÍTULO 3

EIXO 2 – EDUCAÇÃO, CAPITAL CULTURAL E OPORTUNIDADES

EDUCAÇÃO BÁSICA E MOBILIDADE SOCIAL: DESAFIOS E POTENCIAL NA RUPTURA DO CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA NO BRASIL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: qual o papel da educação básica na ruptura do ciclo intergeracional da pobreza?

A educação básica ocupa um papel decisivo na ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, configurando-se como um dos instrumentos mais poderosos de transformação social. No entanto, sua eficácia não pode ser compreendida de forma simplista ou linear, como se o simples acesso à escola bastasse para alterar destinos. Trata-se, antes, de um processo profundamente dependente da qualidade da aprendizagem, da equidade na oferta e da integração com outras políticas públicas que garantam às crianças e jovens as condições materiais e simbólicas para aprender. Em sociedades desiguais como a brasileira, a educação básica é chamada a funcionar como um mecanismo de compensação de desigualdades históricas, e não apenas de certificação formal de escolaridade.

A literatura recente tem demonstrado que a origem social, a renda familiar e o tipo de escola frequentada são variáveis fortemente associadas ao desempenho acadêmico. Correia e Pintos-Payeras (2025) observam que “a escolaridade dos pais, renda familiar, tipo de escola e acesso a recursos tecnológicos exercem efeitos significativos sobre o desempenho” (p. 7). Esse dado revela o quanto as trajetórias escolares refletem as condições de partida dos estudantes. A escola, portanto, precisa operar como um espaço de compensação estrutural, capaz de oferecer oportunidades educacionais que neutralizem as desvantagens herdadas e criem um ambiente favorável ao desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e emocionais.

Para Costa Ribeiro (2023), a expansão do ensino e a ampliação da igualdade de oportunidades educacionais foram os principais vetores do aumento da mobilidade intergeracional no Brasil. O autor destaca que a expansão do ensino

médio e superior e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais foram os dois principais mecanismos que explicam o aumento da mobilidade intergeracional no Brasil. Contudo, ele alerta que esse processo ainda é fortemente condicionado pela estratificação social, o que indica que a escola, por si só, não consegue corrigir as desigualdades originárias do meio familiar e territorial. Assim, políticas de equidade devem atuar desde a educação infantil, ampliando o acesso à creche e à pré-escola, para que o ponto de partida não determine o ponto de chegada.

Dimensão territorial exerce um impacto relevante sobre a efetividade da educação básica. Estudos nacionais indicam que a escola, embora central na formação acadêmica, muitas vezes reproduz desigualdades já existentes entre os alunos. Por exemplo, o artigo *Desigualdades educacionais no ensino fundamental no Brasil entre os anos 2015 e 2021* (Alves; Silva; Gomes, 2025) evidencia que disparidades de rendimento, raça e gênero cresceram recentemente, mostrando que a escolarização, por si só, não é suficiente para garantir equidade. Além disso, pesquisas com recortes espaciais e análises do entorno escolar — como aquelas desenvolvidas pelo Cenpec e em estudos de geografia da educação — demonstram que a localização da escola e a concentração de pobreza nos territórios influenciam diretamente o desempenho escolar e a mobilidade social. Esses achados sugerem que romper o ciclo da desigualdade requer políticas urbanas e sociais integradas, que promovam infraestrutura adequada, transporte, segurança e alimentação, articuladas ao trabalho pedagógico, de modo a criar condições concretas para a superação das barreiras sociais.

A educação básica, portanto, precisa ser compreendida como parte de um ecossistema interdependente, que envolve saúde, assistência social, cultura e trabalho. Programas de transferência de renda, quando vinculados à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde, têm mostrado efeitos positivos na redução da evasão e no aumento da escolarização. Entretanto, para que a educação se torne efetivamente emancipatória, é preciso que o sistema escolar ofereça qualidade pedagógica, formação docente continuada, currículos culturalmente relevantes e avaliações formativas que valorizem o progresso real dos estudantes, e não apenas resultados padronizados.

O desafio central é deslocar o paradigma da escola que seleciona para o da escola que emancipa. Isso significa garantir a todos os alunos o direito de aprender, não apenas o direito de estar matriculado. A educação básica, quando orientada por esse princípio, pode produzir impactos de longo prazo: melhora do desempenho econômico individual, maior estabilidade social, redução da criminalidade e fortalecimento do capital social das comunidades. No entanto, sem políticas públicas coerentes e sustentáveis, os ganhos permanecem limitados e as desigualdades se perpetuam.

De modo geral, a educação básica pode ser entendida como uma condição importante, ainda que não suficiente, para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Sua capacidade de transformação parece depender da forma como se articulam fatores como qualidade educacional, equidade no financiamento, atenção à primeira infância e políticas territoriais que dialoguem entre si. Em contextos nos quais a escola é compreendida menos como um privilégio e mais como um espaço de justiça social, torna-se possível vislumbrar a redução das distâncias que separam as origens socioeconômicas das oportunidades de vida. Assim, a educação básica pode ser vista não apenas como uma política pública em sentido estrito, mas como um campo de possibilidades em que se esboça, ainda que de modo incerto e gradual, a reconstrução das bases da cidadania.

A ALQUIMIA DO CAPITAL CULTURAL: REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES BRASILEIRA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: de que maneira o “capital cultural” influencia as chances de mobilidade ascendente no Brasil?

A análise dos mecanismos de mobilidade social no Brasil contemporâneo exige um exame minucioso das formas não econômicas de capital que, de maneira silenciosa porém decisiva, estruturam o campo das possibilidades individuais. Entre estas, o capital cultural, nos termos cunhados por Pierre Bourdieu e reelaborados no contexto nacional, configura-se não como um mero adorno formativo, mas como um operador central na reprodução das hierarquias sociais. Sua influência nas chances de mobilidade ascendente manifesta-se através de um duplo movimento: como herança familiar que confere vantagens competitivas natura-

lizadas e como mecanismo de conversão que transforma recursos simbólicos em posições sociais concretas. Como adverte Bourdieu (2011), o capital cultural, na sua forma incorporada, possui uma aparente inocência que mascara sua eficácia como instrumento de seleção social. Esta transmissão intergeracional de códigos, repertórios e disposições constitui um dos eixos fundamentais para compreender a persistência das desigualdades em uma sociedade que se imagina meritocrática.

A primazia do capital cultural na estrutura de oportunidades inicia-se no âmbito doméstico, onde se processa a transmissão do que se pode denominar “vantagem inicial”. Pesquisas recentes em sociologia da educação demonstram como famílias detentoras de elevado capital cultural proporcionam aos seus filhos não apenas estímulos cognitivos precoces, mas sobretudo um *habitus* letrado que inclui familiaridade com vocabulário complexo, raciocínio abstrato e códigos de comportamento valorizados pela instituição escolar. Silva (2022), em estudo longitudinal sobre trajetórias educacionais, constatam que crianças de classes médias e elites chegam à escola já alfabetizadas nos códigos hegemônicos de sociabilidade e comunicação, enquanto crianças de classes populares precisam simultaneamente aprender os conteúdos formais e decifrar as regras não escritas do jogo escolar. Esta dessincronia inicial, longe de ser superada, tende a ampliar-se ao longo da trajetória educacional, convertendo diferenças de socialização primária em desigualdades de desempenho academicamente naturalizadas.

O sistema educacional, longe de funcionar como instância equalizadora, consolida-se como arena privilegiada de conversão de capital cultural em vantagem competitiva. A aparente neutralidade dos processos seletivos, dos currículos e das práticas pedagógicas oculta seu fundamento em arbitrariedades culturais que privilegiam determinados códigos em detrimento de outros. Como demonstra Carvalho (2017), a excelência acadêmica é frequentemente a tradução institucionalizada das disposições e repertórios próprios das classes dominantes, criando um ciclo de cumulatividade onde os já detentores de capital cultural veem seu patrimônio simbólico constantemente revalidado. Esta lógica manifesta-se com particular clareza nos exames vestibulares e no Enem, onde questões que demandam familiaridade com referências eruditas, viagens internacionais ou mesmo padrões específicos de raciocínio atuam como filtros culturais eficazes.

Para além da esfera educacional, o capital cultural funciona como moeda simbólica no mercado de trabalho, especialmente em estratos profissionais de maior prestígio, onde a mera competência técnica não garante acesso a posições elevadas. Meuleman e Kraaykamp (2023) mostram que indivíduos com maior participação cultural e repertório simbólico — familiaridade com códigos sociais valorizados, hábitos culturais legitimados e polimento social — têm mais facilidade em mobilizar redes de contato que favorecem oportunidades profissionais. Esse processo permite que o capital cultural, frequentemente herdado e transmitido no ambiente familiar, se converta em vantagens concretas de ocupação e remuneração, reproduzindo desigualdades estruturais mesmo em contextos que aparentam premiar apenas o mérito individual.

A questão que se impõe, portanto, transcende a mera constatação da influência do capital cultural. Trata-se de compreender como sua distribuição profundamente assimétrica no Brasil - fruto de nosso passado escravocrata e de nossa modernização excludente - configura um circuito de reprodução social particularmente resiliente. Enquanto as políticas públicas focarem exclusivamente na equalização de recursos materiais e desconsiderarem a economia simbólica que estrutura as chances de mobilidade, estarão fadadas a obter resultados limitados. O desafio que se coloca para uma agenda verdadeiramente democratizante é o de operar simultaneamente na redistribuição material e no reconhecimento e valorização dos múltiplos capitais culturais presentes na sociedade brasileira, desnaturalizando a hierarquia que os ordena. Como conclui Santos (2021), a justiça social no século XXI exigirá não apenas a redistribuição de riqueza, mas a descolonização dos critérios de excelência e competência que organizam o campo das oportunidades.

A ILUSÃO MERITOCRÁTICA: A NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Questão mobilizadora da reflexão e análise: é possível falar em meritocracia em um sistema educacional estruturalmente desigual?

A noção de meritocracia, enquanto princípio organizador de sistemas sociais, sustenta-se na premissa de que as posições individuais na estrutura so-

cial resultariam exclusivamente do esforço e talento pessoais, em condições de igualdade de oportunidades. No entanto, quando transplantada para um contexto de profundas assimetrias estruturais como o brasileiro, essa concepção revela-se não apenas inadequada, mas ideologicamente operante na legitimação das próprias desigualdades que pretende superar. A análise do sistema educacional à luz da produção sociológica contemporânea demonstra que a meritocracia, longe de ser um princípio neutro, funciona como mecanismo de conversão de vantagens históricas em conquistas individuais aparentemente justas, obscurecendo os determinantes extraescolares do sucesso e do fracasso. Como adverte Bourdieu (2020), a ideologia do dom constitui a forma por excelência da legitimação das desigualdades sociais, na medida em que permite atribuir a disposições naturais o que é produto de condições sociais de aquisição.

A materialidade desta constatação evidencia-se ao examinarmos a gênese das disparidades educacionais. Pesquisas em sociologia da educação demonstram que as diferenças de desempenho escolar têm suas origens em processos de socialização primária profundamente desiguais. Alves e Nogueira (2021), em estudo sobre capital cultural e trajetórias escolares, constataam que crianças provenientes de famílias com elevado capital cultural chegam à escola já familiarizadas com os códigos linguísticos, os padrões de raciocínio abstrato e as disposições valorizadas pela instituição escolar, enquanto as demais precisam empreender um árduo trabalho de decodificação de regras não escritas. Esta vantagem inicial, socialmente constituída, é subsequentemente naturalizada pelo sistema educacional através de mecanismos de avaliação que a tomam como padrão de “competência” ou “inteligência”, convertendo herança cultural em mérito individual.

A própria arquitetura do sistema educacional brasileiro opera como dispositivo de amplificação de desigualdades já dadas na origem social. A segmentação entre redes pública e privada, com diferenças estruturais de financiamento e de condições de trabalho docente, produz circuitos qualitativamente distintos de escolarização, em que as elites tendem a frequentar instituições que reforçam seus capitais culturais, enquanto as classes populares são direcionadas a escolas marcadas por ensino mais disciplinar e conteudista (Costa, 2024; Moraes, 2022). Essa dualidade estrutural converte-se, posteriormente, em barreira efetiva ao acesso ao ensino su-

perior, uma vez que vestibulares e o ENEM, sob aparência de neutralidade técnica, consagram os códigos culturais das classes dominantes como critério legítimo de avaliação (Barros, 2014; Coimbra, 2023).

Os exames padronizados, frequentemente invocados como emblemas da igualdade de oportunidades, merecem análise particular. A pesquisa de Coimbra (2023) sobre o ENEM revela que questões que demandam familiaridade com repertórios culturais específicos, viagens internacionais ou mesmo padrões específicos de raciocínio lógico atuam como eficientes mecanismos de seleção social, ainda que apresentados sob a roupagem de avaliação de competências cognitivas universais. Desta forma, o que se apresenta como instrumento meritocrático revela-se, na prática, como dispositivo de conversão de capital cultural herdado em vantagem competitiva no presente.

A consequência mais perversa desta lógica é a produção de um duplo movimento de legitimação: por um lado, os bem-sucedidos no sistema atribuem seu sucesso exclusivamente ao próprio mérito, obscurecendo os capitais sociais e culturais que lhes foram transmitidos; por outro, os fracassados internalizam a culpa por seu insucesso, interpretando-o como falha pessoal. Como sintetiza Almeida (2019), a meritocracia opera uma alquimia perversa: transforma privilégio histórico em merecimento presente, e desvantagem estrutural em incompetência individual.

Diante deste quadro, torna-se evidente que a linguagem da meritocracia em um contexto de profunda desigualdade educacional constitui não uma ferramenta de justiça, mas um instrumento de conservação das hierarquias sociais. A solução não reside, contudo, no abandono de critérios de mérito, mas na sua redefinição radical, que exige o reconhecimento prévio e o enfrentamento das condições desiguais que tornam possível seu exercício. Como conclui Sen (2011), a verdadeira igualdade de oportunidades não significa tratar todos igualmente, mas criar as condições para que capacidades distintas possam florescer em seu potencial máximo. Enquanto o sistema educacional brasileiro permanecer estruturalmente desigual, a retórica meritocrática servirá menos para promover a mobilidade social e mais para justificar a reprodução das assimetrias que marcam nossa formação histórica.

EDUCAÇÃO DIVIDIDA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como o acesso desigual à educação de qualidade impacta o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais?

O acesso desigual à educação de qualidade constitui uma das formas mais persistentes e silenciosas de reprodução das desigualdades sociais, afetando de maneira profunda o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais. Embora a escolarização seja um direito universal, o modo como ela se realiza no Brasil continua profundamente marcado por assimetrias históricas de classe, raça e território. A diferença entre estar na escola e aprender com qualidade traduz-se em um abismo de oportunidades: enquanto alguns estudantes têm acesso a ambientes de aprendizagem estimulantes, com professores qualificados, metodologias ativas e suporte emocional, outros encontram instituições precarizadas, desprovidas de recursos materiais e humanos, incapazes de garantir o mínimo necessário para o florescimento integral das capacidades humanas.

As pesquisas internacionais têm demonstrado que o déficit de aprendizagem se instala precocemente e tende a se acumular ao longo da vida escolar. O relatório *The State of Global Learning Poverty* (UNESCO; UNICEF; World Bank, 2022) alerta que a porcentagem de crianças incapazes de ler e compreender um texto simples aos 10 anos alcançava 57% nos países de baixa e média renda antes da pandemia. Esse dado ilustra que a desigualdade educacional não é um fenômeno pontual, mas um processo estrutural, em que as carências materiais e pedagógicas dos sistemas de ensino impedem que a escolarização produza desenvolvimento cognitivo efetivo. Crianças que não são alfabetizadas na idade certa perdem o momento mais sensível para a consolidação das funções cognitivas superiores — memória de trabalho, atenção, raciocínio lógico e linguagem —, o que limita a aquisição de aprendizagens mais complexas nos ciclos posteriores.

A desigualdade na oferta educacional compromete também o desenvolvimento das competências socioemocionais, que são hoje reconhecidas pela literatura científica como dimensões essenciais da aprendizagem. Essas competências — autorregulação, empatia, persistência, colaboração e autoconfiança — são formadas em ambientes que promovem pertencimento, segurança emocional e me-

dição pedagógica intencional. Entretanto, nas escolas com infraestrutura deficiente, alta rotatividade docente e sobrecarga de trabalho, o espaço de escuta e de acompanhamento individual torna-se reduzido. Isso leva a um empobrecimento das experiências de convivência e de construção coletiva, elementos fundamentais para o amadurecimento emocional e social dos estudantes. Assim, a falta de qualidade afeta não apenas o “quanto” se aprende, mas também “como” e “para quê” se aprende.

Estudos de meta-análise comprovam empiricamente essa interdependência entre o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Durlak et al. (2011), ao examinarem 213 programas universais de aprendizagem socioemocional em escolas de diferentes países, observaram que os estudantes que participaram das intervenções apresentaram melhorias significativas em habilidades sociais e emocionais, atitudes, comportamento e desempenho acadêmico, com um ganho médio de 11 pontos percentílicos em rendimento escolar. Esses resultados sugerem que ambientes educacionais capazes de integrar dimensões cognitivas e afetivas produzem efeitos duradouros sobre o desempenho e o engajamento dos alunos. Inversamente, contextos educacionais desiguais reduzem a capacidade das crianças e adolescentes de desenvolver autocontrole, resiliência e motivação — aspectos cruciais para sustentar o aprendizado ao longo da vida.

O impacto da desigualdade educacional é ampliado quando se considera o princípio da “autoprodutividade das habilidades”, proposto por Cunha e Heckman (2007). Segundo os autores, habilidades geram habilidades, ou seja, o desenvolvimento inicial de competências cognitivas e socioemocionais potencializa a aquisição de novas habilidades no futuro. Quando o investimento educacional de qualidade é desigual, as lacunas formadas nas etapas iniciais tornam-se progressivamente mais difíceis e custosas de compensar. Isso significa que crianças oriundas de escolas pobres tendem a carregar déficits que se acumulam e limitam suas oportunidades de inserção social, acadêmica e profissional. A ausência de políticas eficazes de correção dessas desigualdades nos primeiros anos de escolarização perpetua um ciclo intergeracional de exclusão.

A desigualdade na qualidade da educação é, portanto, um fenômeno que ultrapassa a sala de aula e se manifesta como questão social e política. O relatório da OCDE sobre o PISA 2022 evidencia que as diferenças de desempenho

associadas ao nível socioeconômico dos estudantes permanecem elevadas, e os sistemas educacionais mais equitativos são também os que obtêm os melhores resultados médios (OECD, 2023). Esse achado reforça a noção de que a equidade não é um obstáculo à excelência, mas uma condição para ela. Em países como o Brasil, em que o contexto familiar e o território continuam determinando o destino escolar, o desafio central é transformar a escola em espaço de compensação, e não de reprodução das desigualdades.

Quando a qualidade da educação é distribuída de forma desigual, os efeitos se tornam cumulativos: alunos com menor apoio pedagógico desenvolvem menos habilidades cognitivas e socioemocionais, o que reduz sua motivação e autoconfiança; a falta de engajamento, por sua vez, reforça as lacunas de aprendizagem, criando um ciclo de exclusão. Esse processo se reflete em taxas mais altas de evasão, baixo desempenho em avaliações e menor inserção em trajetórias de ensino superior e emprego formal. Assim, o impacto da desigualdade educacional não se limita ao plano individual, mas repercute na coesão social e no desenvolvimento econômico do país.

Considerando o exposto, o acesso desigual à educação de qualidade compromete de forma estrutural o desenvolvimento das competências que sustentam a autonomia intelectual e emocional do indivíduo. Romper esse ciclo exige políticas públicas intersetoriais, investimentos consistentes na formação docente, redução das desigualdades territoriais e fortalecimento da escola como espaço de desenvolvimento integral. Garantir educação de qualidade para todos não é apenas um imperativo moral, mas uma condição para que o potencial humano se realize em sua plenitude e para que a sociedade possa, de fato, romper com os mecanismos de perpetuação da pobreza e da exclusão.

PONTO DE PARTIDA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: que estratégias educacionais poderiam reduzir as defasagens de aprendizagem nas redes públicas?

A redução das defasagens de aprendizagem nas redes públicas brasileiras constitui um dos maiores desafios educacionais contemporâneos, exigindo estratégias que transcendam a mera ampliação de tempo escolar ou a distribuição

uniforme de recursos. O problema da defasagem não se restringe a uma questão de desempenho individual, mas expressa a materialização de desigualdades estruturais acumuladas, em que fatores socioeconômicos, territoriais e pedagógicos se entrelaçam na produção de um padrão sistêmico de exclusão dentro da própria escola. A literatura recente indica que superar essas lacunas implica compreender a aprendizagem como processo dinâmico e cumulativo, no qual cada etapa constrói os alicerces da seguinte. Nesse sentido, a desigualdade na aquisição das habilidades fundamentais — como leitura, escrita e raciocínio matemático — compromete o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e aprofunda as distorções entre grupos sociais.

Entre as estratégias mais eficazes para enfrentar esse cenário, destacam-se as intervenções pedagógicas precoces e focalizadas, voltadas a alunos com dificuldades persistentes de aprendizagem. Estudos de meta-análise têm demonstrado que ações individualizadas, intensivas e de curta duração podem produzir ganhos significativos de desempenho quando baseadas em diagnóstico formativo e acompanhadas de tutoria especializada. Fishstrom et al. (2022) concluíram que as intervenções acadêmicas voltadas a estudantes do ensino fundamental produziram efeitos moderados a grandes no desempenho quando realizadas em pequenos grupos e ministradas por tutores treinados. Esse tipo de intervenção, implementado em tempo adicional ao currículo regular e centrado na instrução explícita de habilidades fundamentais, tem mostrado grande potencial de mitigação das lacunas de aprendizagem, sobretudo nos primeiros anos da escolarização. Assim, programas de reforço estruturado, em turmas reduzidas e com acompanhamento contínuo, são instrumentos indispensáveis à equidade, pois rompem o ciclo de fracasso cumulativo que tende a se perpetuar quando as dificuldades iniciais não são diagnosticadas e corrigidas a tempo.

No entanto, não há tutoria eficaz sem uma docência qualificada. A literatura especializada reforça que o fator mais determinante na melhoria do aprendizado é a qualidade do professor e de suas práticas pedagógicas. A revisão sistemática de Cabral-Gouveia et al. (2023) destaca que estratégias focalizadas, como o trabalho sistemático de leitura e o reforço em disciplinas centrais, são mais eficazes para elevar o desempenho de estudantes pertencentes a grupos minoritários ou de baixo nível socioeconômico. A formação docente continuada, portanto, deve ser

concebida como política de Estado, sustentada por acompanhamento pedagógico, comunidades de prática e observação de aulas, integrando teoria, pesquisa e aplicação didática. A promoção de uma cultura profissional baseada em evidências — que articule avaliação diagnóstica, feedback formativo e estratégias diversificadas de ensino — é condição *sine qua non* para a redução das defasagens. Isso requer, ainda, liderança escolar comprometida com o uso pedagógico dos dados e com a criação de espaços colaborativos para o desenvolvimento profissional dos professores.

Além da dimensão docente, a estrutura escolar e o ambiente de aprendizagem exercem influência decisiva sobre os resultados educacionais. A pesquisa conduzida por Snilstveit et al. (2015) sobre intervenções em países de média e baixa renda demonstra que as ações mais eficazes para melhorar o aprendizado são aquelas que combinam reforço pedagógico com mudanças organizacionais e suporte psicossocial. Tais estratégias incluem a redução do tamanho das turmas, a ampliação do tempo escolar, o uso de tecnologias educacionais acessíveis e a integração da escola com as famílias e a comunidade. O fortalecimento da escola pública como centro de um ecossistema de aprendizagem — e não apenas como espaço instrucional — é essencial para romper o isolamento institucional que frequentemente caracteriza as redes públicas. Essa concepção amplia a noção de tempo-escola, transformando-o em tempo de aprendizagem significativa, em que o estudante encontra condições cognitivas e emocionais para reconstruir saberes e desenvolver autonomia.

A diferenciação pedagógica, por sua vez, representa um avanço necessário no combate às defasagens. A abordagem tradicional de ensino homogêneo, pautada em currículos lineares e em avaliação somativa, tem se mostrado insuficiente para atender à diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. Yoro (2020) sublinha que professores que trabalham com turmas heterogêneas empregam estratégias como aprendizagem cooperativa, ensino entre pares, agrupamentos por nível de habilidade e diferenciação curricular. Essas práticas promovem um ambiente de equidade efetiva, no qual cada aluno tem a oportunidade de avançar a partir de seu próprio ponto de partida. Incorporar a diferenciação ao cotidiano escolar exige, entretanto, reorganização do tempo, do espaço e do planejamento didático, além de políticas públicas que assegurem condições materiais e pedagógicas para sua implementação.

A eficácia das estratégias educacionais depende, ainda, do uso sistemático de dados e da avaliação contínua dos resultados. A cultura de monitoramento, quando compreendida como ferramenta de aprendizagem institucional e não como instrumento punitivo, permite identificar precocemente as lacunas e redirecionar esforços. Cabral-Gouveia et al. (2023) ressaltam que iniciativas de maior impacto são aquelas que envolvem projetos integrados em toda a escola, de alcance estadual e comunitário, isto é, ações articuladas em múltiplos níveis e sustentadas por continuidade temporal. O desafio reside em construir redes públicas que sejam capazes de aprender com suas próprias experiências, transformando os resultados das avaliações em políticas formativas e não apenas em diagnósticos estanques.

Diante disso, a superação das defasagens de aprendizagem não se alcança por meio de medidas isoladas, mas de uma política educacional abrangente que articule precocidade das intervenções, valorização e formação docente, reorganização do tempo e espaço escolares, diferenciação pedagógica e uso inteligente de dados. Trata-se de um compromisso ético e político com a justiça educacional, que reconhece que a igualdade de oportunidades só se realiza quando as desigualdades de origem são enfrentadas por meio de uma ação pública intencional, sustentada e baseada em evidências. Reduzir as defasagens é, portanto, garantir o direito de aprender em sua plenitude e transformar a escola pública no principal instrumento de democratização do conhecimento e de emancipação social.

PORTAS ABERTAS

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como políticas como o ENEM, o Prouni e as cotas sociais e raciais reconfiguraram o acesso ao ensino superior e a mobilidade social?

A virada do milênio marcou um ponto de inflexão na história educacional brasileira através da implementação de um conjunto articulado de políticas públicas que reconfiguraram profundamente o acesso ao ensino superior. A tríade formada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e pelo sistema de cotas sociais e raciais operou uma verdadeira reengenharia no campo do ensino superior, deslocando seu eixo

de um modelo historicamente excludente para um paradigma de massificação seletiva. Esta transformação, analisada à luz da produção acadêmica recente, revela tanto avanços substantivos na democratização do acesso quanto novos desafios para a consolidação de uma mobilidade social substantiva.

Criado em 1998 e transformado em vestibular nacional em 2009, o ENEM passou a atuar como um “operador de unificação do campo do ensino superior” (Catani, 2022, p. 89), sustentado por uma arquitetura avaliativa baseada na Teoria de Resposta ao Item, que permitiu comparar desempenhos e ampliar a mobilidade estudantil. No entanto, pesquisas evidenciam que o exame, apesar de sua pretensão de neutralidade técnica, não está imune às desigualdades estruturais que marcam a educação brasileira. Estudos como os de Bonamino e Soares (2013) e Soares e Nascimento (2012) demonstram que a prova mobiliza repertórios culturais específicos e formas de raciocínio mais familiares a estudantes de origens socioeconômicas favorecidas, fazendo com que diferenças de capital cultural se expressem nos resultados. Corbucci (2014) reforça essa perspectiva ao mostrar que o ENEM opera simultaneamente como mecanismo de expansão do acesso e de manutenção de filtros sociais, reproduzindo desigualdades historicamente constituídas. Assim, embora seja um instrumento relevante para a democratização do ingresso no ensino superior, o exame também evidencia que a igualdade de oportunidades depende da redução das desigualdades de base, caso contrário a retórica meritocrática tende a legitimar assimetrias já existentes.

O Prouni, instituído em 2004, introduziu uma lógica inédita de financiamento privado do acesso educacional através de isenções fiscais. Estudos quantitativos demonstram seu impacto significativo na expansão das oportunidades. Dados do INEP (2023, p. 45) revelam que “o programa já beneficiou mais de 3,5 milhões de estudantes, sendo que 70% das bolsas integrais foram destinadas a estudantes negros e pardos”. Porém, a análise qualitativa aponta contradições fundamentais. Como demonstram Mattei e Bidarra (2022), o formato de expansão baseado em renúncias fiscais implicou uma transferência contínua de recursos públicos ao setor privado, reforçando a lógica de mercantilização e financeirização da educação superior. Para as autoras, ao mesmo tempo em que amplia o acesso, o Prouni fortalece justamente as instituições privadas que historicamente dominaram o mercado educacional brasileiro, configurando um modelo de in-

clusão subordinado às dinâmicas do capital. Assim, a simultânea expansão das oportunidades e o fortalecimento estrutural do setor privado constituem um dos dilemas centrais desta política.

As políticas de cotas sociais e raciais, consolidadas pela Lei 12.711/2012, representaram o elemento mais disruptivo deste novo paradigma, ao reconhecer explicitamente que a igualdade formal perpetua desigualdades materiais e, com isso, operar uma verdadeira guinada epistemológica na concepção de justiça educacional. Pesquisas longitudinais revelam seus efeitos transformadores: a taxa de frequência ao ensino superior da população negra passou de 18% para 35% entre 2010 e 2022, reduzindo de modo significativo o hiato educacional histórico. Além desse impacto quantitativo, estudos de base qualitativa evidenciam mudanças profundas nas dinâmicas institucionais. Como demonstram Arruda, Coutinho e Santos (2025), a presença crescente de estudantes negros e oriundos de territórios periféricos nas universidades públicas desestabiliza a naturalização do privilégio, tensiona hierarquias simbólicas antes tomadas como universais e instaura disputas em torno dos cânones epistemológicos hegemônicos. Tais transformações revelam que as ações afirmativas não apenas ampliam o acesso, mas reconfiguram o próprio espaço universitário, produzindo novos sujeitos, saberes e formas de participação.

A interação entre estas políticas criou um sistema de compensação de desvantagens que opera em múltiplas frentes. O ENEM fornece a métrica universal, o Prouni expande o acesso ao setor privado e as cotas garantem a presença de grupos historicamente excluídos nas instituições públicas de elite. Esta sinergia produziu resultados expressivos na democratização do ingresso no ensino superior. No entanto, a pesquisa contemporânea tem mostrado que a mera inclusão não assegura, por si só, mobilidade social substantiva. Como demonstra Vargas (2011) em estudo com egressos da UFMG, o acesso à universidade constitui uma condição necessária, mas insuficiente, para alterar trajetórias sociais; a mobilidade efetiva depende também de políticas de permanência, da conclusão bem-sucedida do curso e da inserção profissional qualificada no mercado de trabalho. Assim, para que o potencial democratizador dessas políticas se concretize, é imprescindível compreender o percurso universitário para além do ingresso.

Os desafios que se apresentam nesta nova fase são múltiplos. Estudos mostram que os egressos destas políticas frequentemente encontram barreiras no mercado de trabalho, onde persistem mecanismos sutis de discriminação. Além disso, a massificação do acesso não foi acompanhada por uma transformação equivalente nas estruturas pedagógicas e curriculares das instituições, criando tensões entre os novos e velhos perfis estudantis. Como conclui Santos (2017), a inclusão sem transformação institucional pode gerar uma mobilidade truncada, onde os incluídos precisam assimilar códigos e valores hegemônicos como preço por sua ascensão social.

Pode-se compreender, portanto, que o conjunto de políticas analisado reconfigurou profundamente o panorama do ensino superior brasileiro, criando condições sem precedentes para o alargamento das oportunidades educacionais. Porém, esta transformação, embora significativa, revela-se incompleta. A verdadeira medida de seu sucesso residirá na capacidade de converter o acesso em trajetórias de mobilidade sustentáveis, que não apenas permitam a entrada nos espaços de prestígio, mas também transformem estes espaços em benefício da sociedade como um todo. O projeto de democratização do ensino superior, portanto, encontra-se em um estágio crucial: superada a fase da inclusão quantitativa, impõe-se agora o desafio mais complexo da transformação qualitativa das estruturas de oportunidade na educação e na sociedade.

CAPÍTULO 4

EIXO 3 – TRABALHO, RENDA E POLÍTICAS PÚBLICAS

QUANDO TER CARTEIRA ASSINADA NÃO BASTA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: o emprego formal ainda é garantia de ascensão social no Brasil contemporâneo?

O emprego formal, historicamente concebido como o principal eixo de integração social e vetor de mobilidade ascendente no Brasil, atravessa, no presente, um processo de reconfiguração estrutural que altera seus significados econômicos, simbólicos e políticos. Durante grande parte do século XX, a formalidade funcionou como elemento central do pacto social: ela conferia estabilidade, proteções trabalhistas, possibilidade de planejamento familiar e pertencimento ao sistema de seguridade social. A inserção no trabalho regulamentado simbolizava não apenas acesso à renda, mas a integração a um regime de direitos que sustentava uma determinada noção de cidadania. Contudo, a reestruturação produtiva, a financeirização e a intensificação das tecnologias digitais — fenômenos constatados por diferentes autores — desestabilizaram esse arranjo ao flexibilizar as condições de contratação, transferir riscos para os trabalhadores e promover uma reorganização setorial do emprego que fragiliza a proteção social. Como observa Gonçalves (2001), a reestruturação produtiva engendra formas de trabalho fragmentado, heterogêneo e profundamente vulnerável, mesmo quando mediado por vínculos formais, inaugurando o que parte da literatura chama de “precarização estruturada” da formalidade (GONÇALVES, 2001; SANTOS, 2021).

Neste cenário, o aumento estatístico da formalização não pode ser tomado como sinônimo de melhoria das condições de vida, pois a formalidade passa a coexistir com rendas baixas, instabilidade contratual, jornadas intermitentes e perda de garantias historicamente asseguradas. Estudos recentes sobre a “uberização” e a disseminação de contratos flexíveis reforçam essa constatação ao demonstrar que, mesmo dentro da legalidade, proliferam formas de subordinação econômica desprovidas de proteção robusta, remuneradas por demanda, marcadas por volatilidade e mediadas por algoritmos que regulam o acesso às

oportunidades (ABEpss, 2021). Com isso, reconfiguram-se os contornos tradicionais da formalidade, cuja capacidade de assegurar segurança econômica, identidade profissional e pertencimento social se enfraquece substancialmente. A consequência é o surgimento de um contingente crescente de trabalhadores formalizados que permanecem em situação de vulnerabilidade — uma espécie de “trabalhadores formais pobres”, fenômeno já caracterizado na literatura global como *working poor*.

A crise da formalidade como dispositivo de ascensão social articula-se diretamente às desigualdades educacionais e culturais que estruturam o Brasil. Nesse ponto, o debate inaugurado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, especialmente em *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, permanece central para compreender como a educação opera simultaneamente como possibilidade e como obstáculo à mobilidade social. Para os autores, o “capital cultural” — incorporado, objetivado e institucionalizado — é decisivo para a conversão de trajetórias escolares em posições sociais mais elevadas, mas sua distribuição está profundamente ancorada nas origens de classe (BOURDIEU; PASSERON, 2014). No contexto brasileiro, onde a desigualdade educacional expressa disparidades profundas de território, raça e classe, a aquisição do capital escolar continua fortemente dependente das condições herdadas, reproduzindo padrões intergeracionais de privilégio. Assim, a promessa de ascensão via escolarização esbarra na insuficiência estrutural das políticas públicas, na oferta desigual de educação de qualidade e na ausência de sistemas eficazes de qualificação profissional articulados às transformações tecnológicas e produtivas contemporâneas.

À luz desse quadro, o emprego formal só pode desempenhar uma função emancipatória quando associado a políticas educacionais capazes de democratizar o acesso ao capital escolar e cultural, ampliar a qualidade da formação e promover a atualização contínua das competências demandadas pelo mercado de trabalho. A desigualdade educacional, como demonstra a literatura, torna-se um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais justamente porque condiciona a capacidade de inserção dos indivíduos em setores de maior produtividade e remuneração (KNOBLAUCH; MEDEIROS, 2022). Sem uma

política consistente de valorização docente, expansão da educação técnica, investimentos em inovação e integração entre escola, universidade e mercado de trabalho, a formalização mantém-se como mecanismo seletivo, beneficiando prioritariamente aqueles já situados em posições privilegiadas da estrutura social.

A precarização do emprego formal, entretanto, não pode ser compreendida apenas por sua dimensão econômica; ela possui implicações éticas e civilizatórias. Quando o trabalho — fundamento do projeto moderno de cidadania — transforma-se em mercadoria instável e volátil, perde-se sua função estruturante na vida social e fragmenta-se a própria experiência de pertencimento. A desestruturação das políticas públicas de emprego e renda aprofunda esse quadro, ao reduzir a capacidade mediadora do Estado e intensificar a vulnerabilidade de jovens, mulheres e trabalhadores de baixa escolaridade. Krein e Teixeira (2021) mostram que a retração das políticas de valorização do salário mínimo, os cortes de investimentos sociais e a desregulamentação das normas trabalhistas pós-2016 contribuíram decisivamente para o esvaziamento das condições necessárias ao exercício da cidadania laboral, deslocando o mercado de trabalho de um espaço de emancipação para um campo de sobrevivência.

Desse modo, a pergunta central — se o emprego formal ainda garante ascensão social — exige reconhecer que a formalidade, isolada de políticas amplas de desenvolvimento, de proteção social e de formação qualificada, já não detém o poder integrador que um dia possuiu. Todavia, isso não significa que ela não possa voltar a desempenhar essa função. Para que o trabalho formal recupere sua capacidade de promover mobilidade, é preciso reconstruir um projeto nacional que valorize o emprego decente, fortaleça a seguridade social, integre educação e desenvolvimento produtivo, regule as novas formas de trabalho e reconheça o trabalho como princípio organizador da vida coletiva. Enquanto persistir a dissociação entre formalização e dignidade, entre crescimento econômico e justiça distributiva, o emprego formal permanecerá como promessa incompleta: um dispositivo jurídico de inclusão que não garante, entretanto, inclusão social substantiva.

QUANDO A RENDA NÃO SUPERA A POBREZA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: quais são os limites e possibilidades dos programas de transferência de renda (como Bolsa Família e Auxílio Brasil) na superação da pobreza?

Os programas de transferência de renda constituem, nas últimas duas décadas, uma das estratégias mais relevantes da política social brasileira, configurando-se como eixo estruturante da proteção social voltada à redução da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades. O Bolsa Família, e posteriormente o Auxílio Brasil e o retorno ao Bolsa Família ampliado em 2023, revelaram a capacidade do Estado de reduzir a pobreza monetária em larga escala por meio de mecanismos focalizados, de baixo custo relativo e com forte progressividade distributiva. Evidências acumuladas mostram que tais programas foram decisivos para retirar milhões de pessoas da extrema pobreza e reduzir a desigualdade de renda, sobretudo entre 2004 e 2014. Estudos recentes do IPEA indicam que o Bolsa Família permanece como uma das transferências mais progressivas do país e contribuiu diretamente para a queda do coeficiente de Gini no período analisado (IPEA, 2023). Ademais, a literatura internacional reconhece o protagonismo do Brasil na formatação de programas de renda condicionada com baixo custo administrativo e forte impacto redistributivo, reforçando que a transferência monetária é um instrumento eficaz de enfrentamento da fome e da privação extrema.

Para além dos indicadores imediatos, os condicionantes do antigo Bolsa Família — frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional — geraram externalidades positivas no desenvolvimento humano. Evidências de 2023 demonstram avanços importantes em indicadores educacionais e de saúde entre crianças beneficiárias, sugerindo que a transferência condicionada contribui para ampliar o capital humano dos grupos mais vulneráveis (Barbosa; Pereira; Monteiro, 2023). Tais resultados apontam para o potencial dos programas de renda quando articulados a estratégias de desenvolvimento de capacidades, aproximando-os das formulações de Amartya Sen sobre liberdade substantiva como condição para superação da pobreza. Contudo, os ganhos imediatos não se traduzem

automaticamente em mobilidade social estrutural, revelando a persistência de uma lacuna entre alívio da pobreza e ruptura dos ciclos intergeracionais de vulnerabilidade.

Essa lacuna emerge porque, embora essenciais, as transferências monetárias não são suficientes para gerar autonomia econômica em contextos de precarização laboral, desindustrialização e baixa qualidade da educação pública. Pesquisas recentes indicam que a elevação nominal dos benefícios do Auxílio Brasil (2021–2022), ainda que tenha mitigado a fome em um período crítico, não conseguiu gerar estabilidade econômica de longo prazo, pois o valor transferido continuou abaixo do necessário para garantir condições dignas de existência, especialmente em um cenário inflacionário e de carestia alimentar (FGV Social, 2022). Desse modo, reforça-se a ideia de que a transferência de renda atua como piso de proteção e não como trampolim estrutural, ideia já discutida pela literatura desde os anos 2010 e renovada pela intensificação das desigualdades pós-pandemia.

Outro limite fundamental reside na insuficiente articulação entre programas de renda e políticas de trabalho, emprego e qualificação profissional. Estudos publicados em 2022 demonstram que famílias beneficiárias frequentemente permanecem em ocupações precárias e de baixa produtividade, sem acesso a políticas de geração de renda que possibilitem a transição para empregos de qualidade (Souza et al., 2022). A ausência de uma estratégia integrada de formação técnica, apoio ao empreendedorismo de base local, inserção produtiva e fortalecimento de mercados de trabalho regionais tende a limitar o potencial emancipatório das políticas de transferência. A literatura recente denomina esse fenômeno como “armadilha da vulnerabilidade”, na qual os indivíduos superam a linha de pobreza monetária, mas não atingem segurança econômica suficiente para consolidar trajetórias de mobilidade.

As reformulações ocorridas entre 2021 e 2022, quando o Auxílio Brasil substituiu o Bolsa Família, revelaram fragilidades institucionais importantes. A flexibilização dos condicionantes, a multiplicação dos benefícios em subprogramas desconectados e a ausência de critérios transparentes de elegibilidade enfraqueceram a lógica de corresponsabilidade que caracterizava o desenho original.

Pesquisadores da área de políticas sociais argumentam que essas mudanças reduziram a capacidade do programa de induzir desenvolvimento humano e ampliaram sua vulnerabilidade a ciclos eleitorais (Campello; Paiva, 2022). A literatura também destaca que a fragilização da estrutura de gestão interfederativa — especialmente o enfraquecimento do SUAS — comprometeu a capacidade do Estado de integrar ações de assistência, saúde, educação e trabalho, pilares fundamentais do desenho anterior.

Apesar das limitações, as pesquisas mais recentes convergem em um ponto: programas de transferência de renda são indispensáveis para a redução da pobreza extrema e devem ser preservados como política de Estado. O que se debate atualmente é seu papel no interior de uma arquitetura mais ampla de proteção social. Autores como Marta Arretche (2022) e Sonia Draibe (2023) têm defendido que o Brasil precisa avançar de um modelo fortemente focalizado e compensatório para uma agenda que combine renda mínima universal, expansão da educação de qualidade, fortalecimento do trabalho decente e desenvolvimento territorial. Essa visão também é compartilhada por organismos internacionais — como CEPAL e UNICEF — que identificam a necessidade de integrar políticas de renda com estratégias de desenvolvimento inclusivo e proteção social universal.

Assim, os programas de transferência de renda permanecem como conquistas históricas e estruturantes da cidadania brasileira, mas carregam as marcas das tensões estruturais de um país desigual. Eles demonstram que a ação estatal pode erradicar a fome e reduzir a pobreza extrema, mas evidenciam igualmente que a superação definitiva da pobreza exige articulação entre renda, educação, trabalho e desenvolvimento. A tarefa que se coloca para o futuro é transformar o piso de proteção, hoje essencial para a sobrevivência de milhões, em degraus efetivos que possibilitem autonomia, dignidade e cidadania plena.

QUANDO O TRABALHO NÃO BASTA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: o fenômeno dos “*working poor*” revela um novo tipo de exclusão social?

O fenômeno dos *working poor* — trabalhadores que, apesar de inseridos formalmente no mercado de trabalho, permanecem em situação de pobreza —

constitui uma das expressões mais emblemáticas da reconfiguração contemporânea da exclusão social. Ele não representa apenas uma ampliação numérica da pobreza tradicional, mas evidencia uma mutação qualitativa nas relações entre trabalho, renda e cidadania. Essa mutação desloca a fronteira clássica da exclusão — historicamente associada ao desemprego, à informalidade e à marginalização — para o interior da formalidade, revelando uma forma inédita de vulnerabilidade inscrita no próprio coração do trabalho assalariado. Guy Standing (2014), ao conceituar o “precariado”, afirma que estamos diante da formação de uma nova classe social, marcada pela insegurança laboral, instabilidade de rendimentos, ausência de direitos e crescente perda de identidade ocupacional. Para o autor, “o precariado simboliza a ruptura do pacto fordista que garantia previsibilidade, direitos e proteção em troca do trabalho assalariado” (STANDING, 2014).

Essa nova forma de exclusão manifesta-se como paradoxo: os *working poor* não se encontram à margem do sistema produtivo; ao contrário, participam dele diariamente, mas sem acessar o conjunto de proteções econômicas, jurídicas e simbólicas que historicamente estiveram associadas à condição de trabalhador formal. O sociólogo Robert Castel, em suas análises sobre vulnerabilidade social, descreve esse processo como “desfiliação”, isto é, o enfraquecimento progressivo dos vínculos que conectam os indivíduos às redes de segurança e integração social (CASTEL, 1998). Embora Castel tenha analisado majoritariamente a Europa dos anos 1990, seus conceitos revelam notável pertinência ao contexto atual, no qual amplos segmentos da classe trabalhadora brasileira encontram-se formalmente empregados, mas estruturalmente desprotegidos diante da precarização intensificada.

O caso brasileiro evidencia de forma contundente essa dinâmica. Relatórios recentes do DIEESE e do IPEA mostram que o país combina níveis elevados de formalização com rendimentos persistentemente baixos: aproximadamente 28% dos trabalhadores formais recebem até 1,5 salário mínimo, concentrando-se majoritariamente nos setores de serviços, comércio e atividades urbanas de baixa produtividade (IPEA, 2023; DIEESE, 2023). Esse quadro não é conjuntural, mas estrutural, resultado de transformações profundas no regime de acumulação. Ricardo Antunes (2020), ao analisar a metamorfose do trabalho no século XXI, argumenta que a terceirização, a plataformização, a intensificação de metas e a

fragmentação das jornadas constituem o novo eixo organizador da relação capital-trabalho, produzindo o que ele denomina “trabalho precarizado sob forma legal”. Segundo o autor, “a classe trabalhadora vive hoje sob um regime de corrosão dos direitos e de expansão da informalidade por dentro da própria formalidade” (ANTUNES, 2020).

Essa dinâmica é reforçada pelo que David Harvey (2018) descreve como “acumulação flexível”: um regime de produção caracterizado por maior volatilidade, redução das obrigações contratuais, reorganização global das cadeias de valor e crescente pressão competitiva sobre a mão de obra. Nesse modelo, a precariedade não é uma anomalia, mas um elemento funcional ao processo de acumulação, produzindo trabalhadores formalmente empregados, mas estruturalmente empobrecidos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reforça esse diagnóstico ao destacar, em seus relatórios de 2022 e 2023, o crescimento global dos *working poor*, especialmente em economias periféricas, onde o trabalho assalariado deixou de assegurar mobilidade social e passou a reproduzir a vulnerabilidade (ILO, 2023).

As consequências dessa forma de exclusão são profundas e atravessam dimensões econômicas, sociais e subjetivas. A psicóloga social Bader Sawaia (2004; 2011), ao desenvolver o conceito de “sofrimento ético-político”, mostra que as novas formas de precarização produzem sentimentos de inadequação, culpa e fracasso individual, ao mesmo tempo em que inviabilizam a construção de pertencimento e dignidade. Esse sofrimento decorre da tensão entre o discurso meritocrático — que responsabiliza o indivíduo por sua própria precariedade — e a realidade objetiva de exploração e ausência de garantias. A literatura em saúde pública reforça que trabalhadores pobres, mesmo inseridos formalmente, apresentam índices mais elevados de depressão, transtornos de ansiedade e doenças associadas ao desgaste físico e emocional, especialmente em setores como serviços, comércio e plataformas digitais (BARBOSA; PEREIRA; MONTEIRO, 2023).

A insuficiência dos instrumentos clássicos de proteção social revela outra dimensão crítica desse processo. Os mecanismos tradicionais do *welfare state* — concebidos para enfrentar riscos típicos do capitalismo fordista, como desemprego temporário, doença, velhice e instabilidade momentânea — mostram-se

inadequados para lidar com uma forma de vulnerabilidade que ocorre dentro da própria relação de emprego. Amartya Sen (2000), ao discutir pobreza como privação de capacidades, já alertava que a renda, isoladamente, é insuficiente para promover liberdade substantiva quando os mecanismos estruturais de inserção e proteção estão corroídos. A inadequação dos instrumentos de proteção é destacada também por Ladislau Dowbor (2017), que defende a necessidade de políticas de renda básica articuladas a estratégias de desenvolvimento local, qualificação, participação social e democratização econômica, para enfrentar o descompasso entre trabalho e direitos.

O fenômeno dos *working poor* evidencia, assim, uma redefinição estrutural da cidadania social. Ele torna visível o fato de que a inserção no mercado de trabalho formal — outrora caminho privilegiado para a inclusão — já não garante acesso aos bens materiais, à segurança existencial e ao reconhecimento social necessários a uma vida digna. Em outras palavras, revela-se uma forma invisibilizada de exclusão, normalizada por discursos de produtividade e flexibilização, que desloca para o indivíduo a responsabilidade por uma vulnerabilidade produzida estruturalmente.

Em conclusão, os *working poor* representam, de fato, uma nova modalidade de exclusão social, marcada pela coexistência entre formalidade e empobrecimento, trabalho e vulnerabilidade, inclusão jurídica e exclusão material. Essa forma de precarização, ao se consolidar como norma e não exceção, redefine os contornos da cidadania, evidencia as insuficiências do modelo de proteção social e impõe a necessidade de reconstrução de políticas públicas capazes de enfrentar não apenas a pobreza como falta de renda, mas como uma condição produzida pela própria reorganização contemporânea do trabalho. Enfrentar esse novo regime de existência requer, portanto, um projeto social que restabeleça a centralidade do trabalho digno, da proteção universal e da ampliação das capacidades humanas como horizonte de uma cidadania efetiva.

A VIDA UBERIZADA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como a precarização do trabalho e a uberização afetam a noção de dignidade laboral e pertencimento social?

A precarização do trabalho e a expansão da chamada uberização constituem fenômenos centrais da configuração do capitalismo contemporâneo, revelando uma mutação estrutural na forma como o trabalho é organizado, significado e vivido. A combinação entre racionalidade neoliberal, reestruturação produtiva e tecnologias digitais flexibilizou de modo radical as fronteiras entre trabalho e não-trabalho, tempo produtivo e tempo de vida, formalidade e informalidade. Nesse cenário, o trabalho deixa de operar como eixo de integração social e passa a configurar uma estratégia instável de sobrevivência, esvaziada de reconhecimento e de vínculos coletivos. A consequência é a corrosão simultânea das dimensões materiais e simbólicas da experiência laboral, fragmentando a identidade do trabalhador e diluindo sua inserção cidadã.

Ricardo Antunes (2020), ao analisar a nova morfologia do trabalho, argumenta que a digitalização e as plataformas ampliaram a precarização ao subordinar a atividade humana às dinâmicas fluídas da acumulação flexível. Para o autor, o capital incorporou as tecnologias digitais como forma de expandir a desproteção e intensificar a exploração: “o trabalho tornou-se cada vez mais intermitente, flexível, externalizado e desregulado” (ANTUNES, 2020). Essa constatação situa a precarização como eixo estruturante de um novo regime de acumulação, em que autonomia e empreendedorismo são convertidos em ideologias justificadoras da transferência de riscos ao trabalhador. Nesse modelo, o indivíduo é responsabilizado por sua empregabilidade e sua renda, internalizando a lógica empresarial como forma de subjetivação.

A uberização — ou trabalho mediado por plataformas digitais — é a face mais evidente desse processo. Sob a aparência de autonomia e autogestão, trabalhadores como motoristas, entregadores e prestadores de microserviços encontram-se submetidos ao controle algorítmico, que define desde o ritmo da atividade até a remuneração, operando como uma forma sofisticada de vigilância digital. Ludmila Abílio (2020), em seus estudos sobre o trabalho de plataformas, demonstra que a aparente liberdade encobre relações intensas de dependência e vulnerabilidade, nas quais o trabalhador é simultaneamente “autônomo” e subordinado a um sistema opaco de avaliação, ranqueamento e punição comportamental. Segundo a autora, o discurso de autonomia disseminado pelas plataformas produz a “ficção do empreendedorismo de si”, legitimando a responsabilização individual pela precariedade real das condições de trabalho.

Essa dinâmica produz efeitos profundos sobre a noção de dignidade laboral. Hannah Arendt, em *A condição humana* (2010), já advertia que a redução do trabalho à mera função de manutenção da vida biológica esvazia sua dimensão pública e criativa, minando a capacidade humana de agir e transformar o mundo. Na era das plataformas, essa advertência ganha contornos concretos: o trabalho é convertido em fluxo de dados, submetido à lógica da produtividade instantânea, enquanto o sujeito é despojado de reconhecimento e pertencimento. Guy Standing (2014), ao analisar a formação do “precariado”, enfatiza que a precariedade ameaça não apenas a estabilidade material, mas o próprio sentido de identidade social, produzindo indivíduos permanentemente deslocados, inseguros e desprovidos de amparo institucional. A ausência de vínculos estáveis e de trajetórias previsíveis desestabiliza a própria possibilidade de projetar um futuro, corroendo o horizonte ético e político do trabalho.

No Brasil, a precarização assume contornos ainda mais dramáticos devido à desigualdade estrutural e à fragilidade das políticas de proteção social. Dados recentes do DIEESE (2023) mostram que grande parte dos trabalhadores por aplicativos atua sem direitos trabalhistas, sem acesso à previdência social e com rendimentos instáveis e frequentemente abaixo do salário mínimo. A CEPAL (2022) reforça que, na América Latina, a rápida expansão de ocupações mediadas por plataformas se articula à histórica informalidade e à baixa regulação estatal, agravando a vulnerabilidade de milhões de trabalhadores que se encontram em uma “informalidade digitalizada”, marcada por desproteção e dependência econômica.

A precarização também fragiliza os mecanismos coletivos de organização e pertencimento. Como observa Antunes (2020), o desmonte dos vínculos empregatícios tradicionais dissolve os espaços de construção de identidades coletivas, promovendo o isolamento do trabalhador e dificultando a ação sindical. O trabalhador uberizado, ao atuar em fluxos fragmentados e individualizados, não se reconhece como parte de uma categoria, mas como competidor em um mercado de reputações, avaliações e algoritmos. O pertencimento social é substituído por métricas digitais, e o reconhecimento por pontuações que determinam acesso a corridas, entregas ou remunerações. Trata-se de uma forma contemporânea de desfiliação, nos termos de Robert Castel (1998), em que o indivíduo permanece

conectado à atividade produtiva, mas desligado das redes de proteção e de solidariedade que historicamente davam sentido ao trabalho.

Esse processo provoca impactos subjetivos profundos. O sofrimento ético-político descrito por Bader Sawaia (2011) evidencia que a precarização não é apenas material, mas emocional e simbólica. A interiorização do discurso meritocrático e da autogestão neoliberal leva muitos trabalhadores a atribuírem sua vulnerabilidade a falhas pessoais, produzindo sentimentos de culpa, vergonha e inadequação. A responsabilização individual oculta a estrutura de exploração e impede a formulação de resistência política. Assim, a precarização contemporânea coloniza a subjetividade, produzindo sujeitos hiper-resilientes, culpabilizados e extenuados.

A recomposição da dignidade e do pertencimento diante desse cenário exige mais do que ajustes regulatórios: requer a reconstrução coletiva da própria noção de trabalho como fundamento da cidadania. A regulação das plataformas digitais, o fortalecimento das redes de proteção social, a responsabilização das empresas pelo risco socioeconômico, a ampliação de direitos para trabalhadores de plataformas e a revalorização das instituições coletivas são componentes centrais dessa reconstrução. Porém, mais do que reformas técnicas, trata-se de reafirmar que a dignidade laboral não pode ser dissolvida pelo discurso da flexibilidade infinita, e que o trabalho não pode ser reduzido a um dado algorítmico, mas deve ser compreendido como prática humana situada, coletiva e politicamente significativa.

QUALIFICAR NÃO BASTA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: em que medida políticas de capacitação profissional (como o PRONATEC e o Sistema S) podem compensar desigualdades estruturais?

A qualificação profissional tem sido apresentada como um dos principais instrumentos das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades no Brasil, especialmente a partir da expansão do PRONATEC e da atuação histórica do Sistema S. Embora tais iniciativas representem investimentos expressivos em formação técnica, sua capacidade de compensar desigualdades estruturais

permanece limitada. A ideia segundo a qual a qualificação individual poderia, por si só, superar barreiras históricas de exclusão — construídas ao longo de séculos de desigualdade educacional, racial e territorial — revela-se insuficiente diante da segmentação profunda do mercado de trabalho brasileiro. À medida que programas de capacitação são implementados sem articulação com políticas de emprego, desenvolvimento produtivo e inclusão educacional, seus efeitos tendem a ser pontuais, temporários e restritos a nichos ocupacionais de baixa qualidade.

Os estudos empíricos produzidos pelo IPEA revelam que os impactos do PRONATEC, embora positivos no curto prazo, diminuem substancialmente com o tempo. Em um dos relatórios mais abrangentes sobre o programa, o instituto constatou que a elevação inicial da empregabilidade entre egressos não se sustentou em longo prazo, especialmente entre jovens de baixa escolaridade, mulheres negras e moradores de periferias urbanas (IPEA, 2018). O relatório destaca que “os efeitos do PRONATEC variam conforme o capital escolar de entrada, sendo significativamente mais altos entre aqueles que já possuíam ensino médio completo e experiência prévia no mercado de trabalho”. Essa constatação sugere que a qualificação profissional não atua como mecanismo autônomo de ascensão, mas como complemento de trajetórias educacionais já relativamente consolidadas.

Outro limite estrutural reside na distribuição desigual da oferta de cursos, especialmente no Sistema S. Relatório do SENAI (2020) mostra que os cursos mais tecnologicamente avançados e com maior taxa de inserção produtiva concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, enquanto Norte e Nordeste recebem prioritariamente cursos de curta duração e baixa complexidade tecnológica (SENAI, 2020). A OCDE (2021) reforça esse diagnóstico ao afirmar que a educação profissional brasileira se organiza de forma altamente desigual, de modo que as populações mais vulneráveis — que mais necessitam de formação robusta — são justamente as que têm menos acesso aos cursos de alta qualidade. Como resultado, programas de capacitação acabam reproduzindo desigualdades territoriais ao invés de reduzi-las.

O capital cultural — conforme discutido por Pierre Bourdieu — representa outra barreira estrutural que políticas de qualificação isoladas não conseguem superar. A literatura educacional brasileira indica que jovens com escolarização

defasada, baixo letramento e dificuldades acumuladas enfrentam obstáculos significativos na realização de cursos técnicos, especialmente aqueles que exigem competências matemáticas, comunicacionais e tecnológicas mais sofisticadas (UNESCO, 2020). Assim, programas como PRONATEC ou cursos de aprendizagem do Sistema S operam frequentemente sobre uma base educacional frágil, o que limita tanto o aproveitamento quanto a transição para postos de trabalho qualificados. Trata-se do fenômeno frequentemente denominado “ilusão meritocrática da qualificação”: a crença de que cursos técnicos podem corrigir, de forma pontual, desigualdades sedimentadas na trajetória escolar.

A literatura sobre trabalho e desigualdades mostra ainda que a formação técnica não é suficiente para romper padrões de discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho. Estudos da OIT e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada indicam que, mesmo com qualificação equivalente, mulheres negras continuam concentradas em ocupações de baixa remuneração, enquanto homens brancos acessam com maior frequência postos técnicos e industriais mais valorizados (ILO, 2021; IPEA, 2020). Esses dados sugerem que o mercado não absorve trabalhadores apenas com base em competência técnica, mas opera segundo hierarquias sociais historicamente construídas. Assim, políticas de qualificação podem melhorar o perfil de entrada no mercado, mas não eliminam a discriminação estrutural.

Os limites também aparecem na baixa articulação entre os cursos ofertados e a demanda real do mercado de trabalho. Estudos da CNI (2021) apontam que apenas parte dos cursos ofertados pelo Sistema S corresponde a setores dinâmicos da economia, e há forte tendência de concentração em áreas de rápida capacitação e baixa complexidade técnica, especialmente quando voltados para públicos vulneráveis. A falta de integração entre educação técnica, planejamento territorial e desenvolvimento econômico reduz a capacidade dos programas de produzirem inserções ocupacionais sustentáveis.

Diante dessas constatações, a literatura contemporânea defende que políticas de capacitação só terão impacto significativo se articuladas a políticas de desenvolvimento econômico, redução das desigualdades educacionais e promoção de trabalho decente. Nesse sentido, o relatório Educação e Desigualdade no Brasil (UNESCO, 2020) propõe uma abordagem sistêmica que integre qualificação

profissional a políticas de permanência escolar, educação básica de qualidade, acesso à tecnologia, mobilidade urbana e inclusão produtiva. Essa perspectiva é reforçada por análises do Banco Mundial (2021), que apontam que países com maior mobilidade social são justamente aqueles que articulam estratégias de formação profissional com políticas estruturais de desenvolvimento territorial e proteção social.

Assim, a capacitação profissional é necessária, mas profundamente insuficiente para enfrentar desigualdades estruturais em um país marcado por injustiças históricas. Seu potencial equalizador esbarra na rigidez do mercado de trabalho, nas assimetrias educacionais, nas desigualdades raciais e de gênero e na ausência de políticas integradas de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, ecoa a advertência de Bourdieu: sem transformar as estruturas sociais que definem as possibilidades objetivas dos indivíduos, políticas de qualificação tendem a “legitimar desigualdades sob a aparência de oportunidades”.

O ESTADO QUE EMANCIPA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: que papel o Estado deve desempenhar na criação de condições reais de mobilidade, para além da assistência imediata?

O Estado, na condição de instituição central da vida coletiva, tem papel imprescindível na construção das condições que possibilitem a mobilidade social, não apenas por meio da assistência imediata, mas através de políticas estruturantes capazes de romper o ciclo da desigualdade histórica. Quando as intervenções estatais se limitam à transferência de renda ou a ações pontuais de mitigação da pobreza, elas atuam como calmante — atenuam a dor social, mas não alteram as bases da exclusão. Superar estruturalmente as desigualdades requer um compromisso estatal mais profundo: com o direito à educação de qualidade, o acesso ao trabalho decente, a universalização de bens públicos fundamentais e a articulação de políticas integradas de desenvolvimento.

As evidências sobre desigualdade de oportunidades no Brasil mostram que a origem social ainda exerce forte influência nas trajetórias individuais. Conforme o estudo de estratificação e mobilidade social do Instituto de Pesquisa Eco-

nômica Aplicada (IPEA), a desigualdade de oportunidades permanece elevada, sobretudo quando se consideram coortes nascidas nas últimas décadas — o histórico de escolaridade da família, a posição ocupacional dos pais e o capital cultural herdado continuam determinando, em larga medida, os rumos educacionais e ocupacionais dos descendentes.

Isso significa que o mero acesso a cursos ou programas de qualificação não é suficiente para garantir mobilidade real, quando se parte de uma base de desigualdades tão sólida.

Além disso, o panorama regional fornecido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) revela que iniciativas de proteção social e inclusão laboral, embora essenciais, têm limitado alcance se não forem acompanhadas por uma estratégia integrada de desenvolvimento social. O seu último relatório assinala que as políticas sociais não contributivas — fundamentais para acesso a renda e serviços — continuam sendo insuficientes para assegurar mobilidade sustentada e superar a “armadilha da desigualdade”: uma grande parcela da população permanece vulnerável, apesar das transferências, dada a persistência de estruturas de desigualdade e à precariedade do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a educação pública emerge como eixo central da emancipação social. Mas não basta garantir acesso — é necessário assegurar qualidade, equidade e equidade territorial. Em um país marcado por profundas desigualdades regionais, sociais e raciais, a universalização da escola de qualidade, o fortalecimento da formação docente, a valorização dos ambientes escolares e a permanência estudantil — especialmente em comunidades historicamente marginalizadas — são condições fundamentais para equilibrar o ponto de partida dos indivíduos. Somente desta forma a escola pode funcionar como mecanismo de compensação social, como verdadeiro promotor de capacidades, e não como moldura da reprodução da desigualdade.

Mas a atuação estatal não deve se concentrar apenas na educação. O trabalho decente, com direitos garantidos, remuneração digna e estabilidade, deve ser reconstruído como pilar da cidadania social. Isso exige políticas ativas de regulação do mercado de trabalho, investimentos em setores produtivos de maior valor agregado, estímulo à formalização de empregos de qualidade, bem como a garantia de proteção social universal — à exceção de modelos assistencialistas ou temporários. Uma política industrial orientada, a valorização dos direitos tra-

balhistas e o apoio à economia solidária e ao empreendedorismo social aparecem como elementos centrais desse projeto de emancipação.

Além disso, o Estado deve investir em infraestrutura social e territorial — saneamento, transporte, habitação, conectividade, saúde, mobilidade urbana — pois a geografia da desigualdade impõe que o local de nascimento e de moradia ainda determine fortemente o destino social de milhões. As disparidades regionais transformam a desigualdade de oportunidades em padrão de reprodução social; por isso, é necessário um projeto de desenvolvimento territorial inclusivo, capaz de descentralizar oportunidades e promover coesão socioespacial.

A coordenação intersetorial de políticas públicas torna-se fundamental. A mobilidade social não será alcançada por ações isoladas, mas por redes articuladas de educação, proteção social, emprego, infraestrutura e participação cidadã. Modelos integrados de inclusão produtiva — que combine renda mínima, formação técnica, apoio à inserção no mercado de trabalho e acesso a serviços básicos — demonstram maior potencial de promover trajetórias sustentáveis de ascensão social. O relatório de inclusão produtiva do governo brasileiro destaca que essa integração é essencial para garantir que benefícios pontuais se convertam em reduções duradouras da desigualdade.

Finalmente, o papel redistributivo do Estado é imprescindível. A estrutura tributária regressiva e a alocação desigual dos recursos públicos contribuem para perpetuar os privilégios das elites, restringindo o financiamento de políticas sociais robustas. Reformas tributárias progressivas, financiamento público contínuo e transparência institucional ampliada são requisitos para que o Estado possa sustentar as políticas estruturantes necessárias. A transferência de renda não pode ser o único instrumento: ela deve estar inserida em um sistema público universal e permanente, que promova cidadania, equidade e justiça social.

Portanto, o Estado que pretende ser agente de emancipação deve se afastar da lógica da assistência pontual e transitória. Ele deve adotar uma visão estratégica e de longo prazo, comprometida com a construção de capacidades humanas, a geração de oportunidades, a universalização de direitos e a transformação das estruturas sociais. Só assim será possível transformar a mobilidade social de exceção em possibilidade real e compartilhada — dando, ao menos em parte, sentido efetivo à promessa de justiça social e dignidade humana.

CAPÍTULO 5

EIXO 4 – DESIGUALDADES TERRITORIAIS E INFRAESTRUTURA SOCIAL

ALÉM DA ASSISTÊNCIA

Questão mobilizadora da reflexão e análise: de que forma o território (bairro, cidade, região) condiciona as oportunidades de vida e mobilidade social?

A noção de que o território constitui mero cenário onde se desenrolam as trajetórias individuais revela-se profundamente enganosa quando submetida ao escrutínio da análise sociológica. No contexto brasileiro, marcado por históricas assimetrias regionais e por uma urbanização segregadora, o espaço geográfico configura-se como um ativo (ou passivo) social decisivo na estruturação das oportunidades de vida e dos horizontes de mobilidade social. A produção acadêmica contemporânea demonstra que bairros, cidades e regiões operam como verdadeiros mecanismos de destinação social, distribuindo de forma profundamente desigual o acesso a direitos fundamentais e condicionando, de maneira frequentemente irrevogável, os destinos individuais.

A segregação residencial, fenômeno historicamente constituído no processo de formação das cidades brasileiras, representa um dos mecanismos mais potentes de produção e reprodução de desigualdades. Como demonstra Villas-Bôas (2023) a localização da moradia funciona como um poderoso filtro de oportunidades, determinando o acesso a equipamentos públicos de qualidade, a oferta de empregos e a constituição de redes sociais valorizadas. Esta geografia da oportunidade não é aleatória, mas resultado de um processo histórico que concentrou investimentos em infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos em áreas já privilegiadas, enquanto relegou as periferias à precariedade crônica. Estudos quantitativos revelam que a diferença na oferta de equipamentos culturais entre bairros centrais e periféricos na cidade de São Paulo chega a 850%, enquanto a oferta de unidades de saúde especializadas é 5 vezes maior nos bairros de alta renda (IPEA, 2022).

No âmbito educacional, a segmentação territorial produz efeitos particularmente perversos. Pesquisas em sociologia da educação demonstram que a qualidade do ensino oferecido varia drasticamente em função da localização geográfica das escolas. Como observa Carvalho (2023), o território atua como um operador silencioso da segregação escolar: crianças de um mesmo município frequentam instituições radicalmente distintas conforme seu endereço de moradia, criando trajetórias educacionais desiguais desde a mais tenra idade. Esta desigualdade manifesta-se não apenas na infraestrutura física, mas sobretudo na qualidade do corpo docente, na estabilidade das equipes pedagógicas e na oferta de atividades extracurriculares, elementos decisivos para a formação do capital cultural.

O mercado de trabalho, por sua vez, apresenta dinâmicas espaciais que reforçam estas assimetrias. A desconexão entre as áreas de moradia popular e os polos geradores de emprego qualificado impõe o que os estudiosos denominam custos de transposição de barreiras espaciais. Ribeiro (2022) demonstra que o tempo médio de deslocamento casa-trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras chega a 2h30min para trabalhadores de baixa renda, representando não apenas um custo econômico, mas um desgaste físico e psicológico que reduz a energia disponível para qualificação profissional e convivência familiar. Esta espacialidade do mercado de trabalho cria um círculo vicioso: os que moram longe dos centros econômicos têm menos acesso a empregos de qualidade, e os que têm empregos precários não podem arcar com o custo de moradia nas áreas centrais.

As desigualdades regionais entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste representam outra dimensão crucial desta geografia do destino. Dados do IBGE (2023) revelam que enquanto o Sudeste concentra 55% do PIB nacional, o Nordeste responde por apenas 14%, embora abrigue 27% da população brasileira (IBGE, 2023). Esta assimetria econômica reflete-se em indicadores sociais dramáticos: a expectativa de vida ao nascer no Distrito Federal (76,2 anos) supera em mais de 7 anos a do Maranhão (68,9 anos), evidenciando como o território de nascimento condiciona inclusive as possibilidades de existência biológica.

A superação destes determinismos territoriais exige, conforme argumenta Santos (2023), uma guinada epistemológica que reconheça o território não como pano de fundo, mas como ator central na produção das desigualdades sociais. Políticas universalistas, que tratam todos os territórios como iguais, mostram-se

insuficientes para enfrentar assimetrias historicamente constituídas. Como conclui Telles (2022), a justiça social no século XXI exigirá necessariamente justiça espacial, através de políticas de discriminação positiva territorial que compensem ativamente os déficits históricos de infraestrutura e serviços nas áreas mais vulneráveis.

Em suma, o território no Brasil opera como um poderoso mecanismo de estruturação das desigualdades, condicionando oportunidades de educação, saúde, trabalho e participação social. Reconhecer esta dimensão espacial da injustiça social constitui o primeiro passo para a construção de políticas públicas que não apenas reparem indivíduos, mas transformem os contextos territoriais que produzem e reproduzem a exclusão. A verdadeira democratização das oportunidades exigirá, portanto, não apenas a redistribuição de renda, mas a reconfiguração radical da geografia do acesso aos bens públicos e às oportunidades de vida.

O PESO DO LUGAR

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como o acesso desigual a bens públicos — transporte, saneamento, saúde e segurança — reforça os limites da mobilidade?

As desigualdades territoriais e o acesso diferenciado aos bens públicos — como transporte, saneamento, saúde e segurança — configuram um dos mecanismos mais persistentes de reprodução da desigualdade social e de bloqueio à mobilidade no Brasil contemporâneo. A distribuição espacial desigual da infraestrutura pública não apenas espelha as disparidades históricas do desenvolvimento, mas também as perpetua, transformando o território em um determinante estrutural do destino social. A mobilidade, nesse sentido, não é apenas um processo econômico ou educacional, mas uma experiência territorial: é no espaço onde se materializam as oportunidades, onde o acesso ou a ausência de serviços públicos definem, com precisão, as fronteiras entre o possível e o inalcançável. O Estado, ao falhar em garantir uma infraestrutura equitativa, naturaliza a segregação e converte a geografia da cidade em geografia da exclusão, na qual o lugar de moradia se torna um marcador social de pertencimento e de limitação de horizontes.

A literatura recente tem evidenciado que o acesso desigual a bens públicos amplifica as desvantagens iniciais e compromete de modo cumulativo as trajetórias de vida. As políticas de transporte, por exemplo, são determinantes na configuração das oportunidades urbanas. Nas cidades brasileiras, o modelo de mobilidade urbana historicamente concentrou os fluxos e os investimentos em eixos centrais, conectando áreas de maior renda enquanto isolava periferias e regiões metropolitanas mais pobres. Segundo o relatório do *Institute for Transportation & Development Policy* (ITDP, 2022), o modelo de desenvolvimento urbano brasileiro concentrou as oportunidades de emprego, cultura e lazer nas áreas centrais, onde se localizam as populações de maior renda, deixando as camadas populares submetidas a longos deslocamentos e à exclusão espacial. Essa configuração reforça o caráter excludente das metrópoles, nas quais o tempo gasto em deslocamentos, o custo do transporte e o desgaste físico e emocional associado à distância se convertem em obstáculos concretos à mobilidade social. O território, nesse contexto, não é apenas cenário, mas agente ativo da desigualdade.

O saneamento básico e a infraestrutura urbana, por sua vez, constituem condições primárias de dignidade e saúde pública, mas também dimensões estruturantes da capacidade produtiva e educacional. Em regiões com ausência de coleta de esgoto, abastecimento de água ou pavimentação, as doenças infecciosas, a evasão escolar e a desvalorização imobiliária formam um ciclo de exclusão que se reproduz intergeracionalmente. Medeiros, Ribeiro e Amaral (2022) demonstram que a oferta de infraestrutura, com exceção do setor elétrico, contribui para a redução da concentração de renda nos municípios brasileiros, indicando que os investimentos públicos em infraestrutura produzem efeitos redistributivos de longo prazo. Assim, a desigualdade na provisão de bens públicos é também uma desigualdade de tempo: o tempo de espera por transporte, o tempo gasto em deslocamentos, o tempo perdido por doenças evitáveis, o tempo encurtado pela violência. A desigualdade territorial é, portanto, uma desigualdade cronológica, pois o território pobre rouba tempo e vitalidade de seus habitantes, tempo esse que poderia ser convertido em estudo, trabalho ou descanso.

A segregação socioespacial reforça, de maneira silenciosa, os limites da mobilidade. A localização periférica das moradias populares e a ausência de serviços públicos próximos reduzem o acesso a escolas de qualidade, postos de

saúde, equipamentos culturais e oportunidades de emprego. Blanco (2018), ao analisar a relação entre desigualdade territorial e mobilidade diferencial, argumenta que a mobilidade é um mediador essencial do acesso a bens, serviços e oportunidades, de modo que as desigualdades territoriais se convertem em desigualdades de cidadania. Quando o acesso aos bens públicos é desigual, o direito à cidade se fragmenta, e o exercício da cidadania torna-se condicional à localização geográfica. No caso brasileiro, a urbanização segregada e o subfinanciamento das políticas urbanas consolidam uma topografia da desigualdade: bairros inteiros são marcados pela ausência, e o território se transforma em fronteira entre o cidadão pleno e o sujeito marginalizado. A periferia, nesse sentido, não é apenas uma categoria geográfica, mas uma categoria política — expressão espacial da desigualdade social.

A saúde e a segurança completam esse quadro de interdependência entre território e mobilidade. Regiões com precária cobertura de atenção básica e altos índices de violência experimentam um processo de desvalorização simbólica e material que afeta não apenas a vida cotidiana, mas também a capacidade de planejamento e de projeção de futuro de seus habitantes. Reis et al. (2024), ao estudarem São Paulo, concluem que “as desigualdades sociais, a segregação e a mobilidade urbana estão interligadas e se retroalimentam, produzindo um padrão de exclusão espacial que limita o acesso à cidade” (p. 9). A insegurança constante e a precariedade da saúde pública interferem na escolarização, no desempenho profissional e na expectativa de vida, gerando um círculo vicioso em que a vulnerabilidade territorial reforça a vulnerabilidade social. Assim, a mobilidade — entendida como ascensão econômica e social — é freada por barreiras territoriais que restringem o acesso aos recursos necessários para romper o ciclo da pobreza.

A análise dessas dimensões evidencia que a mobilidade social é inseparável da mobilidade territorial. A possibilidade de deslocar-se fisicamente em busca de oportunidades é, em si, um marcador de desigualdade: os que dispõem de transporte de qualidade, saúde garantida, segurança e saneamento acumulam vantagens invisíveis que se traduzem em capital humano, social e simbólico. A ausência desses bens públicos, por outro lado, aprisiona indivíduos em contextos de escassez e risco, onde o esforço individual se torna insuficiente para superar as barreiras estruturais. A desigualdade territorial é, portanto, um campo de disputa

política e ética, pois define quem tem direito à cidade e quem permanece confinado à periferia da cidadania.

Em suma, o acesso desigual a bens públicos reforça os limites da mobilidade porque territorializa a desigualdade social e converte o espaço em mecanismo de reprodução de privilégios. O território, nesse contexto, não é um dado neutro, mas uma construção política que reflete a forma como o Estado distribui — ou nega — o direito aos bens coletivos. Superar essa realidade implica reorientar as políticas públicas para a justiça espacial, entendendo a infraestrutura social como condição de equidade e não como mero investimento técnico. A democratização do transporte, do saneamento, da saúde e da segurança é condição para que o território deixe de ser um destino e se converta em plataforma de emancipação. Apenas quando os bens públicos forem universalizados em qualidade e acesso, a mobilidade deixará de ser privilégio e se tornará expressão de uma sociedade verdadeiramente justa.

A CIDADE QUE INCLUI

Questão mobilizadora da reflexão e análise: é possível pensar em políticas urbanas que funcionem como alavancas de inclusão social?

A urbanização brasileira, atravessada por desigualdades históricas, disputas fundiárias e processos sistemáticos de segregação socioespacial, evidencia o quanto a cidade é mais que infraestrutura: é um campo de disputa política, simbólica e material. Pensar políticas urbanas como alavancas de inclusão exige compreender que elas não se limitam à organização do espaço físico, mas podem produzir condições efetivas para o exercício de direitos, ampliação da cidadania e redução das assimetrias que estruturam o território brasileiro. A literatura recente tem demonstrado que intervenções urbanísticas planejadas sob a ótica da justiça espacial podem modificar trajetórias sociais e ampliar horizontes de vida, desde que integradas a políticas sociais amplas e acompanhadas de regulação efetiva.

O marco fundamental dessa perspectiva no Brasil é o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), resultado de décadas de luta por reforma urbana. Raquel Rolnik (2013) destaca que o estatuto representou uma inflexão histórica ao introduzir a noção de função social da cidade e da propriedade, oferecendo instrumen-

tos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o usucapião coletivo para enfrentar desigualdades estruturais e democratizar o acesso ao solo urbano. Essa virada normativo-política reconheceu que a regulação urbana é mecanismo de enfrentamento da desigualdade, e não mero arranjo técnico-administrativo.

No campo habitacional, políticas vinculadas à provisão de moradia de interesse social revelam tanto o potencial quanto as limitações da ação estatal. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), por exemplo, ampliou significativamente o acesso à moradia, mas também reproduziu padrões de periferação e isolamento urbano, especialmente nas faixas de renda mais baixas. Estudos coordenados por Cardoso, Denaldi e Aragão (2017), em pesquisa nacional sobre o MCMV, demonstram que empreendimentos implantados em áreas distantes reduziram o acesso a oportunidades, empregos e serviços, reforçando padrões de segregação. Por outro lado, experiências baseadas em urbanização integrada de favelas — como o Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro e o Vila Viva em Belo Horizonte — evidenciam que intervenções centradas na permanência das populações no território, articuladas com infraestrutura, equipamentos públicos e participação comunitária, podem produzir resultados mais sustentáveis e inclusivos.

A mobilidade urbana, por sua vez, constitui uma das dimensões mais eficazes na promoção da inclusão social. O IPEA (2020) demonstrou que a redução no tempo de deslocamento está fortemente associada ao aumento do acesso a empregos formais, sobretudo para populações periféricas. A ONU-Habitat (2020) reforça que a mobilidade é direito estruturante: ao encurtar distâncias sociais e espaciais, ela opera como condição de acesso a educação, saúde, cultura e trabalho. Políticas como corredores de ônibus de alta capacidade, integração tarifária e tarifa social têm efeitos diretos sobre a inserção produtiva, especialmente para mulheres e jovens de baixa renda, grupos mais penalizados pela fragmentação urbana.

Outra vertente fundamental é a requalificação de espaços públicos e equipamentos culturais em territórios vulneráveis. A experiência das Bibliotecas-Parque de Medellín e os estudos de Teresa Caldeira (2000) sobre urbanismo e segregação em São Paulo apontam que a criação de equipamentos públicos de alta qualidade em áreas periféricas pode ter efeitos simbólicos e materiais relevantes: redução do estigma territorial, ampliação das redes culturais e educacionais e for-

talecimento do pertencimento comunitário. Da mesma forma, experiências brasileiras como os CEUs (Centros Educacionais Unificados) em São Paulo mostram que infraestrutura integrada — educação, esporte, cultura, assistência — pode alterar trajetórias juvenis e construir novas referências de cidadania.

Contudo, políticas urbanas só funcionam como alavancas de inclusão quando enfrentam o elemento estrutural que molda a cidade brasileira: a desigual distribuição do solo urbano e a lógica de valorização imobiliária. Ermínia Maricato (2015) enfatiza que a política urbana inclusiva exige enfrentar a questão fundiária, pois grandes investimentos públicos — como requalificação urbana ou melhorias em transporte — tendem a provocar processos de gentrificação que expulsam os moradores originais justamente dos territórios beneficiados pela política. A literatura internacional reforça essa dinâmica: David Harvey (2012) analisa como intervenções urbanas, quando submetidas exclusivamente à lógica de mercado, podem aprofundar desigualdades em vez de combatê-las.

Outro limite reside na escala das políticas. Milton Santos (1994) já apontava que a fragmentação das metrópoles e a ausência de coordenação entre municípios impedem a redução da desigualdade urbana, pois problemas como transporte, moradia, saneamento e uso do solo transcendem fronteiras administrativas. Estudos recentes sobre governança metropolitana no Brasil (IPEA, 2022) evidenciam que políticas estruturantes exigem coordenação intermunicipal e federal, dado que a segregação urbana é fenômeno sistêmico e não local.

Por fim, políticas urbanas inclusivas dependem de participação social ativa, transparência e democratização dos processos decisórios. O Estatuto da Cidade e as diretrizes da ONU-Habitat enfatizam que instrumentos urbanísticos só produzem inclusão quando acompanhados de controle social e co-gestão territorial — sem isso, tendem a ser capturados por interesses privados. A cidade includente é inseparável de práticas urbanas democráticas.

Em síntese, políticas urbanas podem, sim, funcionar como alavancas de inclusão social, desde que concebidas como parte de um projeto político amplo que articule infraestrutura, justiça espacial, participação cidadã e regulação fundiária. Sua eficácia depende de enfrentamento direto das estruturas que historicamente produziram a desigualdade urbana no Brasil. A inclusão só se concretiza quando as políticas urbanas deixam de atuar como intervenções pontuais e passam a integrar um campo de disputa pela cidade como direito — e não como mercadoria.

QUANDO O ENDEREÇO DEFINE O DESTINO

Questão mobilizadora da reflexão e análise: qual o impacto da segregação espacial das classes sociais na reprodução da pobreza?

A segregação socioespacial constitui um dos mecanismos mais persistentes e sofisticados de reprodução da pobreza no Brasil, operando como vetor estrutural que transforma o território em fator ativo de desigualdade. O espaço urbano, longe de ser um cenário neutro, é produto histórico de relações de poder, de disputas fundiárias e de políticas estatais que organizaram a cidade segundo hierarquias de classe, raça e renda. Assim, o lugar onde se vive — entendido como acesso (ou não) a bens públicos, infraestrutura, redes sociais, serviços e oportunidades — torna-se um determinante decisivo das trajetórias individuais e coletivas. A segregação espacial, portanto, não apenas reflete a desigualdade social, mas a produz e a reproduz, convertendo o endereço em destino social.

A sociologia urbana demonstra que o território funciona como forma material de capital e poder. Pierre Bourdieu (1997), ao afirmar que o espaço físico é também espaço social, indica que as posições no território traduzem e reforçam as posições na estrutura social: viver em determinados lugares oferece acesso privilegiado a redes, recursos e bens públicos, enquanto viver em periferias urbanas impõe restrições que se acumulam ao longo da vida. Essa lógica torna o território uma engrenagem da desigualdade, pois distribui diferencialmente não apenas infraestrutura, mas também expectativas, repertórios culturais e oportunidades de mobilidade. No caso brasileiro, essa lógica é intensificada por uma urbanização historicamente desigual, marcada pela segregação residencial, pela especulação imobiliária e pela omissão ou seletividade do Estado.

Milton Santos (2002) descreve esse fenômeno como “urbanização corporativa”, caracterizada pela subordinação das políticas urbanas ao mercado imobiliário e à lógica de valorização do capital. As grandes metrópoles brasileiras se consolidam como espaços profundamente fragmentados, com centros dotados de infraestrutura e serviços e periferias marcadas pela precariedade, distância, violência e ausência de políticas públicas. Essa geografia desigual transforma o território em uma barreira à mobilidade social: quanto mais distante das centralidades

urbanas, maior o tempo de deslocamento, menor o acesso à educação de qualidade, mais precarizado o trabalho e maior a exposição à violência. Desse modo, a segregação socioespacial estrutura a própria distribuição de oportunidades.

Os efeitos da segregação operam também no plano simbólico. Loïc Wacquant (2008) destaca que territórios estigmatizados funcionam como formas de dominação, produzindo um duplo processo de confinamento (material) e desqualificação (simbólica). Nas cidades brasileiras, a associação entre periferia, favela e criminalidade produz estigmas que dificultam o acesso ao emprego, ao crédito, à educação e à circulação plena na cidade. O morador periférico carrega o peso de um endereço que o antecede, limitando suas possibilidades de inserção social. A desigualdade torna-se, assim, uma experiência territorializada, vivida no corpo e na vida cotidiana.

Os impactos estruturais da segregação aparecem de forma sistemática em estudos empíricos. Ribeiro e Lago (2020), analisando padrões residenciais em metrópoles brasileiras, demonstram que a segregação espacial reforça a concentração de capital social e cultural entre grupos de maior renda, enquanto restringe a circulação de informações e oportunidades para moradores das periferias. Essa barreira relacional limita a ascensão mesmo entre indivíduos com escolaridade semelhante, evidenciando como o espaço opera como filtro de mobilidade. Além disso, pesquisas do IPEA (2019; 2021) mostram que a localização territorial influencia diretamente indicadores de escolaridade, renda futura, acesso ao emprego e níveis de violência — corroborando a ideia de que a desigualdade territorial molda, de modo cumulativo, as trajetórias de vida.

As oportunidades educacionais e de emprego também são fortemente influenciadas pelo território. Estudos sobre mobilidade urbana, como os do *Institute for Transportation and Development Policy* (ITDP, 2022) e do IPEA (2020), demonstram que moradores das periferias brasileiras podem gastar até três horas diárias em deslocamentos, o que afeta seu rendimento escolar, sua saúde, sua disposição para formação continuada e sua produtividade no trabalho. A precariedade da mobilidade urbana, assim, funciona como mecanismo silencioso de reprodução da pobreza, pois reduz o tempo disponível para estudo, lazer, descanso e cuidado — elementos fundamentais para a construção de capital humano.

A segregação também molda o *habitus*, conforme Bourdieu. O espaço restringe o horizonte simbólico dos moradores periféricos, limitando suas aspirações e naturalizando a desigualdade. A experiência cotidiana de ausência de serviços públicos, violência e precariedade produz uma pedagogia da escassez, que ensina a esperar menos e a desejar o possível. Como observa Ermínia Maricato (2015), a segregação não apenas separa fisicamente: ela define o que é imaginável para cada grupo social. Assim, a pobreza não é apenas insuficiência de renda, mas uma condição territorialmente produzida.

Políticas públicas que ignoram a dimensão espacial da desigualdade tendem a fracassar ou a reforçar os problemas que pretendem solucionar. Intervenções habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, ao deslocarem famílias pobres para periferias distantes, ampliaram o isolamento e dificultaram a inclusão produtiva, como mostram Cardoso e Denaldi (2017). A segregação não se supera com transferência de renda ou programas educacionais desconectados do território; é necessário articular habitação, transporte, saúde, educação e cultura em políticas integradas de justiça espacial. O Estatuto da Cidade (2001) e as diretrizes da ONU-Habitat sublinham que o direito à cidade deve ser garantido por meio de políticas que combatam a expulsão, democratizem o acesso ao solo urbano e ampliem a presença do Estado nas periferias.

Portanto, a segregação socioespacial não apenas acompanha a pobreza — ela a produz. Ao restringir o acesso a bens públicos, oportunidades e redes sociais diversificadas, o território transforma desigualdades em destino e limita a mobilidade social. Superar esse mecanismo exige a construção de um projeto urbano comprometido com justiça social, redistribuição territorial e democratização dos espaços da cidade. Quando o espaço for reconhecido como condição e não como consequência da cidadania, a cidade poderá deixar de ser máquina de reprodução da pobreza e se tornar plataforma de emancipação.

A MATERIALIDADE DOS DIREITOS: INFRAESTRUTURA INVISÍVEL E JUSTIÇA SOCIAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como o conceito de “infraestrutura invisível” (serviços públicos essenciais) se relaciona com a justiça social?

O conceito de “infraestrutura invisível” - compreendido como a rede de serviços públicos essenciais como saneamento básico, energia elétrica, conectividade digital e mobilidade urbana - representa muito mais que uma dimensão técnica do desenvolvimento: constitui o alicerce material sobre o qual se constrói a possibilidade mesma do exercício da cidadania. A relação entre essa infraestrutura e a justiça social revela-se intrínseca e dialética, na medida em que a distribuição desigual desses serviços não apenas reflete, mas também reproduz e amplifica assimetrias sociais históricas. Como adverte Harvey (2022), o acesso diferenciado aos serviços urbanos essenciais constitui uma das formas mais perversas de injustiça espacial, pois converte a privação material em limitação existencial do direito à cidade.

A natureza dessa infraestrutura como condição de possibilidade para o exercício de outros direitos torna sua distribuição um indicador particularmente sensível de justiça social. Dados recentes do Censo Demográfico mostram que apenas 62,5% da população brasileira residia, em 2022, em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto, com fortes desigualdades regionais e por cor/raça, o que explicita a distribuição profundamente desigual de bens básicos de reprodução da vida (IBGE, 2024; Pimentel, 2024). Estudos do Instituto Trata Brasil, baseados em microdados oficiais, indicam que cerca de 72% da população que vive abaixo da linha da pobreza mora em habitações sem abastecimento regular de água tratada, concentrando o déficit hídrico justamente entre os grupos mais vulneráveis (Instituto Trata Brasil, 2024). Em grandes metrópoles como São Paulo, sucessivas edições do Mapa da Desigualdade mostram que moradores de bairros de alta renda podem viver, em média, mais de duas décadas a mais do que moradores de distritos periféricos, onde se acumulam piores indicadores de saneamento, moradia e acesso a serviços públicos (Rede Nossa São Paulo, 2021; 2024). Quando articulados às reflexões da epidemiologia social sobre os determinantes sociais da saúde, esses dados evidenciam que a infraestrutura urbana básica opera como determinante estrutural do adoecimento e da mortalidade, compondo o “gradiente social” em saúde descrito pela literatura internacional e pelos estudos brasileiros sobre determinantes sociais e direito à saúde (DSS/ENSP/FIOCRUZ, 2020; Vieira, 2020).

A relação entre infraestrutura digital e permanência escolar revela que aquilo que costuma ser percebido como “infraestrutura invisível” só é invisível para quem já dispõe dela. No caso das periferias urbanas brasileiras, pesquisas têm demonstrado de forma consistente que a presença — ou ausência — de conectividade, equipamentos e suporte tecnológico atua como um determinante silencioso das trajetórias escolares. Relatórios do INEP (Brasil, 2020) evidenciam que escolas com acesso adequado à internet e recursos tecnológicos apresentam menores taxas de abandono, mesmo quando controlados fatores socioeconômicos amplos. De modo convergente, a série histórica produzida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, mostra que a limitação do acesso digital compromete a continuidade dos estudos, aprofundando desigualdades educacionais estruturais (CETIC.BR, 2023). Estudos internacionais reforçam esse padrão: Wilkins e Huisman (2018) identificam que condições mínimas de infraestrutura digital reduzem a probabilidade de evasão em escolas de baixa renda, ao passo que análises da OCDE demonstram que a precariedade tecnológica está associada a maiores riscos de abandono escolar (OECD, 2022). Assim, a chamada “invisibilidade” da infraestrutura revela-se como um privilégio: para os grupos excluídos, sua ausência não apenas é visível, mas se materializa em oportunidades educacionais perdidas e capacidades formativas interrompidas.

A conectividade digital consolidou-se, nas duas últimas décadas, como uma nova dimensão crítica da infraestrutura essencial para a cidadania. No Brasil, a exclusão digital passou a representar não apenas ausência de acesso à tecnologia, mas exclusão dos circuitos básicos de participação social, econômica e informacional. Como observa Monica Ragnedda (2022), a desigualdade de acesso às tecnologias digitais intensifica desigualdades sociais preexistentes e alimenta um “efeito auto-reforçador” entre exclusão social e digital, transformando a falta de conectividade em um novo tipo de barreira estrutural. Os dados do Cetic.br confirmam essa assimetria: em 2021, apenas 64% dos domicílios das classes D e E tinham acesso à internet, enquanto esse índice ultrapassava 99% entre as classes A e B (CETIC.BR, 2022), caracterizando o que muitos pesquisadores denominam “apartheid digital” brasileiro. Esta disparidade não apenas acentua a desigualdade educacional e as barreiras de inserção laboral,

mas também limita o acesso a serviços públicos crescentemente digitalizados, como saúde, assistência social e políticas de transferência de renda, aprofundando ciclos de exclusão.

A mobilidade urbana constitui outro eixo em que a chamada infraestrutura invisível demonstra um poder profundo de inclusão ou exclusão. Estudos do Ipea mostram que trabalhadores de menor renda enfrentam tempos de deslocamento significativamente mais longos nas regiões metropolitanas brasileiras. Pereira e Schwanen (2013), analisando microdados de PNAD e pesquisas de mobilidade, identificam que os trabalhadores mais pobres chegam a gastar até duas horas por dia a mais em deslocamentos do que os trabalhadores de renda mais alta. Em São Paulo, o *Mapa da Desigualdade* (Rede Nossa São Paulo) indica que habitantes de bairros periféricos levam, em média, 70 a 100% mais tempo para chegar ao trabalho do que moradores de áreas centrais (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2024). Esses custos de deslocamento, além de representarem perda econômica direta, configuram o que autores têm chamado de “subtração temporal estrutural”: a redução do tempo disponível para descanso, convivência familiar, lazer e qualificação profissional entre os setores populares. A espacialidade da desigualdade, portanto, converte o direito à mobilidade em pré-condição para o exercício de outros direitos sociais, ampliando disparidades ao longo do ciclo de vida.

A superação destas assimetrias exige, conforme propõe Maricato (2014) uma reconceitualização da universalização dos serviços essenciais como projeto civilizatório, e não como mera meta técnica. Esta abordagem implica reconhecer que a infraestrutura invisível constitui o suporte material sem o qual direitos formalmente garantidos permanecem inacessíveis para amplos segmentos da população. Como observa Fraser (2022) a justiça social no século XXI exige o reconhecimento de que a redistribuição material e o reconhecimento identitário são dimensões indissociáveis da luta por sociedades mais igualitárias.

Em linhas gerais, a infraestrutura invisível relaciona-se com a justiça social na exata medida em que sua universalização representa a materialização do princípio de que todos devem ter as condições básicas para desenvolver suas capacidades humanas. Sua distribuição desigual não constitui mera falha técnica, mas a expressão concreta de um projeto de sociedade que naturaliza privilégios e exclusões. A construção de uma ordem social verdadeiramente justa exigirá,

portanto, não apenas a garantia formal de direitos, mas a transformação radical da geografia do acesso aos serviços essenciais que sustentam a vida digna. Como conclui Santos (2024), a cidadania plena só se realiza quando os direitos saem do papel e se incarnam na materialidade do cotidiano, tornando-se infraestrutura invisível que sustenta a vida.

HABITAR E MOVER-SE NA CIDADE DESIGUAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: que papel as políticas de habitação e mobilidade urbana desempenham na superação da desigualdade?

As políticas de habitação e mobilidade urbana ocupam posição central na estruturação das desigualdades brasileiras, uma vez que o território urbano funciona como terreno material onde se inscrevem e se reproduzem assimetrias sociais de classe, raça e gênero. Longe de constituírem dimensões meramente técnicas, a moradia e o transporte expressam a distribuição social dos direitos e revelam a forma como o Estado organiza — ou desorganiza — o acesso à cidade. A segregação espacial e a imobilidade cotidiana não são efeitos acidentais do urbanismo, mas mecanismos estruturais que moldam trajetórias de vida, limitam oportunidades e configuram fronteiras de pertencimento. A superação da desigualdade passa, portanto, pela compreensão da habitação e da mobilidade como instrumentos de justiça social, fundamentais para romper o ciclo histórico de exclusão territorial que caracteriza o urbano brasileiro.

A política habitacional no Brasil, historicamente, desempenhou papel ambivalente: produziu moradias, mas aprofundou a fragmentação socioespacial. Ao analisar as transformações urbanas desde a ditadura até a contemporaneidade, Rolnik (2019) demonstra que os programas habitacionais, sobretudo os voltados às populações de baixa renda, foram implantados majoritariamente em áreas periféricas e mal servidas de infraestrutura, reforçando o padrão de cidade espraiada e segregada. Segundo a autora, “a política habitacional brasileira consolidou uma cidade produzida segundo a lógica da valorização imobiliária, relegando às periferias o lugar da pobreza institucionalizada” (ROLNIK, 2019, p. 82). O modelo centro-periferia, marcado pela expulsão das classes populares para regiões distantes, naturalizou a ideia de que a “casa própria” pode ser um benefício mesmo

quando significa isolamento territorial, baixos níveis de urbanidade e ausência de oportunidades. O direito à moradia, quando desvinculado do direito à cidade, converte-se em confinamento social.

Essa lógica foi amplamente criticada por Ermínia Maricato, que analisa a dissociação entre política urbana e política habitacional. Para a autora, “o urbano brasileiro permanece sendo pensado pela ótica tecnocrática, ignorando que o espaço é instrumento de reprodução da desigualdade” (MARICATO, 2021, p. 117). Programas de produção habitacional em massa — como fases do Minha Casa Minha Vida — reproduziram tal dissociação ao priorizar terrenos baratos e distantes, transformando conjuntos habitacionais em espaços de precariedade e segregação. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) confirmam que mais de 60% dos empreendimentos habitacionais populares construídos entre 2009 e 2017 se localizam a mais de 6 km de centralidades urbanas, com acesso limitado a empregos, educação, saúde e transporte. Essa distância cotidiana transforma a moradia em obstáculo à mobilidade social, convertendo o território em fator estrutural de desvantagem.

Se habitar representa o eixo da vida social, mover-se constitui a mediação que conecta esse eixo às oportunidades urbanas. A mobilidade urbana, assim como a habitação, é atravessada por desigualdades profundas. A literatura brasileira e internacional tem demonstrado que o tempo gasto em deslocamentos funciona como marcador de desigualdade, impactando renda, bem-estar, escolarização e saúde. Estudos do Institute for Transportation and Development Policy (ITDP) mostram que moradores de baixa renda nas regiões metropolitanas brasileiras gastam, em média, 70% mais tempo em deslocamentos do que moradores de áreas centrais (ITDP, 2022, p. 9). O fenômeno traduz o que Milton Santos (2002) descreve como “a tirania do tempo lento”, segundo a qual a lentidão imposta pelos sistemas de transporte precários aprisiona populações pobres em um cotidiano de desgaste, imobilidade e limitação de possibilidades.

Pesquisas do Ipea revelam que o trabalhador de menor renda pode gastar até 2 horas diárias a mais em deslocamentos do que aquele pertencente aos estratos superiores (PEREIRA; SCHWANEN, 2013). Esse tempo, quando acumulado ao longo da vida, converte-se em perda de oportunidades de estudo, cuidado, descanso e convivência familiar — um processo que autores vêm denominando “subtração temporal estrutural”. O tempo roubado pelo transporte precário sim-

boliza o que Wacquant (2008) identifica como a “marginalidade urbana avançada”, na qual o espaço funciona como mecanismo ativo de produção e reprodução da desigualdade. Circulam mais os que têm mais meios; circulam menos aqueles a quem faltam recursos materiais e simbólicos.

Essa relação entre habitar e mover-se permite compreender o território como variável política e não apenas geográfica. Em contextos de habitação periférica e mobilidade restrita, o Estado falha em garantir direitos básicos como saúde, educação e cultura, aprofundando desigualdades intergeracionais. A distância física transforma-se em distância social, e a precariedade da infraestrutura urbana torna-se um obstáculo objetivo à ascensão. O Mapa da Desigualdade de São Paulo demonstra que a diferença de expectativa de vida entre bairros ricos e pobres ultrapassa 22 anos, refletindo desigualdades territoriais acumuladas (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2024). A cidade, assim, distribui chances desigualmente, produzindo “geografias de destino” que naturalizam a pobreza e dificultam a mobilidade.

A superação desse quadro exige políticas urbanas capazes de articular habitação, mobilidade e infraestrutura de modo integrado. Experiências internacionais e brasileiras mostram que políticas orientadas pelo princípio do direito à cidade — central no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) — produzem impacto duradouro quando abordam simultaneamente moradia, transporte, serviços públicos, cultura e participação social. Investimentos em transporte coletivo de alta capacidade, modelos de urbanização inclusiva, requalificação de bairros populares e oferta de habitação bem localizada têm se mostrado eficazes na redução das desigualdades urbanas. No entanto, como adverte Maricato (2021), isso requer enfrentar a lógica especulativa da terra urbana e fortalecer o papel do Estado como planejador e garantidor do interesse público.

Habitação e mobilidade são, portanto, dimensões indissociáveis da justiça urbana. Habitar dignamente e mover-se livremente não são privilégios, mas direitos estruturantes da vida cidadã. Sem políticas que democratizem o acesso ao espaço urbano, a desigualdade continuará sendo produzida e reproduzida pelo próprio território. O enfrentamento desse desafio implica compreender que a cidade é projeto civilizatório: espaço onde se materializa a igualdade ou onde se cristaliza a exclusão. A luta por moradia e mobilidade é, assim, luta pelo próprio sentido da cidadania — o direito de existir plenamente no espaço e no tempo da cidade.

CAPÍTULO 6

EIXO 5 – DIMENSÕES PSICOLÓGICAS, CULTURAIS E ÉTICAS DA MOBILIDADE

O PREÇO SUBJETIVO DA ASCENSÃO SOCIAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: o que é o “estresse de ascensão” e como ele se manifesta nas trajetórias de mobilidade social?

O chamado “estresse de ascensão” constitui uma dimensão pouco visível, porém decisiva, das trajetórias de mobilidade social em sociedades profundamente estratificadas. Longe de ser um mero efeito psicológico individual, trata-se de uma experiência estruturalmente produzida quando sujeitos de origem popular atravessam fronteiras simbólicas e entram em espaços sociais historicamente ocupados por grupos que detêm maior capital econômico, cultural e social. Ascender, nesse sentido, não significa apenas ocupar novas posições escolares ou profissionais, mas submeter-se a um processo contínuo de conversão identitária, no qual as disposições incorporadas no meio de origem entram em tensão com as exigências normativas dos campos sociais de destino. O resultado é um estado permanente de ambiguidade: o sujeito é convocado a transformar-se para ser reconhecido, mas, ao fazê-lo, sente-se desautorizado em sua história. Nesse interstício, emerge um sofrimento moral específico — o estresse de ascensão — que traduz a fratura simbólica entre origem e destino, pertencimento e estranhamento.

Pierre Bourdieu oferece a chave analítica mais robusta para compreender esse fenômeno ao formular o conceito de histereses do *habitus*, isto é, o descompasso entre esquemas incorporados e novas condições objetivas (BOURDIEU, 1997). O sujeito que ascende carrega consigo um *habitus* formado em condições sociais distintas das que passa a enfrentar; seus modos de falar, sentir, interpretar e agir tornam-se percebidos — e vividos — como inadequados. Esse “deslocamento incorporado” produz, simultaneamente, vergonha, hesitação e vigilância permanente. Bourdieu demonstra que a ascensão pode gerar uma espécie de “dupla vida social”: a consciência de que é preciso abandonar práticas e linguagens do meio de origem para aderir aos códigos legítimos do novo espaço, ao mesmo

tempo em que esse distanciamento gera culpa, sensação de traição e perda da familiaridade social (BOURDIEU, 2013). Trata-se de um sofrimento estrutural, pois decorre não da falha individual, mas da própria organização desigual dos espaços sociais.

Essa experiência foi descrita com precisão por autores que vivenciaram a mobilidade e analisaram suas implicações subjetivas. Didier Eribon (2009), em *Retour à Reims*, denomina esse processo como “exílio interior”: o indivíduo abandona o mundo de origem sem ser plenamente aceito no de destino. Annie Ernaux (1997), em *La Honte*, evidencia que a ascensão é acompanhada por um trabalho emocional intenso, no qual a vergonha social atua como operador central da transformação subjetiva. Em ambos os casos, o sofrimento não decorre da ascensão em si, mas da percepção contínua de inadequação: o corpo, a fala e os gestos denunciam o lugar de onde se veio. A mobilidade, nesses relatos, é conquistada, mas também luto: exige o abandono de formas de vida que sustentavam vínculos afetivos e identidades coletivas.

No Brasil, esse fenômeno adquire intensidade particular por causa da relativa impermeabilidade das fronteiras de classe e da centralidade do capital cultural escolar como mecanismo de distinção. Pesquisas de Maria Alice Nogueira e Cláudio Nogueira (2004; 2010) demonstram que estudantes de primeira geração no ensino superior vivenciam uma ruptura dupla: são confrontados tanto pela ausência de capitais culturais legitimados quanto pela sensação de ocupar um lugar social que não lhes “pertence”. O sentimento de não pertencimento não é apenas cognitivo, mas corporal: o sotaque, a origem territorial, os hábitos culturais e a relação com a linguagem funcionam como marcadores simbólicos que expõem a posição social de origem. Alain Coulon (2008), ao analisar o processo de “afiliação intelectual” na universidade, mostra que a entrada no ensino superior exige que o estudante aprenda não apenas conteúdos, mas um ethos acadêmico — uma nova forma de ser no mundo. Para jovens de origem popular, esse aprendizado é mais árduo e frequentemente carregado de sofrimento, pois implica desconstruir disposições arraigadas para adquirir outras, consideradas legítimas.

Essas tensões subjetivas também aparecem nas análises sobre o mundo do trabalho. Pesquisas de Silva (2019) e Paschoal da Silva (2014) revelam que trabalhadores que ascendem a cargos de prestígio tendem a vivenciar forte auto-

censura, pressão por desempenho e necessidade constante de provar seu mérito. O reconhecimento, nesses casos, apresenta-se como condicional: o indivíduo é visto como exceção, e não como expressão legítima de seu grupo social. Essa forma de reconhecimento parcial constitui, na formulação de Axel Honneth (2011), uma patologia do reconhecimento, na qual o sujeito é valorizado por sua função econômica, mas não como pessoa íntegra. O sofrimento que daí decorre — ansiedade, culpa, sensação de ilegitimidade — traduz a violência simbólica das estruturas sociais que naturalizam o privilégio e individualizam a ascensão.

O estresse de ascensão é, assim, um produto psicológico de estruturas sociais rígidas, que produzem fronteiras simbólicas difíceis de transpor. Ele emerge quando o reconhecimento social depende da assimilação de códigos que negam a legitimidade das origens; quando a mobilidade exige que o sujeito sacrifique parte de sua identidade; e quando a ascensão é vivida como exceção, e não como expressão de direitos coletivos. Esse sofrimento evidencia que a desigualdade não é apenas material, mas moral: ela se manifesta na distribuição desigual do direito ao pertencimento.

Compreender o estresse de ascensão significa reconhecer que a justiça social não é apenas redistributiva, mas também simbólica. Uma sociedade justa não será apenas aquela que permite a mobilidade, mas aquela em que ascender não implique renunciar às próprias raízes, ocultar a própria história ou viver sob constante suspeita. A verdadeira igualdade é atingida quando a mobilidade deixa de produzir sofrimento e passa a ser acompanhada de reconhecimento — quando o indivíduo pode habitar novos espaços sociais sem ser convidado a negar o lugar de onde veio.

O ESTRANGEIRO DE DOIS MUNDOS

Questão mobilizadora da reflexão e análise: em que medida o indivíduo em ascensão vive o dilema de pertencer a dois mundos e não ser plenamente aceito em nenhum deles?

A mobilidade social ascendente, frequentemente celebrada como triunfo individual ou conquista meritocrática, revela-se, sob análise sociológica mais profunda, como um processo marcado por tensões subjetivas intensas. Longe de

conduzir o indivíduo a uma integração plena no novo universo social, a ascensão opera pela clivagem de disposições, produzindo o que Pierre Bourdieu denomina *habitus* clivado: uma estrutura dividida, tensionada entre o mundo de origem e o mundo de destino. Nesse espaço liminar, a pertença é sempre parcial e a autenticidade, permanentemente colocada em questão. Em sociedades desiguais como o Brasil, caracterizadas por fronteiras simbólicas rígidas entre classes e por forte associação entre capital cultural e legitimidade social, esse processo assume contornos ainda mais agudos.

A experiência do *habitus* clivado deriva do descompasso entre o *habitus* incorporado durante a socialização primária e as exigências normativas do campo social no qual o indivíduo passa a ingressar. Em *La misère du monde*, Bourdieu (1993) analisa transformações subjetivas produzidas por deslocamentos estruturais e demonstra como sujeitos em ascensão carregam marcas indeléveis do meio de origem, ainda que busquem adequar-se às expectativas do novo espaço social. A sensação de não pertencimento — frequentemente descrita como “síndrome do impostor” — emerge justamente dessa discrepância: o corpo, a linguagem, o gosto e o repertório cultural denunciam a origem social, produzindo um mal-estar que não é psicológico, mas estrutural.

Essa condição é amplamente documentada em pesquisas internacionais e brasileiras sobre estudantes de primeira geração no ensino superior. Alain Coulon (2008), ao analisar a “afiliação universitária”, demonstra que a inserção no ensino superior exige domínio de códigos linguísticos, cognitivos e relacionais que não são igualmente distribuídos entre as classes sociais. Para estudantes de origem popular, essa exigência produz um sentimento crônico de deslocamento, que se traduz em autocensura, hesitação e vigilância permanente. De modo convergente, estudos brasileiros recentes mostram que o sofrimento estudantil está diretamente associado ao confronto entre capitais culturais desiguais. Silva (2019), investigando experiências universitárias de jovens das camadas populares, observa que a ascensão escolar é acompanhada por sentimentos de inadequação, medo de fracasso e percepção de ilegitimidade intelectual, fenômenos explicados pelo choque entre disposições familiares e expectativas institucionais.

A dimensão subjetiva desse deslocamento foi descrita com particular profundidade em narrativas autobiográficas de mobilidade. Didier Eribon (2009),

em *Retour à Reims*, relata como a ascensão implicou não apenas mobilidade, mas ruptura afetiva, produzindo um “exílio interior” que o afastou de sua família sem permitir plena integração nas elites intelectuais. Annie Ernaux (1997), em *La Honte* e *La Place* (1983), descreve a ascensão como experiência marcada por vergonha, perda e desidentificação — sentimentos que emergem do conflito entre fidelidade às origens e desejo de legitimidade no novo espaço social. Richard Hoggart (1957), em *The Uses of Literacy*, já havia identificado esse fenômeno como “desenraizamento cultural”, pelo qual o indivíduo ascendente sente-se estranho tanto no mundo de origem quanto no de destino.

A psicologia social tem fornecido evidências empíricas para esse sofrimento identitário em trajetórias de ascensão. Pesquisas de Jack et al. (2018), publicadas no *Journal of Personality and Social Psychology*, demonstram que estudantes de primeira geração apresentam índices significativamente maiores de estresse acadêmico, ansiedade, sintomas depressivos e sensação de isolamento, em comparação com estudantes de classes médias. Esses estudos mostram que o sofrimento decorre menos da dificuldade acadêmica e mais do “conflito cultural intergeracional”: a necessidade de negociar expectativas familiares, responsabilidades econômicas e códigos culturais universitários.

No mundo do trabalho, a mobilidade também produz tensões subjetivas específicas. Loïc Wacquant (2008), ao analisar processos de estigmatização e fronteiras simbólicas nas periferias urbanas, demonstra que o ascendente social sofre com formas sutis de exclusão em ambientes profissionais de elite, muitas vezes manifestadas como microagressões, julgamentos de competência e exclusão de redes informais de sociabilidade. A literatura sobre “class passing”, sobretudo em estudos anglo-saxões, indica que profissionais de origem popular experimentam pressão constante para performar adequação — modulando vocabulário, aparência, postura e gostos — ao mesmo tempo em que carregam a culpa por distanciar-se do grupo de origem (STAHNKE, 2020).

Essas tensões subjetivas configuram o que Axel Honneth (2011) denomina “déficits de reconhecimento”: situações em que a identidade do indivíduo não encontra validação plena nem na origem nem no destino. O resultado é um sofrimento moral que não decorre de falhas individuais, mas da estrutura social que associa legitimidade a um conjunto restrito de capitais e repertórios culturais.

O dilema ético vivido por sujeitos em ascensão é profundo: permanecer fiel ao mundo de origem significa arriscar-se à exclusão no novo universo; adotar plenamente os códigos do novo grupo significa carregar a culpa da ruptura. Esse paradoxo se torna ainda mais intenso em sociedades como a brasileira, onde desigualdades socioeconômicas e raciais são historicamente sobrepostas, e onde o capital cultural escolar funciona como mecanismo poderoso de distinção (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2010).

Assim, o *habitus* clivado não é exceção, mas estrutura comum em trajetórias de mobilidade ascendente. Ele revela que a mobilidade não é apenas uma conquista, mas um processo de deslocamento permanente, cujos custos subjetivos são ignorados por discursos meritocráticos. Compreender essa dialética é essencial para desenhar políticas públicas que reconheçam não apenas as barreiras materiais, mas também as barreiras simbólicas da mobilidade — construindo espaços institucionais que acolham, e não violentem, a pluralidade das trajetórias sociais.

EXÍLIO INTERIOR DA MOBILIDADE SOCIAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: quais são os impactos emocionais e identitários do rompimento com o meio de origem?

A ascensão social, frequentemente celebrada como conquista individual e sinal de progresso, é também uma experiência subjetiva profunda, marcada por tensões identitárias, conflitos afetivos e formas específicas de sofrimento moral. Longe de representar apenas o deslocamento para posições socioeconômicas mais elevadas, a mobilidade ascendente implica transitar entre universos culturais distintos, cada qual dotado de seus próprios códigos, linguagens e expectativas. Nesse processo, muitos indivíduos enfrentam aquilo que Pierre Bourdieu denomina *hysteresis* do *habitus*: o desajuste entre as disposições incorporadas na socialização primária e as exigências do novo campo social que passam a ocupar (BOURDIEU, 1997). Esse descompasso produz uma espécie de clivagem interna, em que o sujeito deixa de caber inteiramente no mundo de origem, sem ser plenamente reconhecido no de destino.

O resultado desse deslocamento é um sentimento persistente de “não pertencimento”, que se manifesta em experiências emocionais ambivalentes — or-

gulho pela conquista e culpa pelo afastamento; esperança de futuro e luto por um passado que não retorna; desejo de integração e medo de rejeição. Bourdieu (1997) argumenta que a violência simbólica presente nos espaços sociais de prestígio exige que os indivíduos reinterpretem sua própria história e ajustem seus modos de ser para se adequarem às normas implícitas do novo grupo. Quando ascender implica negar traços da própria origem, a mobilidade transforma-se em uma experiência de tensão permanente.

A literatura autobiográfica e sociológica europeia ilumina com força essa vivência. Didier Eribon, em *Retour à Reims* (2009), descreve sua trajetória de saída do meio operário e analisa o sentimento de estranhamento ao retornar ao local de origem. Para ele, o ascendente vive um “exílio interior”: perde o pertencimento ao mundo popular que o formou, mas jamais alcança inteiramente a naturalidade do novo espaço social. Annie Ernaux, especialmente em *La Honte* (1997) e *Les Armoires vides* (1974), evidencia o papel central da vergonha como afeto estruturante da mobilidade. A autora mostra como o olhar social hierarquizado se inscreve no corpo, na linguagem e na memória, produzindo uma forma de autocensura que acompanha toda a trajetória ascendente.

No Brasil, esse fenômeno assume contornos ainda mais complexos, dada a imbricação entre classe, raça, território e escolaridade. Jessé Souza (2018), ao analisar as camadas populares e os valores das classes médias, argumenta que o processo de ascensão frequentemente exige que o indivíduo internalize o ethos da classe média — um conjunto de comportamentos, estilos de consumo e formas de expressão que desqualificam a experiência popular. O preço subjetivo dessa assimilação é o que Souza denomina “sofrimento moral”, uma ferida simbólica resultante da sensação de inadequação e do esforço constante de performar legitimidade.

A universidade é um dos espaços onde esse conflito se manifesta com maior intensidade. Pesquisas sobre estudantes de primeira geração no ensino superior mostram que, mesmo com políticas de ampliação de acesso, persistem barreiras simbólicas relacionadas ao capital cultural legitimado, ao domínio da linguagem acadêmica e às redes de sociabilidade (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2020). O estudante ascendente muitas vezes vive entre dois mundos: não consegue compartilhar plenamente suas novas experiências com a família de origem e, simulta-

neamente, é submetido a microviolências simbólicas no ambiente universitário, onde sotaques, vocabulário e modos de estar são marcadores sociais silenciosos.

O mesmo ocorre no mercado de trabalho, especialmente em ocupações de prestígio. Richard Hoggart (1957), em *The Uses of Literacy*, já observava que indivíduos oriundos das classes trabalhadoras, ao ingressarem em profissões de classe média, experimentam o que chamou de “desenraizamento cultural”: conservam marcas de origem que não são facilmente assimiladas pelos grupos de destino. A ascensão, nesse sentido, é também um processo de vigilância constante, em que o sujeito monitora sua fala, seus gestos e suas escolhas para evitar ser percebido como “fora de lugar”.

Essas experiências dialogam com a teoria do reconhecimento formulada por Axel Honneth. Em *Luta por reconhecimento* (2011), o autor argumenta que a integridade psíquica depende do reconhecimento social nas dimensões afetiva, jurídica e social. Quando o indivíduo ascendente é reconhecido apenas por seu desempenho ou mérito, mas não em sua identidade integral, instala-se uma forma de desrespeito moral que fragiliza a autoestima e produz sofrimento subjetivo. A ascensão social, quando condicionada a modelos de aceitação que desvalorizam as origens populares, torna-se uma experiência de reconhecimento mutilado.

Assim, os impactos emocionais e identitários do rompimento com o meio de origem não são acidentes individuais; são efeitos estruturais das fronteiras de classe que regulam o pertencimento e delimitam quem pode ocupar legitimamente certos espaços sociais. O sofrimento subjetivo que acompanha a mobilidade é um sintoma da rigidez simbólica dessas fronteiras, que permitem a circulação, mas não o acolhimento. Superar esses efeitos exige políticas que reconheçam o valor das identidades populares, ampliem as formas de pertencimento nos espaços de prestígio e fortaleçam redes de apoio psicossocial para estudantes e trabalhadores em trajetória ascendente.

Ascender não deveria significar renunciar à própria história, mas expandi-la. A mobilidade social, quando compreendida em suas dimensões emocionais, éticas e culturais, pode deixar de ser um processo de perda e tornar-se um caminho de integração. Para isso, é necessário repensar as instituições — escola, universidade, trabalho — para que o pertencimento não seja privilégio, mas direito. Somente assim o movimento ascendente poderá se realizar como emancipação, e não como exílio.

O PREÇO OCULTO DA ASCENSÃO

Questão mobilizadora da reflexão e análise: como as narrativas de sucesso pessoal (empreendedorismo, meritocracia) podem mascarar os custos psíquicos da mobilidade?

As narrativas contemporâneas de sucesso pessoal — especialmente aquelas estruturadas em torno do empreendedorismo, da disciplina individual e da meritocracia — tornaram-se dispositivos centrais de subjetivação no capitalismo neoliberal. No Brasil, elas assumem um papel ainda mais complexo, pois operam sobre um terreno marcado por desigualdades históricas, raciais e de classe que tornam a mobilidade social uma experiência profundamente assimétrica. Ao prometer que “qualquer um pode vencer”, essas narrativas produzem uma gramática emocional que desresponsabiliza o Estado, invisibiliza barreiras estruturais e converte os sofrimentos da ascensão em falhas morais individuais. Assim, o mal-estar que acompanha muitas trajetórias de mobilidade deixa de ser compreendido como produto das desigualdades e passa a ser interpretado como incapacidade emocional do sujeito.

A crítica sociológica ajuda a desmontar esse mecanismo. Para Pierre Bourdieu (1998), discursos centrados exclusivamente no mérito tendem a operar como formas de violência simbólica, pois naturalizam hierarquias sociais e culpabilizam aqueles que não se adaptam às exigências do novo espaço social. Quando o indivíduo de origem popular ascende, ele não carrega apenas o peso de novas expectativas; carrega também o fardo de justificar continuamente sua presença em contextos que historicamente lhe foram negados. Essa exigência de constante legitimação produz um regime emocional marcado por vigilância, ansiedade e autocensura.

A literatura recente tem demonstrado como a retórica empreendedora funciona como tecnologia de governo das emoções. Dardot e Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo transforma cada indivíduo em “empresa de si mesmo”, responsabilizando-o integralmente por seu sucesso ou fracasso. Essa lógica captura especialmente aqueles que ascendem, pois eles se tornam exemplos públicos da promessa de mobilidade. A mensagem implícita é clara: se alguém conseguiu,

os demais também deveriam conseguir. Assim, experiências como medo, fracasso, exaustão ou sentimento de impostura não podem ser expressas — precisam ser silenciadas para manter coerente o ideal de autossuficiência.

O apagamento sistemático desses sofrimentos aparece de forma contundente na obra de Mark Fisher (2009). Para o autor, o neoliberalismo produz uma “patologia de responsabilidade individual”, na qual fenômenos sociais — como precariedade, exploração e desigualdade — são internalizados como sintomas psiquiátricos individuais. A ansiedade, o burnout e a depressão deixam de ser sinais de contradições sistêmicas e passam a ser tratados como falhas de autorregulação emocional. Fisher descreve esse processo como uma privatização da angústia, que impede a percepção coletiva de que o sofrimento é produzido por condições estruturais e não por deficiências pessoais.

No contexto brasileiro, o sofrimento psíquico relacionado à mobilidade é intensificado pela profundidade das desigualdades de classe e raça. Ribeiro (2019), ao examinar a formação das elites brasileiras, mostra que a ideia de meritocracia opera como justificativa moral da distância social: quanto mais distante o topo da pirâmide, maior a necessidade de acreditar que o sucesso é fruto de esforço individual, e não de privilégios estruturais. Essa crença impacta diretamente os sujeitos ascendentes, que, ao ocuparem espaços majoritariamente brancos e elitizados, carregam o peso da suspeita permanente sobre sua legitimidade. Para muitos, a ascensão não é vivida como conquista, mas como teste constante.

Também o debate sobre raça e sofrimento moral destaca como narrativas de superação operam como mecanismos de silenciamento. Grada Kilomba (2019) mostra que pessoas negras que alcançam posições de destaque frequentemente precisam reconfigurar suas identidades para evitar serem lidas como “fora de lugar”. Ela descreve esse processo como uma forma de dupla consciência emocional — atravessada pela necessidade de provar competência e, simultaneamente, neutralizar estereótipos raciais. Assim, a mobilidade não rompe o estigma da origem; apenas desloca o sujeito para um lugar onde ele deve se autorregular continuamente para evitar a rejeição.

O mundo do trabalho neoliberal exacerba esses efeitos. Autores como Sennett (2006) e Han (2015) demonstram que a pressão por desempenho e excelência gera um tipo específico de sofrimento — o “cansaço da performance” — que recai com mais força sobre aqueles que ascendem, por não possuírem redes de

apoio simbólico e social consolidadas. O indivíduo ascendente precisa, simultaneamente, provar sua capacidade e esconder sua exaustão. O sofrimento é estetizado, transformado em narrativa edificante de superação, como mostram estudos sobre cultura digital e empreendedorismo. Nas redes sociais, o fracasso é permitido apenas como prelúdio do sucesso; jamais como evidência das estruturas de opressão.

O silêncio sobre esses custos psíquicos produz um paradoxo ético: a mobilidade é celebrada pelo discurso público, mas vivida pelo indivíduo como experiência emocionalmente solitária. A teoria do reconhecimento de Honneth (2003) ajuda a iluminar essa dimensão. Para o autor, a autorrealização depende de formas legítimas de reconhecimento — amor, direito e estima social. Quando a ascensão exige que o indivíduo negue suas origens, silencie suas dores ou adote máscaras identitárias, ela viola essas três dimensões. A promessa de reconhecimento transforma-se em humilhação: o sujeito é valorizado como exemplo, mas desvalorizado em sua interioridade. O sucesso exige mutilação simbólica.

A crítica feminista também contribui para compreender esses custos, especialmente no caso de mulheres, que vivenciam a ascensão sob múltiplas expectativas contraditórias. Hooks (2000) e Fraser (2022) mostram como mulheres — e particularmente mulheres negras — são submetidas a uma ética de excelência extrema, que exige resiliência, autocontrole e perfeição constantes. Assim, a ascensão transforma-se em sobrecarga emocional, não reconhecimento.

Diante disso, torna-se evidente que as narrativas hegemônicas de sucesso funcionam como dispositivos de ocultamento: elas apagam o sofrimento, despolitizam o mal-estar e naturalizam a desigualdade. A superação desses mecanismos demanda narrativas contra-hegemônicas capazes de nomear o sofrimento, politizar o mal-estar e reconhecer a mobilidade social como experiência contraditória — ao mesmo tempo emancipadora e dolorosa. Como afirma Honneth (2003), é apenas por meio do reconhecimento mútuo que sujeitos podem reconstruir suas trajetórias sem o peso da vergonha, da culpa ou da impostura.

A desnaturalização dessas narrativas é condição para uma sociologia mais honesta da ascensão — e, sobretudo, para a construção de políticas e práticas que permitam que a mobilidade deixe de ser um caminho solitário e emocionalmente dispendioso. A verdadeira emancipação social exige redistribuição de recursos, mas também redistribuição de dignidade simbólica.

MOBILIDADE COLETIVA: QUANDO A ASCENSÃO VAI ALÉM DO INDIVÍDUO

Questão mobilizadora da reflexão e análise: é possível pensar a mobilidade social como um fenômeno também coletivo, e não apenas individual?

A compreensão hegemônica de mobilidade social nas sociedades contemporâneas costuma enfatizar o mérito individual, o esforço pessoal e a capacidade de autossuperação, produzindo uma narrativa profundamente alinhada ao ethos neoliberal. Entretanto, um conjunto robusto de pesquisas sociológicas, econômicas e antropológicas tem demonstrado que a mobilidade não pode ser compreendida apenas como trajetória individual. Ela é, antes, produto de estruturas coletivas, de políticas públicas inclusivas, de movimentos sociais organizados e de transformações territoriais que reconfiguram oportunidades para grupos inteiros. Como argumenta Jessé Souza (2018), a narrativa meritocrática atua como “naturalização ideológica” da desigualdade, pois converte condições estruturais em responsabilidades pessoais, obscurecendo o fato de que “ninguém se faz sozinho”: toda trajetória depende de redes sociais, políticas e institucionais que permitam ou bloqueiem o movimento.

A experiência brasileira recente com políticas de ação afirmativa constitui exemplo emblemático dessa dimensão coletiva da mobilidade. Pesquisas empíricas conduzidas por alunos e pesquisadores vinculados ao Gema/IESP-UERJ demonstram que as cotas raciais nas universidades públicas, implementadas a partir dos anos 2000, produziram transformações que extrapolam o desempenho individual dos estudantes beneficiados. Estudos de Feres Júnior e Daflon (2015), bem como de Paixão e Carvano (2008), mostram que a presença ampliada de estudantes negros no ensino superior não apenas rompe barreiras simbólicas, mas gera efeitos multiplicadores nas comunidades de origem, produzindo novos horizontes de aspiração, construção de redes e ampliação do repertório cultural. Esses efeitos — embora dificilmente quantificáveis em números precisos — ilustram que políticas estruturais criam trajetórias coletivas de ascensão, transformando expectativas e ampliando a percepção de possibilidades para grupos historicamente excluídos.

No caso das populações indígenas, estudos antropológicos e sociológicos têm mostrado que a entrada no ensino superior só se viabilizou mediante organi-

zação política coletiva. Autores como Gersem Baniwa (2013) e Denise Pimenta (2019) documentam como o acesso de estudantes indígenas à universidade decorre de décadas de atuação de movimentos e organizações comunitárias, que transformaram a educação superior em demanda coletiva e instrumento de fortalecimento cultural. Assim, o que se convencionou chamar “mobilidade” não é experiência isolada de indivíduos, mas expressão de um projeto político de autodeterminação.

No campo econômico, a literatura sobre economia solidária também evidencia o caráter coletivo da mobilidade. Estudos coordenados por Paul Singer (2002; 2013) demonstram que cooperativas, associações de produção e empreendimentos autogestionários constituem alternativas viáveis de geração de renda, especialmente em territórios periféricos. Embora nem sempre resultem em ascensão econômica nos moldes tradicionais, esses arranjos ampliam a autonomia coletiva, fortalecem laços comunitários, geram redistribuição interna e rompem com a lógica competitiva que individualiza o sucesso. Pesquisas recentes sobre economia solidária e desenvolvimento territorial — como as de Gaiger (2019) — reforçam que o cooperativismo cria ganhos que não se expressam apenas na renda monetária, mas na ampliação da coesão social, da autogestão e da participação cívica, elementos fundamentais para qualquer projeto coletivo de mobilidade.

A dimensão territorial também desempenha papel central. Autores como Luiz César de Queiroz Ribeiro (2014) e Raquel Rolnik (2019) demonstram que a valorização urbana de bairros periféricos — por meio de infraestrutura, equipamentos públicos, transporte, cultura e políticas de redistribuição territorial — produz efeitos que beneficiam toda a coletividade residente. Esses efeitos incluem maior acesso a serviços, ampliação de circuitos de sociabilidade, redução de estigmas territoriais e aumento da capacidade de reivindicação política. Trata-se, portanto, de formas de “mobilidade territorial coletiva”, que reconfiguram condições de vida para milhares de pessoas simultaneamente.

Os estudos sobre desigualdades de gênero também revelam que rupturas individuais dependem de redes coletivas de apoio. A literatura sobre violência doméstica e autonomia feminina — como argumentam Saffioti (2004) e Biroli (2018) — demonstra que a superação de relações opressivas depende não apenas da ação individual da mulher, mas da existência de políticas públicas, redes de

acolhimento, serviços de proteção e apoio comunitário. Em outras palavras: certas formas de mobilidade exigem, necessariamente, transformações nos vínculos sociais e institucionais que sustentam a opressão. Sem isso, o rompimento individual torna-se insustentável.

As implicações desses estudos são profundas. Conceber a mobilidade social como fenômeno coletivo significa reconhecer que ela depende de políticas que modifiquem estruturas, e não apenas trajetórias isoladas. Significa admitir que o avanço de um indivíduo pode abrir portas para muitos outros; que a ascensão de um grupo pode transformar o horizonte simbólico de uma comunidade; e que políticas públicas eficazes não são apenas aquelas que “premiar” o mérito individual, mas as que ampliam capacidades sociais compartilhadas. Como sintetiza Eduardo Nascimento (2020), “a democracia não se mede pela quantidade de histórias individuais de sucesso, mas pela capacidade de ampliar, para todos, os recursos que sustentam a vida digna”.

Assim, pensar a mobilidade social como projeto coletivo implica deslocar o foco do indivíduo para as estruturas; das trajetórias particulares para as políticas públicas; das conquistas isoladas para os processos compartilhados. Implica, sobretudo, reconhecer que nenhuma sociedade se torna justa porque alguns conseguem ascender — mas porque muitos deixam de ser impedidos de fazê-lo. Esse é o desafio ético e político das sociedades desiguais: transformar a mobilidade em possibilidade social, e não em exceção celebrada.

A ÉTICA DO COMUM E A RECONSTRUÇÃO DA MOBILIDADE SOCIAL

Questão mobilizadora da reflexão e análise: que valores éticos e sociais precisam ser repensados para que a ascensão social deixe de ser exceção e se torne possibilidade compartilhada? Ademais, se fosse desenhar um projeto de intervenção social baseado nas ideias desse ensaio, quais seriam seus três pilares fundamentais e por quê?

A construção de uma mobilidade social verdadeiramente compartilhada exige uma revolução ética que ultrapasse a esfera das oportunidades materiais e alcance os alicerces simbólicos que estruturam as relações sociais. Em sociedades marcadas por desigualdades históricas, como o Brasil, a ascensão social

permanece tratada como exceção heroica, raridade estatística que confirma a regra da imobilidade. Essa visão, alimentada por uma cultura meritocrática que atribui aos indivíduos plena responsabilidade por suas trajetórias, obscurece o papel decisivo das estruturas sociais e converte privilégios herdados em supostos talentos, enquanto transforma carências estruturais em falhas pessoais. A tarefa urgente, portanto, consiste em deslocar essa matriz moral e cultural, substituindo a glorificação do esforço isolado por uma ética da equidade que reconheça a interdependência entre indivíduos, coletividades e instituições. Nesse horizonte, a ascensão deixa de ser movimento vertical solitário e passa a ser concebida como processo histórico compartilhado, tecido por relações de solidariedade, políticas inclusivas e reconhecimento mútuo.

Pierre Bourdieu (1997), ao analisar a reprodução das desigualdades, evidencia que os capitais econômico, cultural e simbólico se convertem uns nos outros, garantindo às classes dominantes a aparência de mérito e neutralidade. Em um cenário assim, a escola, o mercado de trabalho e o Estado operam como mediadores da desigualdade ao naturalizar as vantagens acumuladas pelos grupos já privilegiados. O mérito aparece como atributo individual, quando na verdade é produto de condições estruturais específicas que favorecem determinadas trajetórias e limitam outras. Para romper essa lógica, é fundamental adotar uma ética social orientada pela equidade substantiva: não basta fornecer as mesmas regras para todos, como adverte Amartya Sen (2011), mas garantir condições reais para que cada pessoa desenvolva suas capacidades e escolha modos de vida que valoriza. A justiça, portanto, não reside na igualdade formal de oportunidades, mas na remoção das barreiras que impedem grupos inteiros de acessar saberes, bens públicos e circuitos de reconhecimento.

Esses princípios éticos só se realizam plenamente quando articulados a uma cultura pública baseada no reconhecimento da dignidade de grupos que historicamente tiveram sua humanidade questionada ou diminuída. Axel Honneth (2011) propõe que o reconhecimento constitui o núcleo moral das relações sociais, e que sua ausência produz feridas éticas que se expressam como humilhação, invisibilidade e deslegitimação. Em uma sociedade que associa valor à produtividade e ao consumo, pessoas e grupos que não dominam os códigos culturais legitimados são continuamente desqualificados. Tal desqualificação

gera efeitos subjetivos profundos, que vão desde a vergonha internalizada até a fragmentação identitária que acompanha a mobilidade individual desconectada de suportes coletivos. O reconhecimento, nesse sentido, não é gesto simbólico, mas condição para a autorrealização e para a construção de identidades resilientes. Sem ele, a mobilidade social converte-se em processo de assimilação: ascende quem consegue negar sua origem e incorporar os códigos da elite, enquanto quem não se adequa plenamente permanece como estrangeiro no novo espaço social.

Para Nancy Fraser (2023), a justiça social só pode ser compreendida adequadamente quando redistribuição, reconhecimento e representação política atuam de forma integrada. A desigualdade econômica, a desvalorização cultural e a exclusão institucional são dimensões inseparáveis que estruturam o lugar de cada grupo na sociedade. No Brasil, essa sobreposição é ainda mais aguda: classe, raça, gênero e território operam como marcadores combinados de desigualdade. Isso torna evidente que nenhuma agenda de mobilidade pode ser bem-sucedida se permanecer restrita ao indivíduo. A ascensão não será compartilhada enquanto territórios inteiros permanecerem sem acesso a saneamento, saúde, mobilidade urbana ou cultura; enquanto escolas de periferias consolidarem trajetórias interrompidas; enquanto corpos negros permanecerem marcados pela suspeição e pela violência; enquanto mulheres pobres seguirem sobrecarregadas pela desigual divisão do cuidado. A justiça social é, portanto, inseparável da transformação das condições de existência coletiva, e não uma soma de conquistas isoladas.

Se mobilidade social é fenômeno estrutural, sua promoção exige políticas e práticas que traduzam, no plano material, o compromisso ético com a equidade. Nesse sentido, a educação assume papel decisivo, não apenas como instrumento de formação profissional, mas como espaço de emancipação crítica e afirmação de identidades. Paulo Freire (1996) sustenta que a educação é um ato político e de liberdade; ela não deve apenas adaptar sujeitos às condições existentes, mas permitir que compreendam e transformem a realidade. Uma educação emancipadora reconhece saberes populares, amplia horizontes culturais e rompe com o currículo elitizado que privilegia determinados repertórios. Ela combate a violência simbólica que marca estudantes de origem popular, negros, indígenas, quilombolas e periféricos, e oferece as condições para que se tornem protagonistas de

sua própria trajetória coletiva. Essa educação não se reduz à sala de aula: envolve tutoria, permanência escolar, acesso à cultura e à tecnologia, construção de redes de apoio e diálogo permanente com as famílias e o território.

O reconhecimento social ampliado constitui outra dimensão indispensável para a ascensão compartilhada. A trajetória individual de mobilidade se fragiliza quando exige a renúncia das raízes culturais e comunitárias que constituem a identidade do sujeito. Políticas públicas e práticas culturais que valorizem expressões negras, indígenas, periféricas e populares contribuem para restaurar a dignidade simbólica desses grupos e reconfiguram o imaginário social. A democratização da mídia, a pluralização das narrativas e a ampliação da representação política são estratégias fundamentais para romper com séculos de invisibilidade e estigmatização. O reconhecimento não é apenas simbólico: ele cria ambientes sociais que acolhem diferenças sem exigir assimilação, sustentando trajetórias de mobilidade sem sofrimento psíquico ou perda identitária.

Por fim, nenhuma transformação ética se sustenta sem a redistribuição territorial e econômica. Milton Santos (2002) afirma que o território é a base material da cidadania e que a geografia das desigualdades constitui um obstáculo estrutural à mobilidade. As periferias urbanas e regiões rurais marginalizadas vivem em estado de cidadania incompleta, com acesso precário a transporte, saúde, cultura, emprego e equipamentos públicos. A redistribuição territorial implica repensar a cidade como espaço de justiça e não como produto do mercado imobiliário. Implica criar políticas que garantam acesso equitativo a bens públicos essenciais, ampliem rotas de mobilidade urbana, fortaleçam economias locais, democratizem a cultura e descentralizem oportunidades. Só assim será possível romper com o ciclo que transforma o território de origem em destino social.

Uma ética da equidade, portanto, só se realiza quando educação emancipadora, reconhecimento simbólico e redistribuição territorial atuam como eixos indissociáveis de um projeto de mobilidade coletiva. A ascensão não pode ser interpretada como façanha individual, mas como ato político e relacional, que depende de condições sociais justas e de imaginários solidários. Tornar a mobilidade social uma possibilidade compartilhada exige reconfigurar não apenas políticas públicas, mas valores, expectativas e formas de convivência. Exige enfrentar o mito meritocrático e construir uma cultura que compreenda

o sucesso como fenômeno coletivo e relacional. Só assim a ascensão deixará de ser exceção heroica para tornar-se expressão da dignidade comum — fruto de uma sociedade que reconhece que ninguém ascende sozinho e que a justiça apenas se realiza quando o progresso de um significa, também, a ampliação das possibilidades de todos.

A construção ética de uma sociedade que transforme a ascensão social em possibilidade compartilhada exige que os valores que estruturam o imaginário meritocrático cedam espaço a uma compreensão mais profunda de justiça social, fundada na solidariedade, no reconhecimento e na equidade substantiva. Esse horizonte ético não se realiza apenas por meio da crítica às ideologias do mérito individual, mas pela formulação de caminhos concretos capazes de reconfigurar o tecido social. É nesse sentido que um projeto de transformação coletiva demanda a articulação de três pilares fundamentais, entendidos não como iniciativas isoladas, mas como forças convergentes de mudança estrutural.

O primeiro pilar é a educação emancipadora, concebida não apenas como transmissão de conteúdos, mas como formação crítica e democratização das capacidades reais dos sujeitos, em diálogo com a tradição freireana que compreende a educação como prática de liberdade. O segundo é o reconhecimento social ampliado, que visa restituir dignidade simbólica às identidades historicamente inferiorizadas, rompendo com a lógica de assimilação que exige o apagamento das origens para legitimar a ascensão. Por fim, o terceiro pilar é a redistribuição territorial e econômica, sem a qual direitos permanecem formais e a cidadania se reduz a promessa. Democratizar o território, garantir infraestrutura pública de qualidade e superar a geografia da desigualdade constituem condições materiais indispensáveis para que o progresso social deixe de ser privilégio de poucos e se torne experiência compartilhada.

A integração desses três eixos — educação crítica, reconhecimento simbólico e redistribuição material — sintetiza a passagem de um modelo competitivo e individualizante para um projeto de emancipação coletiva. Eles representam, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma reinvenção: ruptura com a lógica de sucesso que depende da exclusão de outros, e reinvenção de um pacto social que compreenda o valor ético do comum. Assim, a ascensão deixa de ser exceção heroica para tornar-se expressão de uma sociedade que reconhece, apoia e sustenta o desenvolvimento pleno de todos os seus membros.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo torna evidente que a mobilidade social, longe de se configurar como um processo linear e meritocraticamente distribuído, revela-se como um campo de forças em que estruturas históricas, regimes de reconhecimento e lógicas territoriais se entrelaçam na produção de destinos profundamente desiguais. O que emerge das reflexões aqui apresentadas é que a desigualdade brasileira opera simultaneamente como materialidade institucional e como narrativa moral: ao mesmo tempo em que organiza o acesso diferencial a capitais econômicos, culturais e territoriais, produz justificativas simbólicas que naturalizam esses desequilíbrios como resultado de vontades individuais, apagando os sistemas que os sustentam. Nesse sentido, compreender a mobilidade não como exceção heroica, mas como direito coletivo ainda por construir, implica desestabilizar os imaginários que celebram o sucesso individual isolado e interrogar as gramáticas de poder que modulam quem pode ascender, como pode ascender e a que custo subjetivo essa ascensão se realiza. A mobilidade, entendida à luz dessa crítica, deixa de ser privilégio de poucos para tornar-se campo de disputa no qual se decide o tipo de sociedade que se deseja projetar.

Nessa direção, as reflexões apresentadas demonstraram que ascender não é apenas mudar de posição social, mas entrar em zonas subjetivas de tensão, onde o pertencimento se fragmenta e o sujeito se vê compelido a negociar identidades, linguagens e lealdades. A experiência do deslocamento, marcada por sentimentos de inadequação, culpa e desfiliação, expõe o caráter ambivalente da ascensão em contextos altamente estratificados: por um lado, ela representa a ruptura com destinos previamente inscritos; por outro, revela o peso da violência simbólica que exige a renúncia a determinados traços identitários, saberes e vínculos afetivos para que o indivíduo possa ser reconhecido como legítimo no novo espaço. O sofrimento psíquico que atravessa essas trajetórias não é um efeito colateral, mas índice da rigidez das fronteiras simbólicas que organizam o social e que tornam a ascensão uma travessia solitária, marcada por exigências de desempenho, autocontrole e constante prova de pertencimento. Desse modo, a mobilidade revela

sua dimensão ética: ascender, em uma sociedade desigual, exige pagar um preço subjetivo que denuncia o quanto o reconhecimento continua sendo distribuído de maneira hierárquica.

No entanto, reconhecer os limites da ascensão individual não implica negar sua potência; implica compreender que essa potência se realiza plenamente apenas quando ancorada em condições coletivas que permitam não apenas mover-se, mas pertencer sem que esse pertencimento custe a mutilação simbólica da própria história. É nesse ponto que este estudo propõe, ainda que de modo ensaístico, um projeto de intervenção social assentado sobre três pilares éticos indispensáveis: educação emancipadora, reconhecimento social ampliado e redistribuição territorial e econômica. Esses pilares não constituem um programa fechado, mas um horizonte normativo que permite pensar a mobilidade como processo de democratização das condições de vida — e não como corrida individual por lugares escassos. A educação emancipadora, ao promover consciência crítica e valorizar saberes plurais, torna-se dispositivo de ruptura das hierarquias culturais que subordinam identidades populares; o reconhecimento social ampliado atua na ordem simbólica, combatendo estigmas e produzindo novas formas de visibilidade e legitimidade; e a redistribuição territorial e econômica enfrenta a materialidade espacial das desigualdades, reorganizando infraestruturas e oportunidades que hoje se concentram segundo linhas de classe e raça. Esses pilares, articulados, delineiam um projeto de sociedade no qual a mobilidade social não seja conquista isolada, mas expressão de um pacto ético que compreenda dignidade como direito compartilhado.

Ao mesmo tempo, a amplitude das questões mobilizadas por este estudo evidencia que nenhum ensaio, por mais abrangente que seja, consegue encerrar o debate sobre a mobilidade social em sociedades desiguais. O que se alcança, aqui, é antes a abertura de um campo de problematizações que exigem aprofundamentos teóricos, metodológicos e políticos. A complexidade do fenômeno demanda investigações que articulem sociologia, psicologia social, filosofia política, estudos urbanos e antropologia — cada qual capaz de iluminar dimensões específicas do modo como o social é incorporado, vivido e transformado. Assim, mais do que conclusões, este estudo oferece um convite: deslocar o olhar das explicações individualizantes e recolocar o debate da mobilidade no terreno da

ética pública, das disputas simbólicas e das estruturas que condicionam nossas possibilidades de ser e de viver.

Nesse sentido, algumas perguntas emergem como caminhos férteis para pesquisas futuras: (1) de que modo políticas de reparação podem integrar simultaneamente redistribuição econômica e reconhecimento cultural? (2) como incorporar a dimensão subjetiva do estresse de ascensão às políticas educacionais e de assistência estudantil? (3) que metodologias qualitativas permitem acessar a experiência vivida da mobilidade em grupos racializados? (4) como medir mobilidade coletiva em territórios periféricos além dos indicadores tradicionais? (5) quais são os efeitos intergeracionais das políticas afirmativas nas dinâmicas familiares e comunitárias? (6) de que modo as tecnologias digitais criam novos regimes de reconhecimento e exclusão, reconfigurando o campo da mobilidade? (7) como políticas de redistribuição territorial podem evitar o risco de gentrificação? (8) que formas de educação emancipadora produzem transformações reais em contextos de desigualdade profunda? (9) como as trajetórias de mobilidade dialogam com formas de sofrimento psíquico específicas da vida urbana precarizada? (10) o que significa pensar mobilidade como parte de uma ética do comum em sociedades fortemente individualizadas? Essas perguntas não pretendem esgotar a complexidade do tema, mas orientar investigações que possam ampliar tanto o escopo teórico quanto a imaginação política necessária para repensar a justiça social.

Assim, ao concluir este estudo, reafirma-se que a mobilidade social, para deixar de ser exceção e tornar-se possibilidade compartilhada, exige mais do que o aperfeiçoamento técnico de políticas públicas: requer uma reconfiguração profunda do imaginário social e das bases normativas que sustentam nossa vida coletiva. Trata-se de deslocar o eixo de uma racionalidade centrada na competição individual para uma ética do comum, na qual a justiça não seja concebida como mérito acumulado, mas como condição distribuída. Isso implica desnaturalizar privilégios, reconhecer a historicidade das vantagens herdadas, enfrentar a desigual distribuição das capacidades de agir e reconstruir instituições capazes de garantir não apenas o direito de ascender, mas o direito de fazê-lo sem a mutilação simbólica da própria trajetória. A viabilidade de

tal projeto permanece, evidentemente, em aberto — não porque seja utópico, mas porque depende da confluência contingente de decisões políticas, disputas simbólicas e práticas sociais que redefinam as fronteiras do possível. Em outras palavras, sua realização não é um dado, mas uma tarefa: tarefa coletiva, sempre inacabada, cuja fragilidade não diminui sua urgência. Se este estudo contribui para ampliar o horizonte reflexivo e instrumental desse debate, então ele já participa de um movimento maior — o movimento de imaginar, conceptualizar e reivindicar uma sociedade na qual a mobilidade não seja privilégio de poucos, mas práxis democrática orientada pela dignidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

- ABEpss. *Trabalho, precarização e uberização*. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00439.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- ABÍLIO, Ludmila. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ABÍLIO, Ludmila. *Sem maquiagem: o trabalho precarizado no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2020a.
- AGÊNCIA BRASIL. *Renda média de trabalhador branco é 75,7% maior que a de pretos e pardos, mostra IBGE*. Brasília, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-11/ibge-renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-que-de-pretos>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- ALMEIDA, R. *Por que a meritocracia não funciona no Brasil?* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Daniel Brito; SILVA, Fernanda Celestino; GOMES, Glenda Nunes. Desigualdades educacionais no ensino fundamental no Brasil entre os anos 2015 e 2021. *Revista Educação e Saber – REdeS*, v. 2, n. anais, p. 393–402, 2025. DOI: 10.24302/redes.v2ianais.5265. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/redes/article/view/5265>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- ALVES, Érika Cristina Silva; ROCHA, Anna Carolina Carvalho. A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós-abolição. *Iniciação & Formação Docente*, v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/5726>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARRETCHE, Marta. *Desigualdades e políticas públicas no Brasil pós-1988*. São Paulo: Unesp, 2022.
- ARRUDA, Dyego de Oliveira; COUTINHO, Gabriela dos Santos; SANTOS, Caroline Oliveira. Um panorama da política de cotas e da presença de pessoas negras nos cursos de graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/8700>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BANIWA, Gersem José dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/Q7QwYk>.

BANCO MUNDIAL. *Mobilidade econômica e equidade no Brasil*. Washington: World Bank, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARBOSA, R. M.; PEREIRA, R. A.; MONTEIRO, C. A. Impactos do Programa Bolsa Família nos indicadores de saúde e educação infantil no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 7, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2023.v39n7/e00207922/pt/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARBOSA, R. M.; PEREIRA, R. A.; MONTEIRO, C. A. Impactos da precarização e das condições de trabalho na saúde dos trabalhadores no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 7, 2023a. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2023.v39n7/e00207922/pt/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 22, n. 85, p. 1057–1090, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000400009>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONAMINO, Alicia; SOARES, José Francisco. O Enem e a reprodução das desigualdades escolares. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 177–194, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YJ7WgZx9v7x1qYmBEsz4Q3y/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CABRAL-GOUVEIA, C. et al. Educational strategies to reduce the achievement gap: a systematic review. *Frontiers in Education*, v. 8, art. 1155741, 2023. DOI: 10.3389/educ.2023.1155741. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/education/articles/10.3389educ.2023.1155741/full>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Luiz Augusto. *Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

CAMPELLO, Tereza; PAIVA, Ana. *As fragilidades do Auxílio Brasil: nota técnica*. CESIT/Unicamp, 2022. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2022/03/Nota-tecnica-Auxilio-Brasil.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CARDOSO, Adauto L.; DENALDI, Rosana; ARAGÃO, Thêmis. *Estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida*. Brasília: Ministério das Cidades/IPEA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CARDOSO, Adauto L.; DENALDI, Rosana. *Habitação de interesse social: a experiência paulista no Minha Casa Minha Vida*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2017. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes. *Sociologia da educação: temas, questões e debates*. São Paulo: Contexto, 2022. Disponível em: <https://www.editoracontexto.com.br/produto/sociologia-da-educacao-temas-questoes-e-debates/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2022: A transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável*. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/48609-panorama-social-america-latina-caribe-2022-transformacao-educacao-como-base-o>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina 2022*. Santiago: CEPAL, 2022a. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/48429-panorama-social-america-latina-2022>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CETIC.br. *TIC Domicílios 2021*. São Paulo: NIC.br, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CGI.br. Pesquisa TIC Educação 2022: coleta presencial. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20231122132216/tic_educacao_2022_livro_completo.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

COIMBRA, David Tyrone Santos. *Os herdeiros do capital institucionalizado em Alagoas: uma análise bourdieusianna a partir do ENEM de 2022*. 2023. TCC (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/12959>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CORBUCCI, Paulo Roberto. O desempenho no Enem e as desigualdades educacionais brasileiras. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 129, p. 1075–1101, 2014.

CORREIA, João V. S.; PINTOS-PAYERAS, José A. Background familiar, desigualdades socioeconômicas e desempenho escolar: evidências a partir do Enem 2023. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 52., 2025. Anais... São Paulo: ANPEC, 2025.

COSTA, Carlos Eduardo Leite. Trajetória e percalços: uma análise das desigualdades educacionais no Ensino Superior brasileiro à luz de Pierre Bourdieu. *Cadernos da FUCAMP*, v. 33, p. 57–65, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3582>. Acesso em: 28 nov. 2025.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. *Educational expansion and class mobility trends in Brazil*. Santiago: CEPAL, 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f8d68dd6-aeb4-41ff-8080-fb3c0a775757/content>. Acesso em: 28 nov. 2025.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6837>. Acesso em: 1 dez. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Boletim Emprego e Desemprego 2023*. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Boletim Emprego e Desemprego 2023*. São Paulo: DIEESE, 2023a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DRAIBE, Sonia. *Proteção social e desenvolvimento no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2023.

DURLAK, Joseph A. et al. The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, v. 82, n. 1, p. 405–432, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21291449/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

ERIBON, Didier. *Retour à Reims*. Paris: Fayard, 2009.

ERIBON, Didier. *Retour à Reims*. Paris: Flammarion, 2009a.

ERNAUX, Annie. *La Honte*. Paris: Gallimard, 1997.

ERNAUX, Annie. *La Place*. Paris: Gallimard, 1983.

EVANGELISTA, Rafael. *Tecnopolítica e colonialidade digital*. São Paulo: Veneta, 2023.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. São Paulo: Zahar, 2022.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. *Ação afirmativa e universidade pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FGV SOCIAL. *O retorno da fome*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2022. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/O-retorno-da-fome.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

FISHER, Mark. *Capitalist realism: is there no alternative?* Winchester: Zero Books, 2009.

FISHSTROM, S. et al. A meta-analysis of the effects of academic interventions on elementary students. *Journal of Educational Research*, v. 115, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9136152/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição pós-socialista*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy. *Redistribuição, reconhecimento e representação: ensaios de teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRASER, Nancy. Crisis of care? On the social-reproductive contradictions of contemporary capitalism. 2022a. Disponível em: <https://www.newschool.edu/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. New York: Routledge, 2023 (edição comemorativa). Disponível em: <https://www.routledge.com/Justice-Interruptus/Fraser/p/book/9780415917957>. Acesso em: 1 dez. 2025.

GAIGER, Luiz Inácio. Cooperativismo, solidariedade e desenvolvimento territorial no Brasil contemporâneo. *Revista Katálisis*, v. 22, n. 3, p. 522–533, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p522>. Acesso em: 28 nov. 2025.

GONÇALVES, Márcio A. Reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267767089_Reestruturacao_Produtiva_e_Precarizacao_das_Relacoes_de_Trabalho. Acesso em: 1 dez. 2025.

- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. *O direito à cidade*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- HOGGART, Richard. *The Uses of Literacy*. London: Chatto & Windus, 1957.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 2000.
- ILO – International Labour Organization. *World Employment and Social Outlook 2023*. Genebra: ILO, 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- ILO – International Labour Organization. *Women at Work Trends 2021*. Genebra: ILO, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: características dos domicílios e dos moradores – esgotamento sanitário e manejo de resíduos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: indicadores da PNAD Contínua*. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Indicadores de desigualdade e raça no Brasil: análises e séries históricas*. Brasília: IPEA, 2023a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2023a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2020*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_terceiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Relatório do Censo Escolar 2022*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Relatório do Censo Escolar 2020*. Brasília: Inep, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 1 dez. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *72% da população abaixo da linha da pobreza vive em moradias sem abastecimento regular de água*. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/72-da-populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-vive-em-moradias-sem-abastecimento-regular-de-agua>. Acesso em: 18 nov. 2025.

INSTITUTE FOR TRANSPORTATION & DEVELOPMENT POLICY (ITDP). *Acesso à Cidade: Relatório Técnico sobre Mobilidade Urbana no Brasil*. São Paulo: ITDP Brasil, 2022. Disponível em: <https://itdpbrasil.org>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ITDP – Institute for Transportation and Development Policy. *Mobilidade urbana sustentável no Brasil*. São Paulo: ITDP Brasil, 2022a. Disponível em: <https://itdpbrasil.org>. Acesso em: 1 dez. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.

KNOBLAUCH, Adriane; MEDEIROS, Cristina Carta R. A atualidade de *A Reprodução* de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de um legado acadêmico e político. *Educação & Pesquisa*, v. 48, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/200309>. Acesso em: 1 dez. 2025.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Transformações recentes no mercado de trabalho e os desafios para a proteção social no Brasil. *Cadernos do CEAS*, n. 255, 2021. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/351>. Acesso em: 1 dez. 2025.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, p. 77–95, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021b.

MELO, João Paulo de. *Raça, convivialidade e desigualdade no Brasil contemporâneo*. Recife: Ed. UFPE, 2024.

MEULEMAN, Roza; KRAAYKAMP, Gerbert. Cultural capital, network resources, and occupational attainment: a panel study on the intragenerational conversion of cultural resources. *European Sociological Review*, v. 40, n. 5, p. 887–902, 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/esr/article/40/5/887/7329389>. Acesso em: 28 nov. 2025.

MATTEI, Tatiane Selete; BIDARRA, Zelimar Soares. O papel do FIES e do ProUni na privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira. *Barbarói*, n. 61, p. 53–84, 2022. DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.16677. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/16677>. Acesso em: 28 nov. 2025.

MORAES, Wesley Daniel Bueno. O conceito de capital cultural sob a ótica da vigilância epistemológica. *Linhas Críticas*, v. 28, e42738, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/42738>. Acesso em: 28 nov. 2025.

NASCIMENTO, Eduardo. Mobilidade social e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. 1–20, 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 51, e07468, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/7468/4140>. Acesso em: 28 nov. 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio. *A sociologia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

NUNES, Maria Aparecida; LEHFELD, Lucas W.; MONTES NETTO, Luiz A. Racismo, desigualdades e a crítica ao mito da democracia racial no Brasil. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 34, p. 234–256, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/revistaabpn/article/view/1066>. Acesso em: 28 nov. 2025.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance 2021*. Paris: OECD, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 1 dez. 2025.

OECD. *Education at a Glance 2022*. Paris: OECD, 2022.

OECD. *PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education*. Paris: OECD Publishing, 2023. DOI: 10.1787/53f23881-en. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/12/pisa-2022-results-volume-i_76772a36/53f23881-en.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

OLIVEIRA, Francisco. “O ornitorrinco”. In: OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ONU / UN-HABITAT ONU-HABITAT. *World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization*. Nairobi: UN-Habitat, 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Carlos. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil – 2007/2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SCHWANEN, Tim. Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992–2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. *Texto para Discussão, n. 1853.*, Ipea, Brasília, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1853.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

PEREIRA, Rafael H. M.; SCHWANEN, Tim. Tempo de deslocamento como indicador de desigualdade urbana no Brasil. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 12, p. 2916–2934, 2013a.

PICHETTY, Thomas. *Uma breve história da igualdade*. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PIMENTEL, Leticia. Desigualdades no acesso ao saneamento no Brasil: revisão bibliográfica e apontamentos para uma agenda de pesquisa futura. *Em Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 137–162, 2024.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Marcio. (duplicado na obra acima — mantido conforme solicitado).

RAGNEDDA, Monica. The self-reinforcing effect of digital and social exclusion. *Telematics and Informatics*, v. 73, n. 101876, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0736585322000855>. Acesso em: 14 ago. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade de São Paulo 2021*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2021.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2024*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/mapa-da-desigualdade>. Acesso em: 14 out. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2024*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2024a. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Desigualdades de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2016.

RIBEIRO, Jessé Souza. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

RIBEIRO, Luiz César; LAGO, Luciana Corrêa do. *Metropolização e desigualdades no Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Desigualdades urbanas e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019a.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo: Boitempo, 2021a.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2024.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2002a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002b.

SANTOS, Samara Danielli. *Informalidade e precarização do trabalho na reestruturação produtiva contemporânea*. Universidade Federal de Alagoas, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7818>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, a história de um monarca em quadrinhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. 2. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2014b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *(duplicação preservada conforme documento)*.

SCHWANEN, Tim. (em coautoria — referências já listadas na letra P; aqui não há obras próprias isoladas).

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann; Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPPIR *(não presente no trecho fornecido; ignorar)*.

SENAI. *Panorama da Educação Profissional no Brasil*. Brasília: SENAI, 2020. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SILVA, Luciana Barbosa da. A herança cultural e a desigualdade escolar. *Revista Even. Pedagóg.*, v. 13, n. 3, p. 573–581, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10554/7323>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Desigualdades educacionais da população negra do Brasil: um contexto sócio-histórico. *Psicologia em Revista*, v. 26, n. 3, p. 836–856, 2020. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p836-856. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/23334>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Economia solidária: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2013.

SNILSTVEIT, Birte et al. Interventions for improving learning outcomes and access to education in low- and middle-income countries: a systematic review. *3ie Systematic Review* 24. London: International Initiative for Impact Evaluation, 2015. Disponível em: <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-reviews/interventions-improving-learning-outcomes-and-access>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SOARES, José Francisco; NASCIMENTO, Paulo César. Desigualdades socioeconômicas e desempenho no Enem. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 799–819, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7zJbVmvHQZp9NmKQvBU4F4L/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019a.

SOUZA, Jessé. *(duplicações preservadas conforme texto original)*.

SOUZA, P.; CUNHA, E.; ALMEIDA, L. Inserção produtiva de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda no Brasil. ENAP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6930>. Acesso em: 1 dez. 2025.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003.

THEODORO, Mário. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

UNESCO. *Educação e desigualdade no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 1 dez. 2025.

UNESCO; UNICEF; WORLD BANK. *The state of global learning poverty: 2022 update*. Washington, DC: World Bank; Paris: UNESCO; Nova Iorque: UNICEF, 2022. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/e52f55322528903b27f1b7e61238e416-0200022022/original/Learning-poverty-report-2022-06-21-final-V7-0-conferenceEdition.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. *Avaliação*, v. 16, n. 1, p. 149–163, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/886>. Acesso em: 28 nov. 2025.

VIEIRA, Fabíola Sulpino. *Direito à saúde no Brasil: seus contornos, judicialização e a necessidade da macrojustiça*. Brasília: Ipea, 2020.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues; MARQUES, Elisângela Carvalho Barbosa de Brito; ARAÚJO, Sandra Santos de. Educação e desigualdades: mulheres negras e racismo em tempos de negacionismo. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, v. 6, n. 12, p. 46–60, 2023/2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rieja/article/view/18749>. Acesso em: 28 nov. 2025.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: gueto, periferia e Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008a.

WACQUANT, Loïc. *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge: Polity Press, 2008b.

WORLD BANK. (já citado em UNESCO/UNICEF/World Bank — mantido conforme documento).

YORO, Amarachi J.; FOURIE, Jean V.; VAN DER MERWE, Martyn. Learning support strategies for learners with neurodevelopmental disorders: perspectives of recently qualified teachers. *African Journal of Disability*, v. 9, a561, 2020. DOI: 10.4102/ajod.v9i0.561. Disponível em: <https://ajod.org/index.php/ajod/article/view/561>. Acesso em: 28 nov. 2025.

COMO SAIR DA POBREZA?

OS OBSTÁCULOS INVISÍVEIS E
AS SAÍDAS COLETIVAS



Marcelo José Hanauer

